

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Mauricéia Gonçalves Kossatz

**ÉTICA NO OLHAR DE PROFESSORES E ALUNOS: UM ESTUDO
EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO**

**Curitiba
2006**

Mauricéia Gonçalves Kossatz

**ÉTICA NO OLHAR DE PROFESSORES E ALUNOS: UM ESTUDO EM ESCOLA
DE ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre junto ao Programa de Pós-Graduação Universidade Tuiuti do Paraná. Mestrado em Educação.

Orientadora Doutora Maria Antonia de Souza.

Co-orientador Doutor Sidney Reinaldo da Silva.

**Curitiba
2006**

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Mauricéia Gonçalves Kossatz

**ÉTICA NO OLHAR DE PROFESSORES E ALUNOS: UM ESTUDO
EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO**

**Curitiba
2006**

Mauricéia Gonçalves Kossatz

**ÉTICA NO OLHAR DE PROFESSORES E ALUNOS: UM ESTUDO EM ESCOLA
DE ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre junto ao Programa de Pós-Graduação Universidade Tuiuti do Paraná. Mestrado em Educação.

Orientadora Doutora Maria Antonia de Souza.

Co-orientador Doutor Sidney Reinaldo da Silva.

**Curitiba
2006**

RESUMO

Temos por finalidade na presente dissertação refletir sobre a Ética na atualidade e a importância da sua discussão e prática, no Ensino Médio, entre os professores e alunos em sala de aula. Apresentamos duas concepções distintas de Ética: uma Liberal de acordo com a formulação kantiana e outra concepção de Ética no contexto social, a busca individual e coletiva de felicidade; as reflexões desta concepção tomam como base a proposta aristotélica de formação de virtudes através do hábito, na educação do indivíduo para uma sociedade em busca do bem comum, ou seja, a felicidade (eudaimonia). Muito se tem discutido sobre a ética na escola. No Brasil, o capítulo dos PCNs relativo à ética sublinha a necessidade de a escola se configurar em espaço de reflexão sobre a moralidade. Por mais que os manifestos e documentos elaborados pelos educadores tenham o objetivo de fazer da educação escolar um fundamento sólido de formação do caráter, haverá sempre hiatos entre as intenções e a realidade vivida por professores e alunos. Isso porque a capacidade de reflexão, o exercício da crítica, a autonomia, a liberdade de escolha e outras qualidades desejáveis não se configuram, em aquisições inalienáveis do indivíduo. Nesse contexto, os objetivos da nossa pesquisa foram identificar o entendimento que os professores e alunos atribuem à ética, à liberdade, à justiça e ao respeito mútuo para convivência democrática; analisar, brevemente, como a ética está inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio no Brasil; verificar como os professores definem as relações de sala de aula, tendo como eixo norteador a educação do caráter e identificar os pontos de convergência e de divergência nas concepções de professores e alunos no que diz respeito à ética. O foco principal da nossa reflexão está para as possibilidades de desenvolver virtudes e, conseqüentemente, posturas éticas através da Educação de gerações e em todos os níveis de ensino ou na educação informal com o objetivo de interferir positivamente nas relações sociais. Em sala de aula a convivência entre professores e alunos se faz através da interação entre eles e que esta propicia enriquecimento e obtenção de êxito.

Palavras-chave: escola, sala de aula e ética.

ABSTRACT

This work aims at proposing reflections on the debates over Ethics nowadays and the importance of its discussion and practice at High School, among teachers and pupils in the classroom. We present two distinct conceptions of Ethics, one is liberal in accordance with the Kantian formulation, and the other a conception of Ethics in the social context, the individual and collective search for happiness, the reflections in this conception are based on the Aristotle proposal of the development of virtues through habit, while educating the individual towards a society which seeks well being, that is, happiness (eudaimonia). A lot has been discussed about Ethics at school. In Brazil, the National Education Guidelines, called PCNs, regarding Ethics highlights the necessity of a school turned into a space of reflection about morality. Despite documents and manifests elaborated by educators with the objective of turning the education into a solid fundament for the character development, there will always be gaps between the intentions and the reality experienced by teachers and pupils. This happens because the capability of reflection, the critics exercise, autonomy, freedom of choice and other desirable qualities cannot be seen as an individual's inalienable acquisitions. In this context, the objectives of our research were to identify the understanding that teachers and pupils attribute to Ethics, freedom, justice and mutual respect to the democratic living; to analyze, briefly, how Ethics is inserted in the High and Fundamental Education National Guidelines, in Brazil, verifying how teachers define the relations in the classroom, with the character education as an axis, and identify the convergence and divergence points in teachers' and pupils' conceptions regarding Ethics. Teachers and pupils think that justice, freedom and mutual respect are indispensable conditions for the conception and practice of Ethics inside and outside school, which shows that they are interdependent conditions. That is, while respecting others I am fair and if I have the freedom of choice my condition is of a responsible social being. They understand Ethics as the human capability of showing reasonable attitudes, coherent with the condition of a social being even if the choices are not the desired ones revealing the capability the individual has of behaving following the middle course.

Key-words: School, classroom, Ethics.

SUMÁRIO

RESUMO	02
ABSTRACT	03
INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO 1 - ÉTICA E EDUCAÇÃO: MARCOS TEÓRICOS DA PESQUISA	22
CAPÍTULO 2 - A ÉTICA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	49
2.1- A ética na transversalidade	57
CAPÍTULO 3 - A ÉTICA, A JUSTIÇA, A LIBERDADE E O RESPEITO MÚTUO PARA CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA NO OLHAR DOS ALUNOS E DOS PROFESSORES	70
4.1 – As concepções de justiça na relação professor-alunos do ponto de vista do aluno	79
4.2 – As considerações dos alunos sobre liberdade na relação professor-alunos baseada no respeito mútuo	85
4.3 – As concepções dos alunos sobre liberdade, também, baseada no respeito mútuo entre colegas de classe.....	90
4.4 – As concepções dos alunos sobre a convivência democrática na escola e na sala de aula	94
4.5 – Professores e alunos: o contraponto de suas concepções sobre a ética, a justiça, a liberdade, o respeito mútuo e a convivência na democracia.	101
4.5.1 – O que falam os alunos	102
4.5.2 – O que falam os professores	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
APÊNDICES	129
01 Questionário para os alunos	129
02 Roteiro para entrevista com professores	132
03 Roteiro para entrevista com alunos	133

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 01- Quanto ao sexo dos pesquisados	78
GRÁFICO Nº 02- Faixa etária dos pesquisados	78
GRÁFICO Nº 03- As concepções de justiça na relação professor-alunos do ponto de vista do aluno	85
GRÁFICO Nº 04- As considerações dos alunos sobre liberdade na relação professor-alunos baseada no respeito mútuo	90
GRÁFICO Nº 05- As concepções dos alunos sobre liberdade, também, baseada no respeito mútuo entre colegas de classe	93
GRÁFICO Nº 06- As concepções dos alunos sobre a convivência democrática na escola e na sala de aula	99

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo e à minha filha, que acompanharam esta caminhada do início ao fim desprendendo as virtudes do amor, da paciência e da tolerância.

Aos meus pais cujas virtudes do trabalho, da dignidade e da responsabilidade são exemplo durante toda a minha vida.

À Maria Antônia de Souza, professora e orientadora de todos os caminhos desprendendo a virtude da temperança.

A Sidney Reinaldo da Silva, professor e co-orientador que mesmo diante de sua vasta sabedoria desprende as virtudes da simplicidade e da humildade.

Para Deus cujo exemplo humanizou as virtudes.

Ao programa de Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná e ao Prosup que me concederam a bolsa de estudos parcial no segundo ano do mestrado.

Aos professores do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná que na virtude do amor pela profissão demonstram atenção e dedicação.

À direção e coordenação da Faculdade União que na virtude do companheirismo estiveram presente durante esta caminhada.

Às professoras e aos alunos que participaram da pesquisa desprendendo a virtude da boa-fé.

RESUMO

Temos por finalidade na presente dissertação refletir sobre a Ética na atualidade e a importância da sua discussão e prática, no Ensino Médio, entre os professores e alunos em sala de aula. Apresentamos duas concepções distintas de Ética: uma Liberal de acordo com a formulação kantiana e outra concepção de Ética no contexto social, a busca individual e coletiva de felicidade; as reflexões desta concepção tomam como base a proposta aristotélica de formação de virtudes através do hábito, na educação do indivíduo para uma sociedade em busca do bem comum, ou seja, a felicidade (eudaimonia). Muito se tem discutido sobre a ética na escola. No Brasil, o capítulo dos PCNs relativo à ética sublinha a necessidade de a escola se configurar em espaço de reflexão sobre a moralidade. Por mais que os manifestos e documentos elaborados pelos educadores tenham o objetivo de fazer da educação escolar um fundamento sólido de formação do caráter, haverá sempre hiatos entre as intenções e a realidade vivida por professores e alunos. Isso porque a capacidade de reflexão, o exercício da crítica, a autonomia, a liberdade de escolha e outras qualidades desejáveis não se configuram em aquisições inalienáveis do indivíduo. Nesse contexto, os objetivos da nossa pesquisa foram identificar o entendimento que os professores e alunos atribuem à ética, à liberdade, à justiça e ao respeito mútuo para convivência democrática; analisar, brevemente, como a ética está inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio no Brasil; verificar como os professores definem as relações de sala de aula, tendo como eixo norteador a educação do caráter e identificar os pontos de convergência e de divergência nas concepções de professores e alunos no que diz respeito à ética. O foco principal da nossa reflexão está para as possibilidades de desenvolver virtudes e, conseqüentemente, posturas éticas através da Educação de gerações e em todos os níveis de ensino ou na educação informal com o objetivo de interferir positivamente nas relações sociais. Em sala de aula a convivência entre professores e alunos se faz através da interação entre eles e que esta propicia enriquecimento e obtenção de êxito.

Palavras-chave: escola, sala de aula e ética.

ABSTRACT

This work aims at proposing reflections on the debates over Ethics nowadays and the importance of its discussion and practice at High School, among teachers and pupils in the classroom. We present two distinct conceptions of Ethics, one is liberal in accordance with the Kantian formulation, and the other a conception of Ethics in the social context, the individual and collective search for happiness, the reflections in this conception are based on the Aristotle proposal of the development of virtues through habit, while educating the individual towards a society which seeks well being, that is, happiness (eudaimonia). A lot has been discussed about Ethics at school. In Brazil, the National Education Guidelines, called PCNs, regarding Ethics highlights the necessity of a school turned into a space of reflection about morality. Despite documents and manifests elaborated by educators with the objective of turning the education into a solid fundament for the character development, there will always be gaps between the intentions and the reality experienced by teachers and pupils. This happens because the capability of reflection, the critics exercise, autonomy, freedom of choice and other desirable qualities cannot be seen as an individual's inalienable acquisitions. In this context, the objectives of our research were to identify the understanding that teachers and pupils attribute to Ethics, freedom, justice and mutual respect to the democratic living; to analyze, briefly, how Ethics is inserted in the High and Fundamental Education National Guidelines, in Brazil, verifying how teachers define the relations in the classroom, with the character education as an axis, and identify the convergence and divergence points in teachers' and pupils' conceptions regarding Ethics. Teachers and pupils think that justice, freedom and mutual respect are indispensable conditions for the conception and practice of Ethics inside and outside school, which shows that they are interdependent conditions. That is, while respecting others I am fair and if I have the freedom of choice my condition is of a responsible social being. They understand Ethics as the human capability of showing reasonable attitudes, coherent with the condition of a social being even if the choices are not the desired ones revealing the capability the individual has of behaving following the middle course.

Key-words: School, classroom, Ethics.

SUMÁRIO

RESUMO	02
ABSTRACT	03
INTRODUÇÃO	06
 CAPÍTULO 1 - ÉTICA E EDUCAÇÃO: MARCOS TEÓRICOS DA PESQUISA	 22
 CAPÍTULO 2 - A ÉTICA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	 49
2.1- A ética na transversalidade	57
 CAPÍTULO 3 - A ÉTICA, A JUSTIÇA, A LIBERDADE E O RESPEITO MÚTUO PARA CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA NO OLHAR DOS ALUNOS E DOS PROFESSORES	 70
4.1 – As concepções de justiça na relação professor-alunos do ponto de vista do aluno	79
4.2 – As considerações dos alunos sobre liberdade na relação professor-alunos baseada no respeito mútuo	85
4.3 – As concepções dos alunos sobre liberdade, também, baseada no respeito mútuo entre colegas de classe.....	90
4.4 – As concepções dos alunos sobre a convivência democrática na escola e na sala de aula	94
4.5 – Professores e alunos: o contraponto de suas concepções sobre a ética, a justiça, a liberdade, o respeito mútuo e a convivência na democracia.	101
4.5.1 – O que falam os alunos	102
4.5.2 – O que falam os professores	108
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 119
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 125
 APÊNDICES	 129
01 Questionário para os alunos	129
02 Roteiro para entrevista com professores	132
03 Roteiro para entrevista com alunos	133

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 01- Quanto ao sexo dos pesquisados	78
GRÁFICO Nº 02- Faixa etária dos pesquisados	78
GRÁFICO Nº 03- As concepções de justiça na relação professor-alunos do ponto de vista do aluno	85
GRÁFICO Nº 04- As considerações dos alunos sobre liberdade na relação professor-alunos baseada no respeito mútuo	90
GRÁFICO Nº 05- As concepções dos alunos sobre liberdade, também, baseada no respeito mútuo entre colegas de classe	93
GRÁFICO Nº 06- As concepções dos alunos sobre a convivência democrática na escola e na sala de aula	99

1 INTRODUÇÃO

A Ética, na relação professor-aluno, na sala de aula, no Ensino Médio, tornou-se uma inquietação de pesquisa a partir da própria experiência docente, ao observar a maneira como professores e alunos se relacionam. As próprias angústias que emergem no cotidiano escolar frente às dificuldades presentes no relacionamento entre professores e alunos contribuíram para justificar a escolha do tema para pesquisa. Considerando também, a necessidade da aprendizagem contínua do professor para enfrentar o desafio como profissional atuante no processo ensino-aprendizagem que, através de sua argumentação e, também de sua maneira de agir, de atuar, das suas práticas pedagógicas e de suas atitudes, interfere no processo de orientação e até de formação dos seus educandos.

O educador participa do processo de formação humana. Vemos, na escola, um espaço para construção de conhecimento, mas também um espaço colaborador, em parte, na preparação do indivíduo para a vida em sociedade, para o trabalho, para a cidadania, para a convivência social, pois na escola, na sala de aula convive-se e vivencia-se uma realidade social.

A nossa atuação de treze anos como professora do curso de Magistério e nos últimos seis anos, paralelamente, no Ensino Médio despertou o interesse e, ao mesmo tempo, a necessidade própria e dos colegas de profissão de entender e reconhecer as atitudes dos alunos e do professor em sala de aula e qual a real interferência dessas atitudes no despertar à concepção de ética e de atitudes éticas para a prática social.

Na sociedade atual, a escola, os alunos e, principalmente, o educador reconhecem a necessidade de entender e aprender a trabalhar e conviver com as diversas atitudes manifestas no ambiente de sala de aula. Mas, para entender e aprender sobre a convivência humana, precisamos de um referencial, uma fonte que ampare nossas ações e nosso entendimento. Assumimos a ética aristotélica que encara a felicidade como principal finalidade do homem e a sua concepção de virtude como meio-termo entre dois extremos para vida na *pólis*. Desse modo, concebemos que as virtudes adquiridas por meio do contato com bons exemplos, do desenvolvimento de hábitos, como defende Aristóteles, podem amparar as relações entre professor e aluno em sala de aula.

Identificamos como possível a convivência em um clima amigável e de entendimento, com base no diálogo, na prudência, na responsabilidade e no respeito à liberdade de cada um entre os sujeitos deste espaço da escola, reconhecendo a importância de atitudes baseadas nas virtudes, na justiça e também no respeito à diversidade de pessoas, idéias e pensamentos que se encontra em uma sala de aula. Nesta convivência em que se enxerga o outro e se vê a importância de hábitos saudáveis e socialmente aceitáveis, tal relação expressa características da ética aristotélica, em que se desenvolvem hábitos comuns para se viver socialmente e com a finalidade de ser feliz.

Durante toda nossa caminhada profissional, observou-se que o entendimento de que a coerência entre o que se diz e o que se faz, ou seja, em atitudes do professor e conseqüentemente de seus alunos, é fundamental na formação humana. Presume-se, então, a importância do educador tornar-se um colaborador na construção não apenas de conhecimentos com seu aluno, mas

no desenvolvimento de hábitos para se constituir a cidadania e aprender a reconhecer as diversidades existentes dentro da sala de aula e na sociedade. Como afirma Freire (2002, p.152) “É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou com elas”. É fundamental entender os diversos comportamentos sociais. Na manifestação das angústias, dificuldades, diferenças, dúvidas, certezas, críticas é que se percebe o desejo de cada um na busca do seu mundo ideal, a felicidade própria e o respeito pelo outro. O encontro ocorre quando os sujeitos estão dispostos a ouvir e falar. O exercício da escuta é essencial para compreender a atitude de cada um dos indivíduos com quem convivemos.

Portanto, a escolha do tema da dissertação prende-se à prática educacional desenvolvida no Ensino Médio visualizando-se a importância de investigar como se concebe a ética e a possibilidade do desenvolvimento de hábitos na relação dos professores com os seus alunos na sala de aula. Assim, diante da realidade do trabalho pedagógico que realizamos e das convicções profissionais, vê-se a necessidade de que a prática docente deve ser revista, refletida e repensada, pois é a forma mais adequada para se perceber os erros e acertos naquilo que se faz. Justificando-se daí a relevância da análise do próprio espaço de trabalho, do ambiente de sala de aula, em que ocorre a convivência dos dois sujeitos centrais da pesquisa – o professor e o aluno.

Nesse contexto é pertinente o pensamento de Boff (2004, p. 09):

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação.

Ao longo da história, a escola tem sido uma instituição fundamental para a sociedade, para o processo educacional infanto-juvenil, o qual tem por objetivo a socialização dos saberes que atendem às demandas da sociedade. Poderíamos encaminhar as discussões para campo da história da educação e da escolarização. No entanto, não é o nosso foco de discussão neste momento.

Parte-se do princípio de que o ser humano produz sua existência no seio da sociedade, por meio dos vários ambientes de convivência, portanto, aqui, a escola é necessária para o desenvolvimento de sua sociabilidade. Devido à diversidade de idéias, interesses, necessidades e outros fatores particulares, a sociabilidade viabilizada na escola, quando a escola se preocupa em desenvolver certas posturas individuais, hábitos para respeitar a coletividade, certamente torna o ambiente saudável e de preparação para a vida social. Como, por exemplo, saber ouvir o outro, respeitar as formas de pensar individuais.

Assim, no mundo de diversidades em que se vive, é difícil e pouco apropriado para o homem contemporâneo aceitar propostas éticas que se restrinjam apenas a um credo ou a uma visão filosófica particular. A questão é saber se, quando se parte da consciência da diversidade, é possível fixar critérios de Bem e de Justiça que respeitem uma concepção democrática de sociedade, determinando valores expressivos, sólidos e que inspirem a conduta dos indivíduos e da sociedade em geral, face aos problemas e desafios que angustiam nosso tempo. Mas, como descobrir os valores que possibilitem a convivência social democrática? Como justificar mesmo a democracia como valor absoluto? Essas questões indicam ao ser humano o desafio para as suas

posturas na sociedade, o reconhecer ao outro. No entanto, é sabido, vivemos num mundo capitalista em que cada um busca a sobrevivência e faz uso dos espaços comuns para conquistar o seu, esquecendo-se do outro. Eis aqui a possibilidade de discussão da necessidade de determinadas atitudes individuais para serem desenvolvidas na escola.

Essa idéia pode ser direcionada para se pensar uma sociedade justa, em que as pessoas possam conviver com um mínimo de respeito. Como em uma nação, um grupo que se associa para buscar certos objetivos. A instituição escola, e, em especial, o interior da sala de aula, a forma como a relação professor-aluno pode ocorrer. O que temos é a possibilidade de discussão; mesmo num pequeno grupo, vemos como possível o início da conscientização, do despertar e até identificar, em sala de aula, bons exemplos que tornem a convivência baseada no respeito à liberdade e na justiça.

Para muitas pessoas, há um elenco de direitos fundamentais a serem preservados e que não podem se perder na sociedade, dentre os quais pode-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. (UNESCO – Brasil). Segundo essa Carta:

Quando os seres humanos nascem, são livres e iguais, e assim devem ser tratados. (art.1º), já o artigo 2º considera que Todo mundo tem o direito a possuir ou desfrutar o que proclama: mesmo que não falem a mesma língua; mesmo que não tenham a mesma cor de pele; mesmo que não pensem como nós; mesmo que não tenham a mesma religião, ou as mesmas idéias; mesmo que sejam mais ricos ou mais pobres; mesmo que não sejam do mesmo país.

Assim supõe-se que tais direitos, em apenas dois artigos da declaração, mostram a idéia de respeito ao outro. Esses direitos irão se desdobrar e se explicitar nos vários domínios da Ética, como a Ética Profissional, a Ética

Científica, a Bioética, etc. Esses direitos gerais devem, porém, estar sólidos e claros para cada indivíduo, cada classe profissional, ou seja, para a sociedade então é possível passar para a formulação das normas.

Há os que crêem que os direitos humanos são a base para se pensar uma convivência social voltada para os direitos fundamentais, o respeito à dignidade da pessoa humana, pois se constituiriam e se explicitariam de forma diferente nas diversas culturas humanas. Por isso não se pode dizer que as concepções específicas são as verdadeiras frente às demais comunidades. Daí a necessidade de se admitir que se deve respeitar a diversidade e a particularidade de cada grupo. Mas isso faz surgir uma grande dificuldade: como intercambiar, ensinar, aprender, somar, partilhar para a construção de um patrimônio ético, que contempla o pequeno grupo para a sociedade humana? Como tornar os direitos humanos respeitados por todas as culturas? Como justificá-los? Como despertar no educador a importância do seu bom exemplo, uma referência positiva para o aluno? Que tipo de educação esse desafio exige?

A Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) definem a escola como um agente capaz de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para a cidadania e qualificando-a para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 em seu título II “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional” no artigo 2º indica que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do

educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Justifica-se, o presente trabalho, na Legislação da Educação Nacional por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais nos Temas Transversais. Também, com a ênfase que o Ministério da Educação bem como a Secretaria Especial dos Direitos Humanos estão dando a esta área atualmente. E, nesse contexto, indica-se a escola como uma instituição capaz de desenvolver a consciência ética, ecológica, cívica, autônoma e solidária. Portanto, o que se vê é uma mobilização nacional de organismos governamentais, através de políticas públicas (PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos) e não-governamentais para a consolidação dos direitos humanos e concretização de um Estado Democrático de Direito.

Entretanto, sem o reconhecimento da capacidade de articulação dos direitos humanos e dos desafios educacionais inerentes a ela, destacam-se, por outro lado, concepções relativistas que se baseiam numa antropologia diversa daquela que foi defendida pelos iluministas em torno dos Direitos Humanos. No caso do relativismo, a proposta de convivência entre os diferentes foi pensada a partir da diferença radical e não da igualdade que fundaria os direitos humanos. Qualquer tentativa de se propor ou impor valores absolutos e universalistas era vista como um imperialismo e como uma forma de dominação e de desrespeito ao diferente e ao ser diferente. Essa concepção é passível de questionamentos, pois como conviver com princípios individuais e específicos, se na pesquisa estamos preocupados com o reconhecimento e a concepção da ética que permitam o bem comum? O bem comum é importante, ressaltar que nesta

discussão, se refere a cada pessoa sendo respeitada em sua individualidade e liberdade, porém, sempre lembrando do ser que vive em sociedade e que essa convivência é baseada na justiça, na finalidade humana em busca da felicidade.

Essa polêmica diz respeito à escola e às práticas em seu interior. Então como visualizar a escola, a sala de aula como um referencial de ética, numa época de perda de referências, como a família, que tem uma estrutura diferenciada das famílias tradicionalmente conhecidas; como ver, ouvir ou ler os meios de comunicação transmitindo concepções como reais e verdadeiras (propagandas de produtos inacessíveis a todas as famílias) e que muitas vezes não condizem com o dia-a-dia das pessoas e que não são percebidas? Na sociedade atual, manifestam-se as desigualdades, a exploração do homem pelo homem que são características da sociedade capitalista.

No dia-a-dia, o que desponta, quase sempre, é um tipo de indagação comum: o que é ser um bom pai, uma boa mãe, um bom companheiro, uma boa companheira? Depois da família, a escola é uma instituição que contribui fortemente para que o aluno se integre ao contexto social. Em primeira instância, na família, o indivíduo tem contato e se adapta aos valores, costumes e normas próprias. Nesse sentido, a escola como instituição formadora, de certa forma procura “dotar seu aluno” de ferramentas para que seja livre, autônomo, solidário, colaborativo e assim encaminhar sua vida eticamente. No ambiente escolar, os educandos podem conhecer e vivenciar as normas de convívio, se praticadas por todos e também aprender a questioná-las caso não sejam justas. Ao ser justo, tolerante e respeitoso, ou seja, dando e praticando bons exemplos, ensina-se o bom senso e a consciência do meio-termo nos atos individuais.

Nesse contexto, a relação professor-aluno assume importância fundamental. No contato diário com jovens, percebe-se que estes acalentam sonhos e projetos para seu futuro os quais não se limitam à vida particular, mas envolvem a transformação da sociedade, a construção de um mundo mais justo e humano. Vislumbram até a busca da solução de todos os problemas que a humanidade enfrenta. É a idade do idealismo, de importância fundamental para as realizações posteriores. E, nesse momento, criam condições de reunir valores e normas num sistema pessoal próprio. Um programa de vida que é condição indispensável à estruturação da cidadania, pois é esse programa de vida que disciplinará a vontade individual e formará a base da cooperação e convivência social por vemos neste programa de vida a busca da felicidade.

A partir de tais premissas, chama-se a atenção para a necessidade de entender e investigar o agir humano identificando suas concepções de ética e se estas se manifestam no contexto social escolar, especificamente na relação professor-aluno na sala de aula. As questões que compõem a problemática central da pesquisa são. Como os sujeitos de sala de aula definem a ética e como concebem justiça, liberdade, respeito mútuo para uma convivência democrática? Quais são os pontos de convergência e de divergência entre as concepções dos sujeitos de sala de aula sobre ética? Tem-se em vista que a relação entre professor e aluno expressa características da ética como a justiça, a liberdade, o respeito mútuo. Parte-se do pressuposto de que a existência de diálogo entre professor e alunos é fundamental no desenvolvimento de hábitos dos sujeitos na sala de aula.

Os objetivos da pesquisa são: identificar qual o entendimento que os alunos e os professores tem da ética, do respeito à liberdade, da justiça, do respeito mútuo para uma convivência social democrática; verificar como os professores definem eticamente as relações entre eles e os alunos, tendo como eixo norteador a educação do caráter; identificar os pontos de convergência e de divergência entre as concepções de professores e alunos no que diz respeito à ética.

A educação moral, que toma como base a ética aristotélica, segundo Ramiro Marques em sua obra “O livro das virtudes para sempre” (2001, p.49), têm entre seus principais representantes os educadores norte-americanos Edward Wyne, Thomas Lickona, Willian Bennet, Kevin Ryan e Stephen Tigner. Esses educadores consideram que a principal finalidade da educação é ensinar a compreender e apreciar o Bem, identificando-se diretamente com nossas expectativas em torno das referências teóricas para pesquisa.

Para atingir tais objetivos, delimitaram-se os procedimentos metodológicos descritos a seguir.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a utilização de técnicas do tipo entrevista e questionário. Os gráficos que apresentamos no terceiro capítulo são de caráter ilustrativo, para visualização das características dos alunos participantes da pesquisa. A entrevista de acordo com Lüdke e André (1986) cria uma relação de interação, com uma atmosfera de influência recíproca entre entrevistador e entrevistado. O contato direto entre o pesquisador e o pesquisado pode criar maior comprometimento do pesquisado, tornando os dados mais completos e detalhados, pois permite a captação imediata e corrente

da informação desejada; o tratamento de assuntos variados e aprofundamento de questões levantadas a partir de outros instrumentos; a correção, esclarecimento ou adaptação que a tornem mais eficaz.

Quanto aos tipos de entrevistas, elas podem ser estruturadas (padronizadas); não-estruturadas (não-padronizadas); e semi-estruturadas que podem ser consideradas mais adequadas para o trabalho que se faz atualmente em educação; então faremos uso da entrevista semi-estruturada em nossa pesquisa. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 33 - 37). As exigências na entrevista: 1) respeito pelo entrevistado; 2) capacidade de ouvir atentamente e estimular o fluxo das informações; 3) uso de roteiro com tópicos principais (ainda que este seja feito antes da entrevista para que o pesquisador tome consciência de seu objetivo); 4) seu êxito depende das qualidades e habilidades do pesquisador. Os cuidados na entrevista estão associados à capacidade de percepção do entrevistador em captar os aspectos não-verbais e o registro dos dados podendo utilizar as tradicionais anotações e/ou gravações.

É uma pesquisa qualitativa, pois propicia ao processo de investigação flexibilidade em relação à área, aos sujeitos e à metodologia de pesquisa. Segundo Minayo (1994, p.21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

De acordo com os fundamentos da pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se desenvolveu em dois momentos. No primeiro momento, realiza-se uma fundamentação teórica inicial que sustenta o segundo momento representado

pelo trabalho de campo. Durante o processo de pesquisa, a fundamentação teórica vai se consolidando.

Os sujeitos da pesquisa serão professores e alunos do ensino médio de uma escola pública estadual na cidade de Ponta Grossa. Foram selecionados três professores, que atuam em três áreas diversas de conhecimento e nessa investigação foram escolhidos os professores das seguintes disciplinas: Português, Matemática e Literatura. Foram selecionados 125 alunos da segunda série do Ensino Médio. A escolha desses alunos ocorreu devido ao meu contato direto como professora deles, no ano de 2004. Considera-se também a disponibilidade e presteza desses alunos da 2ª série do Ensino Médio em participar da pesquisa.

Quanto aos professores, ao saber da investigação, colocaram-se à disposição durante o processo e nas considerações e colaborações a serem feitas, haja vista o interesse na pesquisa com o resultado final, já contando com este, para melhorar o entendimento das relações professor e alunos no trabalho desenvolvido na sua sala de aula. Outro ponto relevante para a escolha dos professores foi pela sua prática em sala de aula, pois demonstram comprometimento e preocupação com o processo ensino-aprendizagem e com as relações interpessoais em sala de aula. Isso é demonstrado por estes profissionais, mediante freqüentes discussões e indagações feitas na sala dos professores, em encontros pedagógicos, nas reuniões de conselho de classe, quando comentam a respeito das indagações feitas aos seus alunos sobre críticas que fazem com relação ao seu trabalho, a fim de que possam rever sua prática e propor melhorias e inovações. Consideraram, que em sua matéria, é

possível fazer análise e reflexões sobre a educação moral, seja em textos, em atitudes ou em exemplos positivos demonstrados pelo próprio profissional.

Por meio da entrevista, serão obtidas as concepções sobre ética, liberdade, justiça, respeito mútuo para a convivência social democrática bem como o uso e a percepção dos mesmos na relação professor-aluno, pelo professor pesquisado.

Para orientar os procedimentos metodológicos, utilizou-se a afirmação de Minayo (1994, p.26) de que “a boa amostragem é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. O questionário e a entrevista bem estruturados, com perguntas objetivas e subjetivas que permitam aos pesquisados expressarem suas ações e modos de pensar, serão significativos na demonstração dos dados que se desejam coletar.

A qualidade e a relevância da pesquisa dar-se-á pela participação de alunos e professores do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná, na cidade de Ponta Grossa, pois são os elementos que fazem parte do cotidiano profissional, e os jovens são ávidos de idéias, sonhos e pretensões pertinentes ao tema em questão.

A análise dos dados será iluminada pelas reflexões dos teóricos que mais discutiram e, ainda, analisam a ética e as suas relações com a educação. No campo da ética, traremos as reflexões de Aristóteles (2003) tomando como referência as virtudes humanas. No campo da educação, veremos as concepções do ponto de vista da construção de um espaço de diálogo na sala de aula em Freire (2002). E a ética e educação nas reflexões e análises de

Ramiro Marques (2001) que aborda uma discussão do espaço escola e sua participação na formação da sociedade bem como as exigências que esta lhe faz, sendo que ele analisa as contribuições aristotélicas para a educação.

Parte-se do entendimento de Ética como desejo, vontade, necessidade do ser humano, indispensável para a convivência em sociedade, dando atenção às concepções, aos princípios de Freire sobre ética “...ética enquanto marca da natureza humana” (FREIRE, 2002, p.19). Queremos abordar a questão da ética aristotélica das virtudes como referência do processo educativo, apontando a possibilidade em verificar o desenvolvimento de hábitos em sala de aula na formação e na preparação para a cidadania e para o trabalho.

É nesta percepção de Ética, como condição humana, que ela se desenvolve no seio da sociedade e, portanto, na escola como instituição social e formadora. E, de acordo com as possibilidades de reflexão e as discussões na sala de aula, sobre as práticas e atitudes dos professores e dos alunos, que podem direcionar para acordos e/ou desacordos que se faz uma sociedade mais ética e, em consequência, mais justa e preocupada com o bem comum.

No cotidiano, o ser humano, em suas convivências, eternamente está aprendendo, e, em especial, no espaço da sala de aula, em que a aprendizagem sistemática viabiliza o acesso às diversas culturas e, também, a consolidação da ética por meio das vivências, das críticas, do diálogo e em consenso nos diversos grupos.

Em relação a esse espaço, Sanfelice (1993, p.86) afirma que “A Sala de Aula não é aquele espaço físico inerte da instituição escolar, mas aquele espaço físico dinamizado prioritariamente pela relação pedagógica”.

Partindo dos pressupostos transcritos no projeto de pesquisa, pretende-se estruturar esta dissertação dividindo-a em quatro partes.

O primeiro capítulo apresenta idéias de pensadores renomados que, ao longo da história, se empenharam em discutir, escrever e esclarecer os conceitos de ética e a sua presença na vida social do ser humano. São teorias que fazem entender e mostram a necessidade de tratar as questões éticas em todos os tempos para a convivência social equilibrada, do ponto de vista de cada indivíduo e sociedade. Far-se-á, ainda, uma discussão sobre as questões da modernidade “Idade da Razão”, de forte influência na atualidade, proporcionando questionamentos profundos e críticos sobre o mundo e, principalmente, com relação aos valores modernos e a possibilidade de sua redefinição. Estes questionamentos devem respeitar, porém, a individualidade, a dignidade humana, assim como a tradição cultural de cada sociedade.

O segundo capítulo concentra-se na escola, caminho teórico para pensar a ética na relação professor-aluno. Mostrar-se-á uma breve discussão a partir dos parâmetros curriculares no que diz respeito à ética na transversalidade, sua aplicação como parte dos conteúdos de ensino, e no que discute a preparação para a cidadania em Miguel Arroyo (2003) desde a modernidade até os dias atuais.

O terceiro capítulo apresentará o enfoque conceitual dos pesquisados, professores e alunos, com relação à escola e às concepções éticas por meio da pesquisa. A pesquisa em questão, após análise, demonstrará o posicionamento dos professores e alunos, frente ao contexto escolar e suas concepções éticas.

Finalizando o terceiro capítulo, a partir da análise dos dados coletados e à luz das teorias estudadas, pretende-se apontar algumas sugestões, por meio dos dados coletados e analisados, que venham ajudar, facilitar e, talvez, melhorar o trabalho diário de sala de aula, subsidiando as relações dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem.

2 ÉTICA E EDUCAÇÃO: MARCOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Na atualidade, os debates sobre ética fazem parte do dia-a-dia das pessoas. Quando se faz alusão sobre a ética, seja na política, na profissão, na empresa, na economia, na escola, na família ou nos grupos de lazer, estão em foco condutas consideradas honestas, justas e que não lesam o patrimônio público, as diversidades das pessoas e das culturas e os direitos do cidadão.

O que se observa é a preocupação das pessoas, novas ou velhas gerações em busca de possibilidades e alternativas para melhorar as relações sociais. Tal preocupação leva-nos a indagar as concepções de alunos e professores sobre a ética na convivência de sala de aula. Vemos na educação de gerações uma possibilidade para o entendimento e a análise da importância da ética nos grupos sociais. Uma educação formal ou informal que permita a pessoa autonomia, a possibilidade de conquista do seu espaço e sua condição de ser social. Portanto, vamos buscar as concepções de ética e a sua aplicação como forma de fundamentar o processo educativo informal e o formal, pois, neste momento o que vemos é uma distância entre ética e educação, mas ambas abarcam toda a sociedade como um elemento presente e indissociável da condição humana.

Façamos alguns esclarecimentos conceituais em torno da discussão que se pretende fazer sobre a educação, a ética e as virtudes para Aristóteles numa visão da ética na versão comunitarista¹, ou seja, uma visão social, por concebê-la na convivência social por meio das virtudes adquiridas nos hábitos

¹ GUARIGLIA, O. *Una ética para el siglo XXI: ética y derechos humanos en un tiempo posmetafísico*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, S.A., 2002.

desenvolvidos no meio social. Trazer esclarecimentos, também, da visão da ética na versão liberal sistematizada por Kant e outros teóricos ou comentaristas que discutem e estudam a ética nessas duas teorias. Sua escolha se fez devido às questões levantadas pelos alunos em sala de aula e, posteriormente, analisadas à luz dessas teorias éticas.

A educação faz parte da vida de todos os seres humanos. Em casa, na rua, na igreja, com os meios de comunicação ou na escola, todos nós nos envolvemos com ela, seja para aprender, para ensinar ou para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para conviver, todos os dias estamos nos educando. Não há uma única forma, um modelo único de educação, e a escola é um dos lugares em que a educação acontece. É considerada diferente das outras instituições educadoras porque possui características específicas. Aranha (1996) assim define.

Na escola a educação sobretudo é formal porque supõe um grupo de profissionais especialmente instituído para exercer determinadas funções e elaborar um projeto de ação mais efetiva. Mesmo quando a educação na família é intencional, deliberada, não tão organizada, planejada ou controlada como é (ou deveria ser) a escola. (ARANHA, 1996, p.72).

As formas de educar e os fins da educação variam no tempo, isto é, de acordo com as exigências da sociedade em que se vive. A educação (*educere*) tem um significado fundamental em relação à ética, pois indica a formação integral do ser humano, o desenvolvimento de suas potencialidades com uma fundamentação ética para essa prometida formação integral do ser humano. Chauí (2003, p.245).

Para os gregos correspondia à *Paidéia*, a formação ou educação do corpo e do espírito dos membros da sociedade. Essa maneira de compreender

educação se revela uma exigência ética da educação, que é fazer com que o indivíduo se eduque, se compreenda como membro de uma sociedade e assuma sua responsabilidade solidária com essa sociedade ou comunidade (com o outro homem) e com a natureza.

Cabe perguntar, qual a relação existente entre ética e educação contemporânea? Silva (2004), em sua obra intitulada “Instrução pública e formação moral – a gênese do sujeito liberal segundo Condorcet”, escreve sobre as possibilidades da proposta de Condorcet à educação para a democracia e a formação moral nos dias de hoje, ressaltando que:

A educação, atualmente, tem sido direcionada de acordo com modas difusas vinculadas a interesses econômicos e políticos hegemônicos que transcendem as fronteiras dos países.[...] a idéia de uma instrução capaz de formar indivíduos críticos, com capacidade analítica e racional, culturalmente descentrados, abertos para o respeito a humanidade como um valor universal, torna-se cada vez mais combatida pelas novas tendências curriculares pluralistas, que ancoram em valores multiculturais, visando ao desenvolvimento da afetividade e das inteligências múltiplas. Com as propostas de ensino baseadas nos direitos das minorias e no resgate das culturas e tradições locais, perde-se cada vez mais o foco da idéia de gênero humano e de sua unidade racional. (SILVA, p.130, 2004).

Com esse panorama anunciado por Silva podemos assentar nossas convicções quanto a competência da educação formal ou informal na orientação de hábitos às futuras gerações. Vamos às concepções de ética e às possibilidades de eliminar tais dicotomias num processo contínuo de busca de alternativas para minimizar as dificuldades.

Na linguagem comum, costumeiramente, atribui-se à palavra ética a mesma definição que se dá à palavra moral, a saber, referência a um conjunto de normas e regras cujo respeito é determinado pela sociedade em que essas regras são ou foram criadas e, em consequência, seguidas. É importante

ressaltar nesse caso que o indivíduo tem a possibilidade de optar e agir segundo suas convicções e arcar com as conseqüências de seus atos. Quando se diz, por exemplo, que uma pessoa "não tem ética", normalmente significa que ela não pauta suas condutas por regras que, se seguidas, evitariam que alguém fosse, de alguma forma, por ela prejudicado, demonstrando uma conotação de ética a partir da heteronomia, ou seja, uma determinação externa que obriga a agir desta ou daquela forma.

Nos diversos agrupamentos de pessoas, existem os códigos de ética a exemplo temos para todos os profissionais códigos que contêm prescrições, deveres, direitos, punições aos quais o profissional deve se submeter. A transgressão ou violação implica na aplicação da lei, ou seja, entra-se no campo do Direito e, que se caracteriza como heterônimo, baseado em princípios, normas, regras, as leis que determinam a convivência social, porém não cabe nesta discussão se fazer referência, pois não é nosso foco de reflexão.

Todavia, moral e ética não são sinônimas. Assim, faz-se necessário explicitar duas possíveis diferenças de sentido entre ambas.

Na primeira, pode-se falar em moral para designar os valores, princípios e regras que uma determinada comunidade ou um determinado indivíduo legitimam ou regulam as práticas de um povo e, então, menciona-se ética para se referir à reflexão sobre tais valores, princípios e regras. A reflexão pode ser filosófica: neste caso, discutem-se os fundamentos da moral, seus conteúdos, o valor de suas máximas, entre outros. Mas a reflexão também pode ser científica, e, assim, estudam-se as variáveis sociais, culturais, econômicas, psicológicas do fenômeno humano chamado moral.

A segunda diferença que se faz entre moral e ética não incide sobre o grau de abstração de uma em relação à outra (na definição anterior, a ética estaria em nível superior), mas sim, sobre duas problemáticas diferentes, embora certamente indissociáveis. A moral referir-se-ia à dimensão do dever, enquanto a ética diria respeito à dimensão da felicidade. Comte-Sponville esclarece que a moral corresponde à pergunta "como se deve agir?", é como uma polidez² da alma, um saber viver de si para consigo (ainda que trate, sobretudo, do outro), uma etiqueta da vida interior, um código dos deveres, um cerimonial do essencial. De certa forma, independentemente da vontade individual, a moral indica como se deve agir. (COMTE-SPONVILLE, trad. Brandão, 2004, p.16) E a ética a outra: "que vida se quer viver?". Comte-Sponville, quando escreve sobre a prudência³ no "Pequeno Tratado das Grandes Virtudes", afirma que a ética da responsabilidade quer que não apenas se responda pelas intenções ou princípios, mas também pelas conseqüências dos atos. (COMTE-SPONVILLE, trad. Brandão, 2004, p.38).

Um bom exemplo desse significado atribuído à ética é o livro de Aristóteles (2003), *Ética a Nicômaco*, dedicado à reflexão sobre a felicidade e às formas de alcançá-la (cultivo das virtudes)⁴. Em sua ética, acima de tudo, preocupa-se com o bem humano. Esse bem é determinado por dois fatores: um fator constante, a natureza (*physis*) humana, que se constitui de uma série de elementos corporais ligados a uma forma dinâmica por ele chamada de alma; e um segundo fator variável, o conjunto de circunstâncias concretas chamada

² É a primeira virtude e, quem sabe a origem de todas as virtudes. (p.13)

³ É uma das quatro virtudes cardeais da Antiguidade e da Idade Média. (p.37)

⁴ É uma força que age, ou pode agir. A virtude é poder, mas poder específico. A virtude é um ser e o que constitui seu valor, em outras palavras, sua excelência própria.(p.7)

pelos gregos de acaso. O homem que consegue organizar as possibilidades de sua própria natureza e, ainda, leva em consideração as circunstâncias que o rodeiam, utilizando-as como apoio e não como obstáculo, alcança o bem que deseja, isto é, uma vida boa. O que o ser humano almeja pode-se chamar de felicidade - eudaimonia⁵ (RUSS p.99, 1994), referindo-se a uma certa forma de viver, uma atividade humana que deve seguir determinadas normas de acordo com a natureza humana.

No entanto, como a natureza humana é profundamente complexa e apresenta tendências opostas, é preciso submetê-la a certas regras ou critérios racionais que a equilibrem. Conseguir esse equilíbrio é o que Aristóteles chama de possuir virtude, componente essencial de felicidade.

A virtude impede que tendências opostas entrem em conflito, ocasionando efeitos destrutivos para o ser humano. Para Aristóteles "...o bem do homem vem a ser uma atividade da alma, de conformidade com a virtude, e se as virtudes são várias de conformidade com a melhor e a mais completa entre elas, e ademais devemos acrescentar que tal atividade deve estender-se por toda vida".(ARISTÓTELES, trad. Torrieri Guimarães, 2003, p.41-42).

Aristóteles divide a virtude humana em duas espécies: as intelectuais e as morais. As virtudes intelectuais são resultado do ensino e necessitam de tempo. Já as virtudes morais são resultado do hábito, e é pelo exercício que se adquire.

Outra contribuição de Aristóteles diz respeito ao ideal de felicidade, pois o homem só será feliz quando estiver vivendo as virtudes na *pólis*. Ao mencionar

⁵ Do grego felicidade, doutrina moral segundo a qual a procura da felicidade é o fim da ação. (p.99)

a vida na *pólis*, conseqüentemente, faz alusão às virtudes da vida em comunidade, permitindo ao ser humano dirigir bem a vida intelectual, sendo capaz de definir e entender o que é bem ou mal para si. Na ética aristotélica, toda ação humana está orientada para a execução de algum bem.

Todavia, há certa dificuldade em definir o bem e a felicidade. Para Aristóteles, alguns bens são preciosos, dignos de estima como a virtude, a alma e o entendimento; outros são desejáveis, como as virtudes que servem para agir bem; outros, como a força, o poder, a riqueza e a beleza são simplesmente potências, que podem ser empenhadas para o bem ou para o mal; outros como a saúde e a ginástica contribuem para a prática do bem. Nesse sentido, Valls (1994) diz que a ética aristotélica é finalista e eudemonista, quer dizer, marcada pelos fins que devem ser alcançados para que o homem atinja a felicidade.

Mas em que consiste o bem e a felicidade para o homem? Qual o maior dos bens? Ora, Aristóteles não isola muito um bem supremo, pois ele sabe que o homem, como um ser complexo, não precisa apenas do melhor dos bens, mas sim de vários bens, de tipos diferentes tais como amizade, saúde e até alguma riqueza. Sem um certo conjunto de bens não há felicidade humana. Mas é claro que há uma certa escala de bens, pois os bens são de várias classes, e uns melhores do que os outros. Quais os melhores bens? As virtudes, a força, o poder, a riqueza, a beleza, a saúde ou os prazeres sensíveis?

A resposta de Aristóteles parte do fato de que o homem tem o seu ser no viver, no sentir e na razão. Ora, é esta última que caracteriza especificamente o homem. Ele não pode apenas viver (e por isso os gregos consideravam fundamental uma boa respiração como base da saúde), mas ele precisa viver racionalmente, isto é, viver de acordo com a razão. A razão, para não se deixar ela mesma desordenar, precisa da virtude, da vida virtuosa. Qual seria, então, a virtude mais alta, ainda que não única e necessária? O bem próprio do homem é a vida teórica ou teórica, dedicada ao estudo e à contemplação, a vida da inteligência. (VALLS, 1994, p.29 - 30).

Para determinar quais são os bens e a atividade própria do homem, Aristóteles analisa as funções do ser humano: uma é viver, mas esta é comum ao homem e aos outros seres vivos, outra é sentir, que também é comum a ambos e a terceira, que distingue verdadeiramente o homem, é a atividade

racional; portanto esta é a atividade própria, e assim a vida do homem consiste em viver conforme a razão, a qual deve dirigir e regular todos os atos humanos, isso implica uma vida virtuosa. Como há muitas virtudes para perfeição do homem, logo seu bem e sua felicidade são dirigidos pela maior das virtudes que é a sabedoria.

A felicidade é definida como atividade da alma, dirigida pela virtude perfeita; é ideal, para conquistá-la é necessário, porém, muito exercício e muita prática da virtude. Mas em que condição ela é um meio-termo para a felicidade? As virtudes morais consistem no equilíbrio entre os dois extremos viciosos, em toda quantidade é possível distinguir o excesso, o pouco e uma medida, que é o meio-termo. Quando se trata de coisas, o meio-termo é aquele ponto que se encontra em igual distância entre dois extremos, mas quando se trata do homem, o meio-termo é aquilo que não peca por defeito ou por excesso, essa medida muda muito e não se repete de homem para homem.

Dentre os limites impostos ao homem para respeitar o meio-termo, estabelecida pela *polis*, primeiramente, é necessária a sua inserção para se desenvolver intelectualmente, pois a visão de vida ideal está vinculada à intelectual. Portanto, há um problema: a felicidade e a liberdade implicam necessariamente racionalidade. Nessa visão, volta-se ao início da ética e indicam-se os principais conceitos propostos por Aristóteles, ressaltando, portanto, a importância e a relevância dessa proposta ética. O foco central de análise, a significação contemporânea da Ética das Virtudes de Aristóteles em sua relação com a educação, tendo como ponto de referência o respeito ao particular, a natureza (*physis*) e ao universal. As reflexões de Aristóteles

abordam as concepções éticas a partir das virtudes (*aretê*) e a busca constante do ser humano pela felicidade (*eudaimonía*).

Aristóteles (384-322), em sua obra “Política”, faz menção ao Bem e ao Conhecimento, “... toda arte e investigação, e igualmente toda ação e todo propósito tem em mira um bem qualquer”. (ARISTÓTELES trad. Torrieri Guimarães, 2003, p.11). A tradição moderna tem seus elementos de referência já na Grécia Antiga. E a proposta de Aristóteles é sempre um referencial para se compreender e debater essa tradição, quer no que se refere aos elementos que ela guarda de sua proposta, quer na forma como ela rompe com sua concepção de mundo e de sociabilidade.

A citação acima define a condição humana como racional, social e a prática para o bem. Atualmente, atribui-se a essas condições o impulso para agir e para a prática que aproxima do bem. Os fins levam ao comportamento social apropriado, ou seja, o mais próximo possível de “certa” harmonia e equilíbrio. Trata-se para Aristóteles de se formar o caráter e de se desenvolver as virtudes ou a tendência para agir conforme o bem por meio de práticas virtuosas. O pensamento ético-político, ou seja, as referências de Aristóteles nas obras que tratam da ética e da política, “Ética a Nicômaco” e “Política” tornou-se uma referência contemporânea a partir da segunda metade do século XX. Na “Política”, ele faz alusão, em vários momentos de seu livro, sobre a importância da educação como alicerce para a formação do caráter. Especialmente na Alemanha e no mundo anglo-americano, revaloriza-se a filosofia prática aristotélica como uma forma de releitura das idéias centrais de sua ética como *práxis* (filosofia prática: ética e política), *phrónêsis* (prudência – razão prática),

aretê (virtude) em que o indivíduo enfrenta a vida a partir da decisão individual, mas com visão no coletivo.

A ética das virtudes, compreendida como *práxis* humana, que tem por objeto a ação, identifica o bem ético e político no indivíduo como aquele que vive e participa da comunidade política, identificando e reconhecendo sua finalidade. Portanto, para Aristóteles, as ações humanas são realizadas por uma vontade racional que lhes permitirá uma ação mediana (GUARIGLIA, 2002, p.65).

Numa concepção de *práxis* humana, Vázquez evidencia que a ética não é moral e, portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições, sua missão é explicar a moral. Nas discussões fundamentais sobre a ética, teoriza-se que “A ética é a teoria ou a ciência do comportamento dos homens em sociedade”. (VÁZQUEZ, 1999,p. 23) Nessa definição, o autor sublima, em primeiro lugar, o caráter científico da disciplina que corresponde à necessidade de uma abordagem científica dos problemas morais; a ética ocupa-se de um objeto próprio: um setor da realidade humana, denominado moral, constituído por um tipo peculiar de fatos ou atos humanos.

O autor alerta para que não se confunda a teoria com seu objeto, o mundo moral. As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas, e ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter; e não somente não têm esse caráter científico, mas a experiência histórica moral demonstra

como, muitas vezes, são incompatíveis com os conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais.

A ética contemporânea, nas considerações de Vázquez (1999), surge em uma época de contínuos avanços científicos e técnicos e de um imenso desenvolvimento das forças produtoras, que acabaram por questionar a própria existência da humanidade, devido à ameaça que seus usos destruidores acarretaram. Essa ética, em sua visão, manifesta-se contra concepções anteriores que citam as reações sobre as seguintes condições:

- a) contra o formalismo kantiano e o racionalismo de Hegel é uma tentativa de salvar o concreto em face do formal, ou também o homem real em face da sua transformação numa abstração;
- b) em favor do homem concreto (o indivíduo para Kierkegaard e para o existencialismo atual; o homem social, para Marx);
- c) contra o racionalismo absoluto e em favor do reconhecimento do irracional no comportamento humano (Kierkegaard, o existencialismo, o pragmatismo e a psicanálise);
- d) contra a fundamentação transcendental (metafísica) da ética e em favor da procura de sua origem no próprio homem. (VÁZQUEZ, 1999, p. 284-5)

Nas afirmações do referido autor, tais foram os rumos principais nos quais se orientaram as doutrinas fundamentais no campo da ética. Com essa breve análise, verificou-se a relação entre juízos morais e particulares que parecem obedecer, ao longo da história, aos estágios desde a obediência irrestrita e automática às normas em vigor, até culminar no uso da razão ou consciência crítica na análise e proposição ética.

Ainda, em se tratando da distinção entre moral e ética, Ricoeur (2003, p.02) destaca que:

É por convenção que reservarei o termo ética para a procura de uma vida boa e o de moral para a articulação entre esta perspectiva e as normas caracterizadas ao mesmo tempo pela pretensão à universalidade e por um efeito de coação.

Para ele, a perspectiva ética é "a perspectiva da 'vida boa', com outrem e para outrem, em instituições justas" Ricoeur (2003, p. 02). É mister que, como afirmou Paul Ricoeur, o emprego diferenciado de moral e ética depende de uma convenção. Mas o fato dessas palavras remeterem a questões distintas (normas, fundamentos, estudos empíricos, vida boa) não deve passar despercebido.

Há muita riqueza nesse campo de reflexão, notadamente para a educação: tratando de normatizar as condutas dos alunos? De instruí-los sobre sistemas éticos? De fazê-los refletir sobre as relações humanas, sobre a felicidade, sobre as virtudes? Os temas "ética e educação" podem muito bem se referir a essas perguntas e a outras mais. Parecem estar claras as questões conceituais, as elucidações já permitem a passagem para as reflexões da educação e da ética na Modernidade que aponta para as posturas deste momento da história.

A modernidade surge com a crise do mundo medieval e com o questionamento das concepções de mundo, sociedade, política e moral de Aristóteles, que até então prevaleciam. Agora, novos valores surgem, como o indivíduo e a subjetividade, a idéia de contrato social como base da convivência justa. De acordo com as idéias de John Locke e Jean Jacques Rousseau, parte-se do pressuposto de que o ser humano assume com seus semelhantes a obrigação de comportar-se de acordo com as regras para conviver em sociedade, consolidando-a e promovendo a paz e a harmonia do grupo social.

No final do século XVII, início do século XVIII, operou-se na Europa uma mudança de idéias e convicções que transformaram a realidade. O traço

dominante da nova concepção do mundo e da vida era o emprego da razão como única norma de juízo⁶. Nada que não se pudesse justificar à luz do intelecto, nada que não pudesse ser *iluminado* pela inteligência humana teria direito à existência. Alicerçou-se todo o ideal de uma cultura intelectual fundada no progresso do conhecimento. Daí seus traços fundamentais de emancipar-se da escravidão, a crença em um progresso ininterrupto de liberdade, dignidade e felicidade dos homens, autonomia, solidariedade de todos sobre o fundamento dessa cultura intelectual sempre crescente.

Como resultado desse movimento *iluminista*, as questões morais também tomam como base o intelecto e admitem que toda virtude provém do conhecimento, todos os homens são dotados de razão e o desenvolvimento dessa faculdade humana levaria à concretização dos ideais de justiça e de igualdade pelos quais lutavam. A crença na capacidade racional do homem leva ao pressuposto de que a única barreira para a conquista da justiça e da igualdade está na ignorância.

Dessa forma, o racionalismo *iluminista* empreende a tradução dos desafios éticos na difusão de “luzes”. Rousseau procura conciliar o dever e a idéia de uma natureza humana que precisa da moral. Ainda assinalou que todo apogeu do saber fez dos homens cada vez mais infiéis ao seu verdadeiro destino e a sua verdadeira essência. Em sua visão, o homem é inteligente e criativo, possibilitando-lhe a evolução. Mas, pode, também, desenvolver práticas para o mal e, ao se encaminhar para ele, origina as diferenças e relações

⁶ Em Kant: define-se juízo como o entendimento em geral como o poder das regras, o juízo será o poder de subsumir sob regras, isto é, de decidir se uma coisa está ou não submetida a uma regra dada. “Um juízo é a representação da unidade da consciência de diferentes representações ou da representação de suas relações enquanto constituem um conceito. É a capacidade de pensar o particular como contido no geral”. (Russ, 1994, p. 159)

maléficas para a humanidade. No Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, destaca que as desigualdades estão na propriedade de terra, na propriedade de bens e que tais conquistas, apenas por pequena parcela da população, estabeleceram condições de submissão e servidão.

Segundo Rousseau:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer 'isto é meu' e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos ciúmes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupariam ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: 'defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!' Grande é a possibilidade, porém, de que as coisas já então tivessem chegado ao ponto de não poder mais permanecer como eram, pois essa idéia de propriedade, depende de muitas idéias anteriores que só poderiam ter nascido sucessivamente, não se formou repentinamente no espírito humano. Foi preciso fazer-se muitos progressos, adquirir-se muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de geração para geração, antes de chegar a este último termo do estado de natureza. (Os Pensadores, 1999. p.265-6)

Ainda, de acordo com Rousseau, a convivência social baseia-se na vontade social e a lei emana dessa vontade social geral permitindo autonomia. Portanto, os homens se submetem às leis que emanam deles próprios, sob a forma de "contrato social". A consciência moral, para Rousseau, é inata, é uma consciência intuitiva e imediata. Deus deu a consciência para amar o bem.⁷ O homem precisa ser capaz de reconhecer a si mesmo, reconhecer ao outro, obedecer às leis e ainda ser livre. As aplicações da natureza humana como fonte de auto-produção faz-se do pensamento pedagógico moderno em Rousseau, Olkers 1992 (apud HERMANN, 2001, p. 42) "... se o tema natureza era freqüente no discurso literário e filosófico do século XVIII, a originalidade de Rousseau

⁷ É em Emílio, que Rousseau expõe sua moral, e esse Deus é um Ser que quer e pode, que move o universo e ordena todas as coisas. (Russ, 1994, p. 363)

consiste na radicalização do conceito de desenvolvimento natural”. Sua concepção de natureza se relaciona com as disposições internas do indivíduo. Ao destacar as leis da natureza, tenta manter a unidade entre homem e universo e atingir o sentimento íntimo da vida, a sensibilidade. É um apelo à interioridade do indivíduo. Agir pelo bem é algo que precisa ser retirado do interior do homem e aí estaria a possibilidade de um ser virtuoso.

Mas é com Kant que o projeto da modernidade iluminista recebe seu complemento. Com ele, ficam definidos os fundamentos não só da ciência moderna, mas do Estado de Direito, da ética e de como deveria ser o futuro da humanidade. Esse pensador sintetiza as tendências em disputa no século dezoito, através da criação de leis objetivas e criadoras do conhecimento da humanidade; da Moral, da Religião, da Arte, da Economia, da Ciência, etc. Em sua obra *Crítica da Razão Pura*, Kant apresenta a fundamentação do conhecimento e a demonstração das suas limitações. As leis objetivas estão para a ciência, como princípio orientador, na busca da verdade diferente das concepções tradicionais que tentavam justificar a existência de Deus, a finalidade do mundo, a imortalidade da alma; em Kant, essas idéias são inerentes à natureza humana⁸ e que só tem como função à orientação da conduta.

Nesse século das *luzes*, Kant demonstra a possibilidade de o homem libertar-se dos preconceitos da tradição e da autoridade. Segundo ele, a razão é para servir ao indivíduo. O que é a Razão Pura⁹? Para Kant, é a idéia de uma ciência particular. Eis que a razão é a faculdade que fornece os princípios do

⁸ Da impossibilidade da prova cosmológica para a existência de Deus (Crítica da Razão Pura, trad. Aléxis Marins, p.456-457, 2002)

⁹ Razão pura –como uma propedêutica, uma ciência que se limite simplesmente a examinar a razão pura, suas fontes e seus limites.(Crítica da Razão Pura, trad. Aléxis Marins, p.58, 2002)

conhecimento a *priori*. Portanto, a razão pura contém os princípios para conhecer algo absolutamente a priori. Um instrumento da razão pura seria o conjunto desses princípios, pelos quais são adquiridos todos os conhecimentos puros a *priori* e efetivamente realizados. (KANT, trad. Aléxis Marins, p.58, 2002).

A reflexão que Kant faz acerca da consciência moral do indivíduo está na Crítica da Razão Prática, em que as leis da razão prática são rigorosamente formais, a variabilidade das condutas é tal que não pode ser predeterminado qualquer conteúdo a *priori* para separar lícito de ilícito, moral de imoral. Todo parâmetro material, diria Kant, é insuficiente para fundamentação da ética, o que pode ser identificado com os fatos ocorridos na sociedade, como, por exemplo, a filiação, a raça, e até suas preferências, vontades e circunstâncias particulares não podem servir de parâmetro para uma ética universal. Diante dessas contribuições kantianas, estabelecem-se dois parâmetros no ser humano que se constituem por um ser que conhece e um ser que age. Em Kant o como agir denomina *imperativo categórico*¹⁰ que universaliza a máxima do indivíduo.

No ideário moderno, a racionalidade tem sido o critério fundamental da moral. Seja no campo do conhecer, seja no campo do agir, como Goergen faz sua análise.

O advento da modernidade não coincide apenas com a edificação de uma ciência livre dos ensinamentos bíblicos e de um espaço político e jurídico auto-suficiente, baseado apenas nas vontades humanas, mas também com a afirmação de uma moral livre da Igreja e das verdades reveladas, estabelecida, portanto, numa base humana-racional, sem recursos às fontes reveladas. Trata-se de uma ética laica e universalista que afirma os direitos do indivíduo que passa a ser o padrão moral dos tempos modernos. (GOERGEN, 2001, p.52)

¹⁰ Imperativo categórico em Kant é uma linguagem prescrita que ordena incondicionalmente, como se o ordenado fosse um bem em si. Lei universal, “procede como se a máxima da tua ação devesse converter-se por tua vontade na lei Universal da Natureza”. (Dicionário de Filosofia, José Ferrater Mora, trad. Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral, p.370-371)

O cidadão moderno bem educado aprende a avaliar certas práticas sociais, profissionais e educacionais a que está ligado no dia-a-dia. Para a educação, supõe-se ser preciso o incentivo à aquisição de princípios racionais a nortear as ações na sociedade. Por outro lado, pressupõe-se o indivíduo “bem educado”, ou seja, aquele que age consciente e racionalmente, para o bem comum.

Fundamentado esse ideário, apresenta-se a concepção de que a escola, no convívio entre professores e alunos, é um espaço privilegiado para se desenvolver a moralidade. É a partir desse aspecto que se dá o enfoque à questão da moralidade e de sua formação na escola, porque a educação é vista como a salvação para a sociedade, pois é por meio dela que se prepara o profissional para trabalhar na indústria, o cidadão, o homem livre. E, na escola reproduzem-se as necessidades sociais. Essas idéias estão explícitas no texto de Buffa, Arroyo e Nosella (2003) “Educação e Exclusão da Cidadania”, quando afirma que:

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como instrumento de conquista da liberdade, da participação, da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pela nova forma de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens. (ARROYO, 2003, p.36)

A educação é colocada a serviço da sociedade representando o poder instituído, como parte dos interesses dominantes, e, dessa vez, a escola serve como espaço para disseminação dos ideais das minorias por meio de uma instituição legalmente estabelecida. A ética kantiana é a ética dos princípios, é deontológica, as pessoas agem eticamente porque são reguladas, seguem as

normas. Portanto, rompe com a concepção de ética baseada nas virtudes humanas.

Com as tendências pós-modernas¹¹, o projeto iluminista passa a ser questionado e novas concepções de convivência humana surgem. Agora a referência é sobre a diferença; é a possibilidade de igualdade na diferença. Há uma supervalorização do individual, todas as representações, as imagens presentes no dia-a-dia criam uma mentalidade sobre a importância do indivíduo, satisfação dos seus interesses, das suas vontades, e da auto-realização, em detrimento do coletivo.

Como aponta Hermann, professora titular em Filosofia da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em sua obra “Pluralidade e ética em educação”, escreve que, “as fissuras do conteúdo normativo da razão moderna também atingem as bases justificadoras da educação” (HERMANN, 2001, p.90 –91). O padrão, as normas, as tentativas de universalização, perdem espaço para as questões relativas a pluralidade. O que indica a palavra pluralidade? Para Hermann (2001), refere-se a uma multiplicidade de normas e formas de vida, teorias e idéias, modos de fundamentação e filosofias, constituindo-se numa inegável marca da atual realidade sócio-cultural. A pluralidade parece uma consequência da condição histórica do homem, não existem mais uma norma, ou uma visão única e aceitável para a realidade e os fatos correntes ou ainda, a possibilidade de uma ética universal. Para Habermas (apud HERMANN, 2001, p.92), trata-se de um tempo por ele denominado pós-

¹¹ As tendências pós-modernas originaram-se no campo da arte e da literatura na década de 1960. As teorias se difundiram no meio acadêmico somente em 1979, com a publicação da obra *A condição pós-moderna* de François Lyotard. A partir daí, o Pós-modernismo se consolidou no campo acadêmico, caracterizando-se pela polêmica e heterogeneidade. A maioria das suas obras faz uma análise ampla das principais questões que norteiam a vida no mundo atual. (informações consultadas dia 11/03/05 no site: <http://www.sielo.br/sielo/php>)

metafísico, em que a metafísica e sua fundamentação foram abaladas pelo desenvolvimento histórico. Esse tempo pós-metafísico apresenta as seguintes características: 1) a queda do pensamento totalizador; 2) os conceitos tradicionais foram submetidos à destranscendentalização e a consciência histórica trouxe a emergência de finitude; 3) o surgimento da filosofia da linguagem em oposição à filosofia da consciência e ao modo objetificador da ciência e da técnica; 4) a relevância dos contextos cotidianos do agir, invertendo-se a relação do primado teoria-prática. Até a modernidade, a educação e a ética eram unificantes e centralizadoras, pois ambas tinham o papel de universalizar idéias e princípios para as ações humanas individuais ou coletivas. Com as novas tendências e, especialmente, a perda de referências, leva-se à ruptura entre ambas, distanciando-as.

Macintyre (1991, p.18), representando o neo-aristotelismo em seu livro “Justiça de quem? Qual racionalidade?”, faz críticas ao projeto iluminista da pretensão de universalismo ético, reconhecendo que esse paradigma se encontra num abismo profundo. Mesmo diante de tantas dificuldades e desafios contemporâneos em torno da educação de gerações, vemos na proposta da ética aristotélica, que trata sobre a educação de gerações, na qual se apresenta uma preocupação com o desenvolvimento de hábitos que podem ser adquiridos, com bons exemplos de indivíduos virtuosos e que vislumbram como finalidade humana a felicidade.

Ao empenhar-se na educação de gerações e, reconhecendo a condição humana de racionalidade, identificamos a possibilidade de formação de hábitos e da imposição de limites dos sentimentos pessoais para sociabilidade na

preparação do cidadão. Precisamos nos preparar e nos conscientizar para enfrentarmos os desafios e dificuldades contemporâneos, por meio do trabalho sério desenvolvido na instituição escola.

Obviamente que dependemos da participação e do comprometimento de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, pois essa cidadania e o cidadão a que nos referimos se baseiam na concepção atual e não na concepção aristotélica em que a sociedade, a *polis*, era formada por classes distintas composta de homens livres e escravos, mulheres e crianças que não eram considerados cidadãos. A cidadania e o cidadão a que nos referimos como a concepção aristotélica reconhece a determinação de limites aos desejos e paixões como consequência da racionalidade e da sociabilidade do homem virtuoso. Este homem virtuoso em Aristóteles é aquele que privilegia o meio-termo, que não peca pelo excesso nem pela escassez de atos retos. Marquez (2004, p.35) descreve a concepção aristotélica de homem virtuoso como, “A pessoa virtuosa é aquela que sabe o que faz, que é conhecedora de seus deveres, que escolhe deliberadamente seguir a conduta reta e é capaz de repetidamente executar a retidão com espírito e vontade inabalável”.

Portanto, o indivíduo é cidadão porque vive e convive entre pares, ou seja, Aristóteles define o homem como ser racional mas também, como ser político porque vive na *pólis*. Na sua obra *Política*, no livro III, apresenta várias definições de cidadão as quais correspondem às diversas constituições das cidades gregas que ele estudou e analisou. No início da obra, afirma, “o homem se constitui em animal destinado, naturalmente, a viver em sociedade” (ARISTÓTELES, 2003, p. 88). De acordo com essa afirmação, não podemos nos

livrar da condição de ser político e de agir com base nessa condição, não somos únicos e dependemos uns dos outros.

Os homens tendem a se agregar não apenas para sua subsistência, mas para atender a sua condição de *“animal político”*. Daí a relevância do reconhecimento, do respeito pelo meio em que convivo e dos atos que pratico para benefício comum. Podemos concluir que a associação humana é parte do ser humano em busca da felicidade, seja por meio de algum bem material, seja pela realização de algum bem individual ou coletivo. As relações desses indivíduos associados são determinadas pelo respeito ao outro.

Para Goergen (2001, p.55), “é preciso encontrar novas formas de limites de normatizações dos comportamentos de modo a viabilizar a convivência humana e a sobrevivência da espécie”. Não é possível uma convivência saudável, de respeito às diferenças, sem que se tenha um acordo entre os indivíduos que convivem num mesmo tempo. Trata-se de entrar em entendimento, ambas as partes precisam acordar e executar o que se considera como aceitável e executável sem menosprezar o valor de cada um, pois distante da moral religiosa e da moral universal impositiva e também de descrédito, de um mundo sem valores e respeito pelo outro, existe a capacidade racional de o homem respeitar a si mesmo e ao outro, por meio de atitudes pensadas e de consenso.

A Justiça, Liberdade e Respeito Mútuo são as condições que elencamos como indispensáveis para a proposta a que nos dispomos na preparação de gerações, ou seja, no desenvolvimento de homens virtuosos para uma sociedade mais justa e humana. Temos a consciência de que a justiça, o

respeito mútuo e a liberdade não são as únicas condições nem se esgotam, mas consideramos que, nesse momento, são o ponto de partida e o fundamento para podermos equacionar as discussões em torno das concepções dos sujeitos da sala de aula.

Façamos algumas reflexões sobre: o que é Justiça? O que é Liberdade? E o que é Respeito Mútuo? Na ótica que estamos discutindo.

De acordo com Conte-Sponville (2004, p.69), a Justiça está entre as quatro virtudes cardeais, sendo as outras três: a prudência, a temperança e a coragem. A Justiça, em suas considerações, está na conformidade das ações com o direito e a igualdade ou proporção entre os indivíduos.

Quando se aborda a justiça, refere-se à condição humana de igualdade nas desigualdades. Haja vista que o sujeito possa desfrutar dos mesmos benefícios em contextos sociais e situações individuais diferenciadas. Esse princípio se efetiva desde que um reconheça o outro como seu semelhante. A Justiça é a disposição de dar a cada um o que é seu de acordo com sua natureza, seu lugar na comunidade, é a vontade e a capacidade humana de respeitar direitos e deveres do cidadão. Então, a Justiça está ligada à condição de respeito mútuo, da vida na cidade, na família, na escola, na sociedade. Para Aristóteles, a justiça é uma virtude moral; das virtudes morais: a coragem, a temperança, a veracidade, a modéstia e a justiça, apenas a última se relaciona ao indivíduo com a sociedade. Pegoraro (1995, 8ªed., p.13) menciona a justiça na sua obra “Ética é Justiça” como o viver eticamente e em sociedade como cidadão é viver conforme a justiça e escreve:

Somente a justiça abre a pessoa à comunidade; ninguém é justo para si, mas em relação aos outros a justiça é a virtude da cidadania que regula toda convivência política. Por isso, para Aristóteles, a justiça é a

estrela de maior brilho na constelação das virtudes morais.

A primeira questão lançada em nossas discussões parte deste pressuposto em torno da justiça como elemento da sociedade, do indivíduo para a sociedade e para a convivência cidadã. Quando as práticas e metodologias utilizadas na escola estão preocupadas com uma sociedade justa estaremos atuando para uma sociedade ética. Portanto, não adianta reclamar ou falar da falta de ética, dependemos de atitudes concretas e talvez tenhamos uma sociedade mais ética porque teremos indivíduos virtuosos que passaram pela instituição escola (um espaço público), que vivenciaram e compartilharam das virtudes entre os membros da escola, em especial na sala de aula, na relação professor-aluno.

A segunda condição lançada para a preparação do cidadão e em consequência para uma sociedade ética diz respeito à condição humana de liberdade. Da mesma forma que a Justiça, também a Liberdade do ser humano está determinada pela condição de ser social. Assim, os indivíduos podem se considerar livres e autônomos, desde que respeitando ao outro, o que indicará a responsabilidade naquilo que se faz. O princípio da liberdade se faz presente na discussão, como um princípio da Democracia. Inicialmente identificamos a necessidade de se entender duas teorias éticas; a aristotélica e a kantiana, a segunda nos permite fazer as reflexões sobre a liberdade. Para Kant, o homem é portador de vontade livre. Pegoraro (1995, 8ªed., p.62) levanta o problema central da vida política nas considerações de Kant:

O problema central da vida política está na administração legal da liberdade, visto que todos os seres humanos são livres no mesmo nível de profundidade. A liberdade é o supremo direito humano, fundadora de todos os outros. Os direitos humanos pertencem ao

homem como tal, isto é, ao ser finito que todos somos, independentemente de considerações que caracterizam, identificam e determinam as pessoas como a cor, a raça, o sexo, a religião, a consciência política ou a condição econômico-social.

Se agimos satisfazendo as nossas vontades, independente das suas conseqüências, estamos realizando atos desprovidos da consciência de liberdade anteriormente definida. Nas duas concepções de ética eleitas como fundantes da nossa discussão, o ser humano permanece respeitado em sua individualidade, nunca descartando, porém, a condição de ser social que caracteriza a autonomia do indivíduo. Essa autonomia pode ser vista como uma dimensão humana que precede e sucede o indivíduo. Nessa perspectiva de liberdade e autonomia social, a ética muito se aproxima do direito, com vistas a normas e imperativos voltados para a coesão social, alteráveis no tempo e no espaço. Pegoraro (1995, 8ªed., p.63) “a liberdade não é ilimitada, mas compatibilizada”.

O respeito mútuo, em Rousseau, é o reconhecimento da força e das capacidades individuais. A união das forças individuais e a liberdade do indivíduo são as forças necessárias para a manutenção das associações humanas. Por meio do *Pacto Social*, em que cada um, unindo-se aos outros, pode fazer valer sua liberdade porque todos são submissos à condição de ser social. No reconhecimento da natureza social do homem e nos acordos com os outros identifica-se o respeito mútuo. O *Pacto Social* é a essência igualitária do Estado legítimo, seja qual for a sua forma de governo (ROUSSEAU, p. 62, 1999). Essa igualdade, portanto, diz respeito às condições do homem em sociedade, seja na política ou seja nas suas condições materiais de vida.

As reflexões e considerações em torno da ética, da justiça, da liberdade,

do respeito mútuo se fazem na tentativa de esclarecer as concepções éticas ao longo da história do ser humano até chegar aos dias atuais. Tem-se objetivado esse entendimento para a possível análise dos dados coletados com os sujeitos desta pesquisa. Pois, alteradas as condições históricas e as perspectivas científico-filosóficas, perdura a questão dualista do bem e do mal. Considera-se, porém, que todo ser humano almeja uma “vida feliz” e as ações de um cidadão virtuoso encaminham para a Justiça, o respeito, a Liberdade individual na coletividade, o que caracterizará o Respeito Mútuo. A escola, portanto, é um lugar de convivência social, em um período que envolve a aquisição de conhecimento, do contato e do relacionamento com pessoas diferentes num espaço de igualdade, mesmo na manifestação das diferenças.

A quem cabe a formação moral e ética da criança, à escola ou à família? Tanto a família como a escola são instituições fundamentais para a educação e a formação ética. Num processo cooperativo, ambas podem orientar e dar bons exemplos. Na escola, sabe-se que a melhor forma, para não dizer a única de se ter sucesso na educação moral, na formação ética é a prática de relações amistosas no seio da escola, trabalhar a qualidade do convívio social entre seus membros (professores, alunos, funcionários, pais). Logo, em vez de limitar-se a impor inúmeras regras, é melhor a escola deixar claro, para todos, os princípios que inspiram a convivência social.

As discussões até então apontadas esclarecem e permitem a análise dos dados obtidos por meio da investigação no campo da liberdade, da justiça e do respeito mútuo numa convivência democrática em sala de aula. Em Machado (2001), quando escreve sobre educação: projetos e valores, destaca o papel do

professor como uma pessoa provida de utopias, ilusões, “Um professor precisa de ilusão pelos alunos. Precisa acreditar na sementeira, na fecundidade de um trabalho”. (MACHADO, p.11, 2001).

A escola é espaço de se apropriar de conhecimentos, de conviver, de desenvolver hábitos e de dar bons exemplos. A ética aristotélica que se embasa nas virtudes, no cidadão virtuoso, no homem como *animal racional* e *animal político* e diante das convicções e experiências profissionais se confirma numa ética que passa a ser vivenciada a partir do momento em que se percebe o fundamento para a realização pessoal na coletividade, pois vivemos em busca de realizações, ou seja, da felicidade (*eudaimonia*).

Portanto, entendemos por Ética, a ciência que investiga os fundamentos da moral, da pessoa humana em todas as suas dimensões, pois investiga, estuda e reflete sobre os comportamentos, as atitudes dos indivíduos e as normas morais na e para a convivência social. A partir do entendimento desses fundamentos, é possível uma atitude ética, baseada em princípios éticos que permitirão as relações sociais por meio de atitudes em favor da pessoa individual e coletiva.

O homem virtuoso, ou seja, que age com equilíbrio, *meio-termo*, propicia uma sociedade justa, um convívio de respeito à liberdade do outro porque se considera um ser social.

É importante ressaltar que vivemos em sociedade de contradições na qual vemos, todos os dias, se acentuarem as desigualdades sociais, a política vigente distante de um ideal democrático anteriormente defendido. No próximo capítulo por meio de dados do IBGE faremos uma breve análise desse panorama

nacional e traremos uma reflexão da Ética nos Parâmetros Curriculares e sua prática no ambiente escolar. Pois, estes fazem referência ao domínio de posturas éticas por meio de blocos de conteúdos a serem trabalhados na transversalidade. Estão divididos em quatro blocos de conteúdos respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo. Os temas, de acordo com a proposta, estão relacionados entre si e dizem respeito ao reconhecimento da própria organização das relações sociais e da necessidade da busca do viver e conviver bem.

3 A ÉTICA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

As sociedades humanas, neste início de século XXI, vivem e convivem com um mar de desigualdades sociais, que são expressivas nas sociedades em

desenvolvimento. A exemplo do Brasil, os dados do IBGE, na síntese dos indicadores sociais de 2004 apresenta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Em 2002, o rendimento médio dos 10% mais ricos era de dezoito vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres. E ainda na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002-2003, entre 48.534.638 famílias pesquisadas sobre seus rendimentos mensais. Para o que nos interessa, selecionamos apenas 21.556.409 famílias que permitirão uma breve análise das desigualdades. As famílias que têm rendimentos até quatrocentos reais por mês são um total de 5.539.767; as famílias com rendimentos de quatrocentos a seiscentos reais somam um total de 5.243.746; as famílias com rendimento de seiscentos a mil reais mensais são num total de 8.381.090 famílias; e as famílias com rendimento superiores a seis mil reais somam um total de 2.391.806. Estes dados e números remetem as discussões caracterizando as desigualdades sociais como fruto das contradições sociais.

No desenvolvimento da economia global e no aumento de riquezas que se concentram nas mãos de poucos acentuando os problemas sociais, percebemos claramente as dificuldades em se minimizar as desigualdades e em se estimular uma sociedade mais justa e ética. Deparamo-nos com um paradoxo: as altas tecnologias que fazem o dia-a-dia mais eficiente e prático para alguns e a grande maioria na miséria humana que se mescla com as sobras dos aparatos tecnológicos e do desenvolvimento.

Esse panorama compromete a qualidade de vida da maioria e evidencia a necessária recuperação das concepções de justiça, liberdade, solidariedade e respeito mútuo que questionam e repelem tal situação. Muito se tem discutido

sobre essas concepções na escola, especialmente da sua difícil tarefa de trabalhar com essas desigualdades sociais e diversidades culturais. A revitalização da ética contribuirá para a melhoria das relações humanas e, portanto, para que o convívio social tenha traços de civilidade, numa sociedade tão marcada pela exclusão e pela desigualdade. Uma afirmação para essas reflexões acima é a idéia de Machado:

A garantia da efetiva articulação entre interesses, entre projetos pessoais e coletivos, é, no entanto, uma tarefa permanente, em todos os lugares do mundo. A construção de tal articulação é o sentido maior da idéia de cidadania é o objetivo mais nítido da Educação. Alfabetizar uma pessoa, ensinar-lhe história, ciências ou matemática, tanto quanto votar ou ser votado, é instrumento para construção da cidadania. (MACHADO, p.20, 2001).

É importante ressaltar que a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 aprovada em 1996 definem o papel da escola como um agente capaz de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para a cidadania e qualificando-a para o trabalho. Vale lembrar, porém, os descompassos entre a legislação e a realidade educacional. Para tal proposta, a Lei em seu artigo 3º. diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar e pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço a tolerância;

Esses quatro incisos, de um total de onze no artigo, contemplam a idéia central do trabalho da Ética, na transversalidade na sala de aula, por meio dos conteúdos de ensino. Como propõem os PCNs, articular os diversos conteúdos

de ensino ao tema Ética.

No entanto, na Educação Fundamental e no Ensino Médio, existem várias questões a serem revistas e que estão descritas no documento introdutório dos parâmetros (PCNs, 1995, p.02), a saber: a repetência sucessiva; formação precária – ao concluir o ensino fundamental dispõe de menos conhecimento que se espera; desinteresse em geral pelo trabalho escolar, a motivação centrada na nota e na promoção; o pouco que se aprende na escola é considerado irrelevante para a sociedade. Nem sempre as determinações legais, porém, são concretizadas, a curto ou médio prazo, tanto em termos da oferta escolar, quanto dos objetivos educacionais. Desse modo, ainda é um desafio para o Brasil construir uma escola em que todos sejam acolhidos e tenham sucesso. E ainda se ter claro o caráter ou a noção desse sucesso que se propõe oferecer. Ou seja, qual sentido tem a educação? É para o trabalho? Para o convívio social? Para a sociedade do conhecimento (e da comunicação)? Ou para uma perspectiva integral, global?

Trata-se de vários desafios: a garantia do acesso à escola para todos na idade e época adequadas, a necessidade do controle da evasão, o acompanhamento freqüente do desempenho pedagógico, e ainda, se a autonomia do indivíduo que freqüenta os bancos escolares é uma das finalidades da formação no currículo formal ou real¹².

Isto é, pergunta-se, então, se os conhecimentos adquiridos na escola e que constroem o cidadão-democrático são contemplados nos currículos e nas práticas didático-pedagógicas. Entende-se que é nesse sentido que a legislação

¹² Currículo Formal é o currículo oficial, no caso, os PCNs e o currículo real é o currículo que de fato acontece espontaneamente na sala de aula, inclusive podendo ocorrer intervenção dos professores.(Libâneo apud Morin, 2001).

brasileira expressa que promover o pleno desenvolvimento do educando é o aspecto mais importante da função social da escola. A educação escolar é um direito do cidadão, prepara o aluno para a vida democrática, cujo valor básico é a liberdade política, econômica e social. Assim, o indivíduo praticando a cidadania, uma vez que se aprende cidadania no exercício da mesma, em casa, na rua, no trabalho e na escola, será um indivíduo preparado para a convivência social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) tem como novidade a flexibilidade para elaboração de seus currículos e conteúdos, em que as escolas passaram a ter autonomia para se organizarem administrativa e pedagogicamente, isto é, para prever formas de organização que permitam atender às peculiaridades regionais e locais, às diferentes clientela e necessidades do processo de aprendizagem (art.23).

Com a nova legislação, a educação fundamenta-se em princípios democráticos como a descentralização, inclusive na gestão da escola. Visão que enfatiza uma ampliação da participação da comunidade nos trabalhos da escola, e em sua vivência de forma geral.

As pessoas, alunos, professores, direção escolar, pais, sociedade em geral têm grande importância para a construção dessa escola, que hoje é vista por alguns como revolucionária. Contribuem para o convívio democrático, tendo em vista que as mudanças na escola só ocorrem em relação às mudanças na comunidade na qual ela está inserida. E, na construção da base, e como guia dessa escola, o projeto pedagógico deve ser pensado e construído levando em conta a articulação entre conteúdo e vida, visando a convivência democrática na escola, em que a realidade escolar seja o seguimento da realidade “externa”.

Entende-se, nessa perspectiva, viabilizar na escola um projeto educativo que anule esse interno/externo; dentro/fora; sala/comunidade. A partir da realidade social e escolar, a escola irá trabalhar problemas da sociedade como: a violência, no caso, trazida para dentro da própria escola, e todos os comportamentos que afetam o convívio social, dentro e fora da escola, além de combater mecanismos de heteronomia¹³ e alienação¹⁴. É trazida para a escola, a preocupação com a convivência social como conteúdo de ensino. Em sala de aula, orientam-se virtudes para a prática cidadã, de forma especial, a justiça, a liberdade e o respeito mútuo na convivência social.

Para tanto, a educação irá se organizar preocupando-se com uma sociedade justa, fraterna e solidária; e identificar princípios na e da sociedade de uma vida que proporcione harmonia e um profundo sentimento humano que respeite e valorize as diferenças, garantindo o pleno desenvolvimento da vida humana. Uma educação com finalidade de desenvolver posturas éticas e que promova um tipo de conhecimento que esteja preocupado com a humanização e a realidade da vida, elimina o individualismo e o egoísmo da moral liberal e estimula a cooperação e a solidariedade das novas gerações. Essa educação irá preconizar uma organização escolar viabilizando a socialização e a solidariedade em todas as esferas de ação (cidadania e mundo do trabalho). SACRISTÁN e GÓMEZ (1989, p.14) indicam as funções da escola:

¹³ Para Piaget, a moral depende do tipo de relação social que o indivíduo mantém com os demais e existem, portanto, tantos tipos de moral como de relações sociais. De acordo com tal hipótese, distingue duas formas diferentes: a moral heterônoma, baseada na obediência, e a moral autônoma, baseado na igualdade; postulando que as relações com os companheiros são uma condição necessária para a autonomia. apud Díaz e Aguado (1999, p.20).

¹⁴ Marx afirma que a consciência humana é sempre social e histórica, isto é, determinada pelas condições concretas de nossa existência. Nossas idéias, historicamente determinadas, têm a peculiaridade de nascer a partir de nossa experiência social direta e esta sempre se oferece como uma explicação da maneira como a vida social nos *aparece* ou tal qual como nos *parece ser*. A experiência social imediata ou direta explica a sociedade e as relações sociais a partir de suas **aparências**, como se fossem a realidade. (Chauí, 2003, p.387)

A primeira função da escola é a função reprodutora, “garantir a reprodução social e cultural como requisito para sobrevivência mesma da sociedade” em que a escola, por meio dos conteúdos de ensino, introduz as idéias, os conteúdos, as concepções, as disposições, as formas de conduta que a sociedade adulta requer.

Esta função da escola que objetiva a manutenção e a consolidação da sociedade se choca com os ideais de mudança estabelecidos para a escola atual, na qual a concepção de educação está vinculada ao compromisso com a transformação social. No entanto, são ideais que, até então, a escola não vem cumprindo e permanecem no processo de reprodução e não de transformação social. Como referido anteriormente, reprodução social e cultural, transmissão e apropriação de conhecimentos elaborados.

Nesse sentido, a socialização que mantém e consolida a sociedade, assume o papel de reprodutora de ideologias, valores que são de interesse das minorias, gerando uma sociedade com desigualdades, em que se impõem interesses hegemônicos e se discrimina. Sacristán e Gómez citam Goodman:

Já que apenas alguns poucos indivíduos podem na realidade manifestar seus singulares pensamentos, valores e capacidade artística, dentro da estrutura social, a grande maioria é abandonada a uma comum e pobre uniformemente (...) Enquanto se cria uma poderosa imagem do homem ou da mulher solitário, fazendo-se por si mesmo, as sociedades que se baseiam no individualismo proporcionam, na realidade, poucas oportunidades para que a maioria das pessoas manifeste sua individualidade. É um paradoxo significativo que o individualismo e o conformismo social coexistem como pares da mesma ordem social dentro das sociedades avançadas. (SACRISTÁN e GÓMEZ, 1989, p.102)

A segunda função da escola segundo os autores é a função educativa, o momento da construção do conhecimento a partir da própria realidade e do que se aprende, que é:

Utilizar o conhecimento para compreender as origens das influências, seus mecanismos, intenções e conseqüências, e oferecer para debate público e aberto as características e efeitos para o indivíduo e a sociedade desse tipo de reprodução. (SACRISTÁN e GOMÉZ, 1989 p.22).

A função educativa ultrapassa a função reprodutora do processo de socialização, pois seu ponto de partida está nos conhecimentos. Os conteúdos são o “conhecimento público” (ciência, filosofia, artes) que passam do público para cada indivíduo particular. As possibilidades de tornar próprio do indivíduo bem como as experiências e a reflexão da comunidade se introduzem como um instrumento que quebra o processo de reprodução social.

A escola como instituição social tem o papel de contribuir no processo de socialização, com suas atribuições específicas de preparar para a cidadania, o mundo do trabalho e para a socialização. É sabido, porém, que vivemos em uma sociedade de diversidades e, também, em uma sociedade desigual. A escola tem dificuldades de trabalhar com as diversidades; as desigualdades são um problema social de grande monta e a escola não dará conta dos graves problemas sociais. No entanto, os educadores, que ao demonstrar sua preocupação com a sociedade em que estão vivendo e convivendo, estarão dispostos à humanização de seus alunos.

A intervenção compensatória da escola irá atender as diversidades, ensinar a conviver com elas, utilizar mecanismos (metodologias, práticas pedagógicas, currículos) que viabilizem atender a pluralidade de interesses, ritmos, motivações e capacidades. Possibilitar a “mobilidade competitiva”, a seleção acontece a partir dos próprios alunos, por meio de uma longa concorrência entre eles e afirmam:

O desenvolvimento da função compensatória requer a lógica da diversidade pedagógica, na escola comum para todos. Os alunos partem de condições diferentes, e isso se apresenta como desafio pedagógico para o professor. É a partir das diferenças que se trabalha com o objetivo de proporcionar as possibilidades de lutar e defender os interesses próprios com as mesmas condições, mas se respeitando a diversidade. (SACRISTÁN e GOMÉZ, 1989, p 23)

Se, de um lado há, a nova concepção de educação para transformação e construção de uma sociedade mais justa e que busca responder às demandas da cidadania, visando à autonomia dos alunos, de outro lado, temos uma realidade empírica, dos fatos cotidianos da escola como, por exemplo, a precariedade no espaço físico, a falta de professor no início do período letivo nas escolas públicas, alunos com dificuldades de aprendizagem ou com dificuldades em consequência das práticas e metodologias utilizadas que não atingem as suas necessidades e possibilidades. Nos PCNs, temos logo em sua introdução:

A necessidade de que a educação trabalhe a formação ética dos alunos está cada vez mais evidente. A escola deve assumir-se como um espaço de vivência e discussão dos referenciais éticos, não uma instância normativa e normatizadora, mas um local social privilegiado de construção dos significados éticos necessários e constitutivos. (PCNs, 1998, p. 16)

A problemática está em associar a necessidade da educação ética aos conteúdos programáticos e às práticas pedagógicas, de forma que cumpra o que se propõe. Então questionamos: Como tratar as questões éticas na sala de aula? Como alunos e professores concebem a ética? Que práticas pedagógicas facilitam e permitem tratar a justiça, o respeito mútuo e liberdade em sala de aula?

Marques (2001) escreve suas conclusões sobre o que é educação ética para Aristóteles. “A educação ética é ajudar a cultivar nas pessoas as características que as ajudam florescer como adultos capazes de viverem bem e de realizarem vidas felizes”. (MARQUES, 2001, p. 36).

3.1 A ética na transversalidade

Ética é a ciência que tem como seu objeto de estudo a moral, na pessoa humana em todas as suas dimensões, das diversas formas de agir individual e socialmente que levam a inúmeras indagações, das quais podemos destacar: quando se propõe que o homem deva ser justo. Deve-se perguntar, porém, o que é ser justo? Ou como agir de forma a garantir o bem de todos? Não há resposta predefinida. É importante para o ser humano, portanto, ter claro que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. Chauí diz que:

A Ética é aquela parte da filosofia que se dedica a análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades.[...] A ação ética é balizada pelas idéias de bem e de mal, de justo e injusto, de virtude e vício. (CHAUÍ, 1999, p.3).

A ética é um eterno pensar, refletir, construir sobre os valores sociais. E a escola se propõe a educar seus alunos para que venham fazer parte nessa construção, e tornem-se livres e autônomos para pensarem e julgarem. Supostamente, há liberdade em relação a si próprio e ao outro, uma vez que somos seres sociais.

Marques (2001) traz as contribuições aristotélicas sobre a ética que leva em conta as aprendizagens do indivíduo nos diversos ambientes de convivência social. As aprendizagens para o bem:

A educação ética ajuda o crescimento porque é mais uma questão de desenvolvimento dos hábitos corretos do agir e do sentir do que do ensino de questões intelectuais, é mais uma questão de prática do que ensino e é mais um problema de sentimento do que de raciocínio, embora o domínio da razão esteja sempre presente como processo de domesticação das paixões. (MARQUES, 2001, p. 36)

A educação ética para Aristóteles enfatiza o caráter e a conduta do

indivíduo, mas não pode se dispensar a razão para controlar desejos e paixões e o encontro do meio termo nas atitudes individuais e coletivas. Caracterizando as condições de educar-se para convivência coletiva (cidadania da *pólis grega*) e para o seu bem estar.

Conforme Arroyo (2003) a preparação para a cidadania desde a modernidade visa atender aos interesses da hegemonia dominante e para superar esta condição histórica propõe:

Como a ênfase na educação para a cidadania se alimenta de uma concepção da história como progresso inexorável da barbárie a civilização, da miséria a felicidade de todos, da exploração à liberdade, processo que se consuma na sociedade industrial-capitalista moderna. Como manter essa concepção linear e triunfalista do progresso capitalista numa realidade como a nossa, onde a exploração e a miséria da maioria são tão evidentes, e quando a história mostra que as promessas, sempre repetidas pela burguesia, seus gestores e intelectuais, não só se realizam, mas são irrealizáveis? Só uma visão crítica do progresso capitalista e de suas formas sofisticadas de exploração e embrutecimento do homem nos permitirá equacionar devidamente os limites reais impostos por esse progresso à participação e à cidadania, e nos mostrará a utopia pedagógica. Entretanto, não será suficiente termos uma visão mais lúcida da exploração capitalista, será necessário nos comprometer com um projeto de sociedade, onde o progresso e a felicidade não paguem o preço da exploração e da exclusão da maioria, os produtos da riqueza social. (ARROYO, 2003. p.69 – 70)

A educação para a liberdade mostra um caminho para uma sociedade mais justa e democrática. Percebemos a capacidade de discernir as várias formas de exploração e sua possível superação.

Mas será que cabe à escola empenhar-se nessa formação? Na história educacional brasileira, a resposta foi, em várias épocas, positiva. Em 1826, o primeiro projeto de ensino público apresentado à Câmara dos Deputados previa que o aluno deveria ter "conhecimentos morais, cívicos e econômicos". Não se tratava de conteúdos, pois não havia ainda um currículo nacional com elenco de matérias. Quando tal elenco foi criado (em 1909), a Educação Moral não apareceu como conteúdo, mas havia essa preocupação quando se trataram das

finalidades do ensino. Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário falava em "formação da personalidade integral do adolescente" e em acentuação e elevação da "formação espiritual, consciência patriótica e consciência humanista" do aluno. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional colocava, entre suas normas, a "formação moral e cívica do aluno". Em 1971, por meio da lei 5692/71, institui-se a Educação Moral e Cívica como área da educação escolar no Brasil. (ROMANELLI, 1998, p.132)

A partir de 1997, o Ministério da Educação e do Desporto do Brasil publica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que se destinam ao Ensino Fundamental. Como seu nome indica, não se trata de um "currículo mínimo", nem de uma proposta curricular a ser obrigatoriamente adotada por todos os estabelecimentos de ensino. Trata-se realmente de "parâmetros", ou seja, de diretivas gerais que podem inspirar pedagogicamente as escolas que assim o desejarem. A referida proposta referenda algumas experiências educacionais brasileiras, e também se apóia na reforma curricular espanhola da década de 1990. Não é o caso de resumir aqui os PCNs, mas de lembrar que neles é proposto que as escolas enfrentem a tarefa da formação ética dos alunos.

Com efeito, os PCNs incluem os chamados "temas transversais", entre os quais encontramos o tema Ética (os outros são Saúde, Trabalho e Consumo, Orientação Sexual, Meio Ambiente e Pluralidade Cultural). Em poucas palavras, a transversalidade é uma abordagem didática a qual defende que os temas acima arrolados sejam estudados de forma articulada com as disciplinas clássicas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, a fim,

por um lado, de não sobrecarregar o currículo com horas e mais horas de aula e, por outro, de mostrar ao aluno o quanto tais matérias podem ter relação com a vida cotidiana e serem úteis para o exercício da cidadania.

Por relacionarem as questões sociais mais urgentes nos ambientes sociais, os “Temas Transversais” são uma proposta diferenciada dos conhecimentos ensinados na escola, pois são as vivências sociais do aluno e da sociedade em geral. Assim não só perpassam como podem integrar todos os conteúdos de ensino. De acordo com os PCNs (BRASIL, 1997, p.28), “caberá aos professores mobilizar tais conteúdos em torno de temáticas escolhidas, de forma que as diversas áreas não representem continentes isolados, mas digam respeito aos diversos aspectos que compõem o exercício da cidadania”.

O tema ética apresenta uma característica singular em relação aos outros "temas transversais": inspirado em teorias psicológicas construtivistas (com destaque para Piaget e Kohlberg), ambos ligados a Kant, dá-se grande ênfase à qualidade do convívio escolar, que ele mesmo, estará o mais próximo possível de uma comunidade justa. Falta dizer que, nos PCNs, Ética é definida com base na dignidade do ser humano, na justiça, na solidariedade e no diálogo.

Conforme os PCNs (1997):

Questões éticas encontram-se a todo momento em todas as disciplinas. Vale dizer que questões relativas a valores humanos permeiam todos os conteúdos curriculares. (...) Em resumo, verifica-se que questões relacionadas à Ética permeiam todo o currículo. Portanto, não há razão para que sejam tratadas em paralelo, em horário específico de aula. Pelo contrário, passar ao lado de tais questões seria, justamente, prestar um desserviço à formação moral do aluno: induzi-lo a pensar que ética é uma "especialidade", quando, na verdade, ela diz respeito a todas as atividades humanas. (BRASIL, 1997, p. 93-94)

Com base nesse direcionamento, o trabalho a ser realizado em torno do

tema ética durante a Educação Fundamental, conforme os PCNs (Brasil, 1997, p. 97), deve organizar-se de forma a possibilitar que os alunos sejam capazes de:

- compreender o conceito de justiça baseado na equidade, e sensibilizar-se pela necessidade da construção de uma sociedade justa;
- adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista;
- adotar, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças e discriminações;
- compreender a vida escolar como participação no espaço público, utilizando e aplicando os conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade democrática e solidária;
- valorizar e empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas;
- construir uma imagem positiva de si, o respeito próprio traduzido pela confiança em sua capacidade de escolher e realizar seu projeto de vida e pela legitimação das normas morais que garantam, a todos, essa realização;
- assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes pontos de vista e aspectos de cada situação.

Uma vez que os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Fundamental destinam-se a todos os brasileiros e objetivam alcançar e fortalecer a meta maior que é a formação do cidadão, foram escolhidos temas morais que, necessariamente, devem ser contemplados para que essa formação tenha êxito (o chamado "conjunto central" de valores). Os conteúdos apresentados aqui estão referenciados no princípio da dignidade do ser humano, um dos fundamentos da Constituição Brasileira, respeitando as pessoas diferentes entre si, seja pelo sexo, etnia, classe social, opção política e ideológica, dentre outras, livre de preconceitos e discriminações, tornando-se imperativo que a escola contribua para que a dignidade do ser humano seja um valor conhecido e reconhecido pelos seus alunos.

Se, como educadores, desejamos uma sociedade mais justa, pautada pelo respeito ao outro, em que todos tenham oportunidade de igualdade mesmo

que diferentes no agir e no pensar, temos que encaminhar as ações na escola intensificando o trabalho de sala de aula, através da vivência diária, nos conteúdos de ensino, nos métodos de avaliação, no respeito entre professores e entre os alunos com seus colegas. E por isso, justifica-se a discussão de temas relacionados e, sobre a própria ética, previstos nos currículos escolares como fundamentais na formação do aluno.

No Ensino Médio, tem-se como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Dentre as finalidades do novo Ensino Médio brasileiro, estabelecidas no art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, destaca-se “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (p.11). Trata-se de finalidade tipicamente formativa, não referida a conteúdos específicos, mas ao desenvolvimento da pessoa e de valores. Essa finalidade é reforçada nos PCNs.

O que o mandamento legal nos convida a construir na escola é o encontro, entre as dimensões pessoal e individual e a social e coletiva. A primeira dimensão, pessoal e individual, é representada aqui pelo desenvolvimento da inteligência, isto é, pela construção de competências e habilidades entendidas como estruturas intelectuais.

A segunda dimensão, social e coletiva, é representada pela formação ética, que diz respeito a valores absolutos referidos ao conjunto da humanidade ou a valores absolutos referidos a cada sociedade em particular. Diz respeito, portanto, a aspectos valorativos estabelecidos socialmente, a partir dos quais, forma-se a consciência de cada um, na confluência de aspectos pessoais e sociais. Trata-se, da formação da identidade pessoal e social que não é, nem pode ser, alheia aos imperativos sociais, os quais enfrentamos diariamente.

Os valores expressos de maneira consensual na LDB 9394/96 e nos PCNs, com os quais estão comprometidos os educadores empenhados na construção de uma nova educação em nosso país, são os valores democráticos que implicam a convivência pacífica e solidária, amparada no respeito à diversidade, na tolerância e, portanto, no repúdio a qualquer forma de discriminação. São esses valores que embasam uma ética da diferença, que deve estar presente em toda a prática escolar, seja pedagógica, política ou puramente administrativa.

Uma educação comprometida com a ética precisa ser coerente com a mesma em sua organização geral, enquanto sistema, e em sua organização particular, enquanto escola. As propostas curriculares, as práticas pedagógicas, as metodologias de ensino, a preparação de profissionais e as práticas de sala

de aula devem estar de acordo com os anseios da sociedade em geral. Considerando aqui a justiça, a solidariedade, a liberdade e o respeito mútuo para se conviver democraticamente.

Pressupondo-se uma instituição que vise a despertar e a desenvolver uma consciência ética, ecológica, cívica e democrática, espera-se que a ação pedagógica seja seguida de reflexão e de ação novamente, com o intuito de refletir a sua própria prática pedagógica para a ética.

E assim, podemos questionar em relação ao texto sobre ética, nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Os resultados alcançados estão de acordo com aos objetivos e finalidades? Há coerência entre o que se ensina sobre ética e o proposto? Pois, vejamos:

A questão cultural das preocupações éticas é a análise de diversos valores presentes na sociedade, a problematização dos conflitos existentes nas relações humanas quando ambas as partes não dão conta de responder questões complexas que envolvem a moral e a afirmação de princípios que organizam as condutas dos sujeitos sociais. (BRASIL, 1998, p. 66).

Na introdução aos PCNs, no mesmo texto acima citado, se reconhece que:

Na escola, o tema: ética, se encontra nas relações entre aos agentes que constituem essa instituição, alunos, professores e pais, e também nos currículos, uma vez que o conhecimento não é neutro nem impermeável a valores de todo o tipo. (BRASIL, 1998, p. 66).

Então, além de reconhecimento do outro, que pressupõe a inter-relação currículo formal/oculto, em que cada um, professor e aluno e demais membros da comunidade escolar, é sujeito ético, na intersubjetividade, há, nos PCNs, o reconhecimento de um caráter fundamental da ética: a contradição Moral Constituída/Moral Constituinte. Isso corresponderia à face progressista dessa

concepção da educação da qual se fala. Mas, “são as lacunas, que podem esconder uma intencionalidade de um consenso sobre a ética, que esteja mais para Kant: uma moral universal, um homem universal, que para Nietzsche: “um espírito livre”. (NIETZSCHE apud GERMANO,1993, p.34)

Entende-se que, embora se ministre um conteúdo cheio de moral e bons costumes e diga-se ao aluno que ele é um sujeito ético, isto é que questione essa moral, se não se desenvolver uma competência política, para uma posição frente a esses valores, essa ética, no atual estágio das relações políticas, será uma ética abstrata, no sentido de distante da concretude.

Concluimos que, situando a ética no currículo, nos diversos conteúdos das disciplinas escolares, a escola precisa estimular a participação do aluno em sala, criar espaços, tempos, enfim oportunidades para que os alunos expressem suas opiniões e discutam conteúdos a respeito da sociedade em que vivem: do que vêem diariamente na televisão, do que ouvem no rádio, da própria escola e de seus professores. Os resultados dessa prática de participação, discussão e reflexão são fontes para a escola repensar, reorganizar sua prática e rever seu currículo. Pois, como Sacristán e Gómez supõem, o currículo se sustenta em representações sociais presentes na cultura, na qual se dá a teoria e a prática do currículo, afirmando que:

É a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e a educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dada determinadas condições.(SACRISTÁN, 1993,p.14)

Portanto, no currículo é que se dá a posição da escola em relação à cultura. Como Tomaz Tadeu finaliza em “Documentos de Identidade”.

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2003, p.150)

O currículo pode ir além do que foi falado, que seria a própria cultura sistematizada em ensino, seleção e organização de conteúdos. Além de *corpus* da ética herdada, o currículo poderia ser o espaço privilegiado, não só da discussão social da ética vigente, mas instrumento científico, num modelo de pedagogia que se realiza na prática. E, o contrário, instrumento de alienação, se o professor-educador não ampliar seus conhecimentos ou não se comprometer com esse tema como componente dessa pedagogia prática, *a priori*, científica, experimentando na dialeticidade, uma ética concreta, que auxilie as demandas sociais pela humanização e pela democracia.

Essa competência do professor seria aquela que levaria o aluno a ter o que mobilizar, com o saber voltado para a liberdade; para enfrentar problemas que, muitas vezes, se relacionam com valores não democráticos, ou situações da ausência dos valores democráticos.

A problematização dos valores e das formas de conduta é apontada nos PCNs e vista como meta a ser alcançada pela ética na escola. A escola, em um trabalho bem organizado, que promova discussões e reflexões pertinentes aos espaços sociais em que a criança e o jovem convivem. Será uma oportunidade de a escola cumprir o que está previsto em Lei: preparar os alunos para a convivência social e a cidadania. Essa preparação implica trabalhar dentro da escola a construção de competências associadas ao desenvolvimento de atividades em grupo, em equipes, atribuindo-se a todos e a cada um

responsabilidades e também, direitos.

A concepção de cidadania presente no documento explicita que a situação desejável – embora não existente de fato na sociedade brasileira em razão das desigualdades econômicas – é aquela em que o sujeito autônomo, dotado de livre capacidade de escolha, se relaciona com outros nas mesmas condições. A escola é apresentada como espaço formativo responsável pelo aprendizado desses valores, mesmo que eles entrem em conflito com os existentes nos grupos sociais e/ou familiares dos quais os alunos fazem parte. Aqui se observa a menção às desigualdades socioeconômicas do Brasil de hoje, mas a extensão em que elas afetam os contextos relacionais dos indivíduos não é, particularmente, discutida. Além disso, embora a escola não seja vista como o único *locus* em que ocorre a aprendizagem e a hierarquização dos valores, seu papel de liderança, sobretudo no que tange à formação dos espíritos democráticos, é ressaltado.

Os PCNs nos parecem avançar em muitos aspectos, tanto em relação às posturas ético/morais dogmáticas quanto em relação à omissão acerca da importância da ética/moral na escola. Mas o tom ufanista, que confere à educação escolar o papel de fiadora do futuro cidadão crítico, marca claramente o discurso: E sem esperança, sem uma visão utópica, que acredita que a sociedade do futuro está no presente, perde-se o sentido da construção conjunta da democracia. A esperança transita num espaço em que se coloca aos homens o desafio de construir o possível, criando uma sociedade na qual a questão da moralidade deve ser uma questão de todos e de cada um.

Por mais que os manifestos e documentos elaborados pelos educadores tenham o objetivo de fazer da educação escolar um fundamento sólido, também para a formação do caráter, haverá sempre hiatos entre as intenções e a realidade vivida por professores e alunos. Isso porque a capacidade de reflexão, o exercício da crítica, a autonomia entre outras qualidades desejáveis não se configuram em aquisições inalienáveis do indivíduo.

No entanto, quem garante que esteja sendo despertado pelo menos o espírito reflexivo sobre a moral constituída em nossos alunos? E se perguntarmos à grande parte dos alunos: o que é ética? Será que responderiam apontando fatos e ações de mudanças? Ou se limitariam a citar casos de falta de ética, com um repertório decorado, da moralidade instituída, exemplificando o que aprendeu como ética? A mesma moralidade que talvez tenha nascido com o valor “propriedade privada” como citado por Rousseau na origem das desigualdades. Valor que contribuíra para a formação de uma sociedade de extremo individualismo, fator dificultador da realização da democracia, por se tratar de uma sociedade de valores antagônicos aos valores democráticos.

O desafio está posto: Somos capazes de educar para a participação em situações que envolvam o bem estar do outro na convivência social, dedicando aptidões e energias a serviço de seus semelhantes? A partir de tal questionamento ficam interrogações sobre as carências e possibilidades no campo da formação humana para uma vida ética. Em particular, na sala de aula. O que podemos observar e registrar sobre o que está acontecendo ou deixando de acontecer nesse espaço de muitas aprendizagens? Abre-se espaço para uma fonte de pesquisa.

Na busca da compreensão que professores e alunos manifestam sobre ética e no que diz respeito às práticas pedagógicas e ao processo de formação que o professor se dispõe a fazer, traremos, no próximo capítulo, os dados coletados junto aos alunos e professores pesquisados. As análises feitas mostram como professores e alunos concebem e pensam a ética no espaço de sala de aula. São questionados sobre suas concepções de ética, justiça, liberdade e respeito mútuo na convivência em sala de aula.

4 A ÉTICA, A JUSTIÇA, A LIBERDADE E O RESPEITO MÚTUO NO OLHAR DOS PROFESSORES E DOS ALUNOS

A Instituição Escola, como mencionado no primeiro capítulo, desde seu surgimento até os dias de hoje, é encarregada de transmitir cultura¹⁵ bem como desenvolver e despertar a consciência para comportamentos da vida em sociedade. Para tanto, faz uso de diversas práticas e metodologias. Os conteúdos técnico-científicos ou os conteúdos de cunho social são apresentados como produtos prontos para consumo sem que se discuta, interroge ou modifique o que está proposto. A interação entre os alunos e esses conhecimentos pode-se dizer que ainda é muito limitada.

A trajetória de vida do professor e de seus alunos é marcada por inúmeras influências e fatos relevantes para seu relacionamento com o outro, assim como para seu desenvolvimento ou aprimoramento. As influências recebidas nos ambientes de convivência, os valores que cada um prioriza, os fatos e os conhecimentos adquiridos trazem qualidade para o processo educativo se forem partilhados. Na partilha, surgem os conflitos, os anseios legítimos da comunidade escolar, que são possibilitadores da construção de novos conhecimentos, novas descobertas, novas possibilidades de pensar o mundo.

Segundo Paulo Freire, a educação se faz na relação entre os sujeitos que aprendem juntos.

O educador democrático não pode negar-se o dever de sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que o ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições a que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a

¹⁵ O termo cultura aqui utilizado na construção ou produção da Ciência e do conhecimento científico é utilizado por Wortmann & Veiga Neto em “Estudos culturais da ciência & educação”, p. 8.

presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (FREIRE, 2002, 25ª ed, p.28-29).

Essa proposta busca uma educação que valorize a singularidade do sujeito, como criança, como adulto, como adolescente ou como idoso (professores, alunos, pais) e, ao mesmo tempo, propicie um ambiente de convivência que seja cooperativo, solidário e democrático.

A escola, aí, é vista como espaço privilegiado para a execução da proposta democrática, pois nela estão presentes as pluralidades¹⁶. Na convivência diária surgem as questões inquietantes que abrangem as diferenças humanas e sociais. São as mais variadas manifestações que fazem parte do nosso comportamento diário e que se devem ao tipo de sociedade em que vivemos: capitalista, em que as relações socioeconômicas são profundamente desiguais, os sonhos individuais, os desejos sociais, as diferentes concepções em torno de questões comuns como a justiça, a liberdade entre outros fatores e princípios que determinam as relações sociais. Eis a razão da importância das reflexões para os educandos e educadores em torno das práticas pedagógicas de sala de aula no Ensino Médio.

Com vistas a atingir os objetivos da investigação, interrogamos os alunos sobre as concepções próprias de ética e, com o foco em pessoas que buscam no diálogo, o entendimento, selecionamos os princípios éticos embasados em valores e contra-valores a serem refletidos no contexto de sala de aula, pois eram os mais discutidos em torno dos acontecimentos neste espaço. Entre eles: justiça X injustiça; liberdade X opressão; respeito X desrespeito.

¹⁶ Para Hermann (2001,p.127) refere-se a uma multiplicidade de normas e formas de vida, teorias e idéias, modos de fundamentação e filosofias, constituindo-se numa inegável marca da atual realidade sociocultural.

No universo do relacionamento social é preciso estruturar, organizar e explicar a necessidade de justiça, de liberdade e de respeito mútuo, num processo de desconstrução destas concepções, para reflexão e percepção da sua validade e importância. Essas concepções estão submersas num mundo de informações cada vez mais rápidas, produzidas pela já citada sociedade capitalista, digital, globalizada e complexa. A relação entre a escola e a ética no contexto de princípios éticos e nas configurações que remetem as virtudes sobre as quais fazemos nossas reflexões, é tratada por Pedro Goergen, quando retrata da seguinte forma.

Depois do grande boom do conhecimento, da informação, das habilidades técnicas volta com toda força a necessidade do formativo. Além dos conhecimentos necessários para vencer na vida no contexto de uma sociedade regida pela informação, o educando precisa adquirir a capacidade de orientar-se em meio ao cenário caótico e desdiferenciado, aprender a reconhecer efetivamente, as questões fundamentais para o ser humano, para a vida e para a convivência. (GOERGEN, 2001, p.78)

O grande desafio está em despertar para as atitudes vinculadas às virtudes e a uma consciência ética, preservando a liberdade que irá desprender algumas condições ao indivíduo. Chauí trata dessas condições e, por isso, retomemos as definições de ética e, conseqüentemente, de sujeito moral, ou seja, sujeito ético, ou ainda, agente ético na definição geral de ética para Chauí:

Ética é aquela parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades. Sob essa perspectiva geral, a ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética. O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional consciente que sabe o que faz. A ação ética é balizada pelas idéias de bem e de mal, justo e injusto, virtude e vício. Assim uma ação só será ética se consciente, livre e responsável e será virtuosa se realizada com o bom e o justo. A ação ética só será virtuosa se for livre e só será se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior do próprio agente e não de uma pressão externa. (CHAUÍ, 1999, p.3)

Já o sujeito moral, agente ético ou sujeito ético (capacidade de avaliar e pesar as motivações pessoais e as exigências feitas pela situação, bem como as conseqüências para si e para os outros), é aquele que: 1) é consciente de si e dos outros; 2) é dotado de vontade de controlar e orientar desejos e impulsos e, ainda, manifestar vontade de deliberar e decidir entre várias alternativas; 3) é responsável pelas suas ações e capaz de avaliar os efeitos e conseqüências das mesmas sobre si e sobre os outros; 4) é consciente de que ser livre não é apenas poder escolher entre várias possibilidades, mas poder autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta. (CHAUÍ, 2003, p. 305 – 308). Essas noções de ética e de sujeito ético mostram o conflito entre a vontade autônoma do indivíduo e a heteronomia¹⁷ dos valores morais da sociedade que são criados pelo próprio homem. Fazemos primeiramente referência à moral autônoma e, em seguida, à moral heterônoma nas considerações de Piaget¹⁸ quando define moral autônoma e moral heterônoma na formação infantil. As considerações abaixo se encontram na obra de Díaz e Aguado, *Construção moral e educação: uma aproximação construtivista para trabalhar os conteúdos transversais*,(1999). Considera a moral autônoma como sendo aquela que:

- 1- Surge do próprio indivíduo como um conjunto de princípios de justiça. Tem caráter espontâneo e é fonte do bem.
- 2- Baseia-se no princípio de igualdade, no respeito mútuo e nas relações de cooperação.
- 3- Não é estática e fixa, mas uma forma de equilíbrio limite nas relações sociais.
- 3- Sua prática é correta por ser o resultado de uma decisão livre e racional.
- 4- A responsabilidade é julgada em função da intenção.
- 5- A noção de justiça supera a fase do estrito igualitarismo para basear-se na equidade.

¹⁷ A noção de moral baseada na autonomia e na heteronomia (se caracteriza por orientar-se na obediência e no castigo) são descritas por Piaget. (DÍAZ E AGUADO, 1999, p.22)

¹⁸ Psicólogo e filósofo suíço (1896 -1980) interessou-se em desvendar o desenvolvimento da inteligência humana. Sua teoria interacionista e construtivista busca explicar como o indivíduo constrói o conhecimento desde o nascimento. (KESSEBING, p. 173-189, 1993)

6- O princípio de justiça autônomo é a forma superior de equilíbrio das relações sociais. Baseia-se na reciprocidade. Os castigos se convertem, assim em algo motivado, não necessário e recíproco.(DIÁZ E AGUADO, 1999, p.23)

Para Piaget, ser autônomo é estar apto a cooperar, construir um sistema de regras morais necessárias à manutenção de relações permeadas pelo respeito mútuo. A constituição da autonomia se desenvolve juntamente com o processo da autoconsciência¹⁹.

Já a moral heterônoma, nas considerações piagetianas, nas reflexões das mesmas autoras Diáz e Aguado (1999), é aquela que:

1. É imposta a partir do exterior como um sistema de regras obrigatórias. Tem caráter coercitivo e é fonte do dever.
2. Baseia-se no princípio de autoridade, no respeito unilateral e nas relações de pressão.
3. Encontra-se, de fato, na maioria das relações e entre o adulto e a criança.
4. Sua prática é defeituosa por ser exterior ao indivíduo que a deforma egocentricamente.
5. A responsabilidade é julgada em função das conseqüências materiais de uma ação: realismo moral.
6. A noção de justiça baseia primeiro na obediência à autoridade e no ato de evitar castigo. E as proibições devem ser necessárias, dolorosas e arbitrariamente castigadas. A função do castigo é a expiação. Por fim, a justiça começa a basear-se na igualdade. Deixa de ser retributiva e se faz distributiva, passando por uma fase de mero e estrito igualitarismo.(DIÁZ E AGUADO, 1999, p.23)

Assim, o desenvolvimento e a formação do juízo moral na criança, segundo Piaget, passam por uma moral heterônoma, regras externas e unilaterais que estabelecem o que é e o que não é permitido, porém, a de se considerar que são regras que orientam e não dominem, porque o ser humano de dotado de vontade livre e, como conseqüência dessas regras a criança se direciona rumo a autonomia. Visão kantiana de liberdade e consciência moral.

¹⁹ Autonomia e autoconsciência em Kessebing T. Jean Piaget, p. 173 – 189, 1993.

Para Freire, a concepção de autonomia leva em consideração a sua idéia a respeito do ser humano como sendo um ser inconcluso, um eterno aprendiz. As aprendizagens acontecem quando o ser humano se percebe como educável e inacabado. Essa postura permite a possibilidade de entender sua condição de tomada de decisão. Se o “meu eu” diz que sou eterno aprendiz, se estou preparado para a convivência social respeitando o outro, sou autônomo. A autonomia diz respeito à dignidade de cada um, é um imperativo ético e não um favor que podemos conceder ou não um ao outro.

Cabe, portanto, ao indivíduo, ser racional, livre e responsável e de acordo com a liberdade e responsabilidade dos demais agentes éticos, a ação ética. Nessas condições, toda e qualquer ação violenta, contrária ao bem estar social é motivo de repúdio e desaprovação coletiva.

As evidências até então apresentadas encaminham as reflexões a seguir. Primeiramente, apresentamos o perfil da escola e dos sujeitos pesquisados.

Trata-se de uma escola estadual, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno, com 2000 (dois mil) alunos, entre Ensino Fundamental de 3º e 4º ciclo, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos de 5ª à 8ª série. Quanto aos recursos humanos, conta com uma equipe pedagógica de seis pedagogas, uma coordenadora do Ensino de Jovens e Adultos, 110 professores, um diretor geral e duas diretoras auxiliares. Na secretaria, conta com uma secretária geral e seis auxiliares de secretaria. Na biblioteca, são três funcionárias que fazem rodízio de turno. Em serviços gerais, são um total de doze pessoas entre faxineiras, merendeiras, inspetores e porteiros.

Quanto ao espaço físico, há um total de dezessete salas de aula, um laboratório de biologia e química que também é utilizado pelos professores de física. Conta, também, com um laboratório de informática equipado com onze computadores usados pelos alunos, sob orientação do professor que fizer a solicitação do espaço. O seu uso fica, porém, limitado a utilização de programas de que o professor dispõe em sua disciplina, acervo pessoal, uma vez que não há internet disponível, devido ao alto custo para manutenção. Há uma sala de leitura organizada por professores de Língua Portuguesa que levam seus alunos, em horários escalonados, para a prática da referida habilidade. A sala está à disposição do professor e dos alunos que desejem utilizá-la, desde que feita a programação e assumida a responsabilidade pelo uso do local, pois o acervo de livros é dos alunos que colaboraram com a montagem do espaço. Na área externa há duas quadras descobertas para a prática de vôlei, basquete, futebol bem como para eventos que ocorrem na escola, um pátio coberto e uma área descoberta com calçadas, grama e árvores.

A escola foi fundada em 1983, em um Núcleo Habitacional, no Município de Ponta Grossa. Este núcleo, hoje, conta com aproximadamente 15 (quinze) mil habitantes, portanto, a escola atende a uma grande comunidade com problemas sociais de acordo com sua dimensão. Mas, não será esse o foco de nossa discussão, são considerações apenas com o objetivo de contextualização aos leitores.

Os alunos pesquisados são da segunda série do Ensino Médio, do período matutino. Em sua maioria, apenas estudantes, num universo de 125 pesquisados, em quatro turmas distintas entre A,B,C e D. Desses alunos,

dezenove trabalham, sendo quinze no mercado informal e os demais com carteira de trabalho registrada na função que desenvolvem. Os participantes da pesquisa são os alunos que demonstraram interesse e disponibilidade para fazer parte da mesma, por lhes ser permitida a oportunidade de expressar as suas idéias, uma vez que nem sempre têm espaço para fazê-lo. Portanto, a espontaneidade e disponibilidade dos professores e dos alunos facilitaram o retorno de todos os questionários entregues.

Posteriormente, retornamos à escola e entrevistamos cinco alunos dentre os que responderam ao questionário inicial da pesquisa. O critério para seleção dos alunos foi por adesão, estivemos nas três turmas de 3º ano do Ensino Médio em que se concentram os alunos que estavam, em 2004, no 2º ano do Ensino Médio e perguntamos quem estava disposto a responder a uma entrevista a respeito do tema anteriormente pesquisado. Manifestaram-se dois alunos em uma turma, mais dois numa segunda turma e apenas um aluno na terceira turma. Elaboramos cinco perguntas objetivas (roteiro da entrevista apêndice nº03), pois a sua realização foi para confirmação das concepções anteriormente mencionadas nos questionários.

Os gráficos apresentados, conforme relatamos, são de caráter ilustrativo, neles constam o sexo e faixa etária dos alunos pesquisados. O gráfico número um traz informações com relação à quantidade de alunos do sexo masculino e do sexo feminino. O gráfico número dois traz as informações da faixa etária dos alunos pesquisados. Os gráficos número três, quatro, cinco e seis trazem as respostas dos alunos no questionário aplicado inicialmente.

Quanto aos professores participantes da pesquisa, foram escolhidos considerando o seu interesse em contribuir com sua experiência e as vivências de sala de aula no que diz respeito às suas atitudes e às atitudes dos alunos em suas aulas assim como diferentes práticas que utilizam com o objetivo de proporcionar aulas criativas²⁰ e participativas. Por se tratar de uma análise, na qual seus participantes contribuíram com suas convicções nos aspectos de sua vida profissional, é importante salientar que seus nomes serão preservados, apenas suas citações serão expostas para maior compreensão de dados.

GRÁFICO Nº 1

Quanto ao número de alunos por gênero.

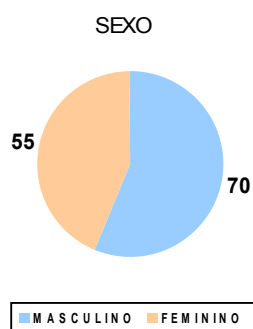
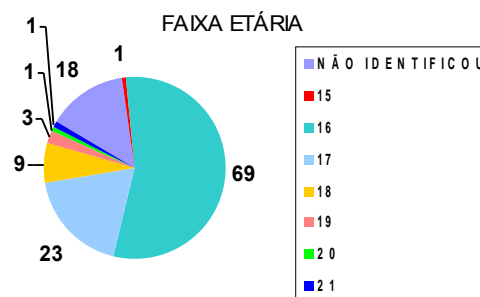


GRÁFICO Nº 2

Quanto a faixa etária dos alunos.



De acordo com o gráfico acima, temos entre os pesquisados um grupo expressivo de jovens de dezesseis anos, na fase da adolescência. No contato diário com jovens, percebe-se que eles acalentam sonhos e projetos para seu futuro. Vislumbram a busca de soluções para seus problemas e até para os

²⁰ São professores que estão envolvidos em projetos diversos na escola. Elaboram os projetos em parceria com outros professores e com os alunos interessados. Propostas de investigação sobre as carências da região, sobre a formação e a constituição do núcleo habitacional que vivem, projeto para doação de sangue dos membros da comunidade para hemepar dentro da própria escola, produção de origami para trabalhar conceitos matemáticos. São professores participativos e fazem propostas inovadoras na escola. E os alunos demonstram interesse em participar de suas aulas e projetos propostos.

problemas da humanidade. É a idade do idealismo. Como Camargo, (1999, p.69) afirma: o adolescente imagina um mundo diferente, e a realidade não condiz com seus anseios, isso, o torna crítico dessa realidade. O jovem não é capaz de reconhecer no adulto suas conquistas e tropeços ao longo da história, pois seus anseios são aspirados a curto prazo. Mas, em um ambiente onde a esse jovem é permitido falar e, ao mesmo tempo, se abre para o diálogo, quando é orientado para refletir a cada ação, ele sente-se seguro e preparado para tomar decisões e preocupar-se, também, com o outro.

4.1 – As concepções de Justiça na relação professor-aluno do ponto de vista do aluno.

Elaboramos os questionários e utilizamos em sala de aula, no final de 2004, nas turmas já mencionadas. Introduzimos os questionamentos com uma afirmação que diz: “no cotidiano de sala de aula, você convive com diversas pessoas e situações, atitudes, comportamentos, frutos da convivência social. Nessa convivência, ocorrem momentos de total equilíbrio e momentos de divergências e dificuldades. No entanto, sempre se procura o entendimento e ou, o conflito se estabelece”. Em seguida, perguntamos:

Pergunta nº 01 - Que considerações, qual sua concepção a respeito da Justiça como atitude ética nas relações e nas ações em sala de aula pelo professor e pelo aluno?

A resposta mais freqüente, entre dezoito dos questionados, apresenta a relação da justiça baseada nos diferentes comportamentos, portanto, todo

tratamento dos professores para com os alunos é considerado justo quando é de acordo com o comportamento e a conduta do aluno. Então, respondem: “se o aluno não cumpre seus compromissos, deve ser punido”. A justiça nessa primeira afirmação do aluno, está relacionada à responsabilidade individual, por mérito. O professor fará justiça partindo da visão de justiça reparativa²¹ no contexto da justiça particular em Aristóteles, concepção presente na *Ética a Nicômaco* (2003 p.105 –120).

Ao tratar a questão da justiça, Aristóteles identifica vários tipos de justiça conforme tratamos no primeiro capítulo, classificando-a em suas características

²¹ Ao estudar a questão da justiça, Aristóteles identifica vários tipos. A classificação aristotélica segue o princípio lógico de estabelecer as características ou propriedades do geral, para depois analisar os casos particulares. Há, desse modo, uma justiça geral e uma justiça particular. A dedução – lógica dedutiva, possibilita a construção do conhecimento e a apropriação a partir de raciocínio geral para um raciocínio particular. A **Justiça Geral** é a observância da lei, o respeito à legislação ou às normas convencionais instituídas pela *polis*. Tem como objetivo o bem comum, a felicidade individual e coletiva. A justiça geral é também chamada de *justiça legal*. A **Justiça Particular** tem por objetivo realizar a igualdade entre o sujeito que age e o sujeito que sofre a ação. Segundo Aristóteles a justiça se divide em **Justiça Distributiva e Justiça Reparativa e Justiça Comutativa**. **1) Justiça distributiva**, que leva em consideração a desigualdade de méritos. Assim se exprime o filósofo: No que se refere à Justiça parcial e ao direito que dela deriva, ela tem um primeiro aspecto distributivo, que consiste na distribuição das honras, riquezas e todas as demais vantagens que possam corresponder a todos os membros da sociedade. Se as pessoas não são iguais, não terão igualdade na maneira como são tratadas. Daqui vêm às disputas e contendas, quando as pessoas, em pé de igualdade, não obtêm partes iguais, ou quando, em pé de desigualdade, obtêm um tratamento igual. A coisa fica clara, se tem em conta o mérito das partes. No que se refere às partilhas, todo mundo admite que se deve fazer de acordo com os méritos de cada um; sem dúvida, não se está ordinariamente de acordo sobre a natureza desse mérito: os democratas o põem na liberdade; os oligarcas, na riqueza ou na estirpe, e os aristocratas, na virtude. **2) Justiça reparativa**, ou de emenda, que, ao contrário, restabelece o direito igual das pessoas. Como nos ensina Aristóteles, a lei só tem presente a natureza da infração, sem levar em conta as pessoas que ela põe em pé de igualdade. Pouco importa que seja este ou aquele que comete a injustiça ou a sofre, que seja este ou aquele que comete o dano ou o recebe. Por conseguinte, essa injustiça, que descansa na desigualdade, é a que se esforçar o juiz por corrigir. De fato, quando uma pessoa recebe pancadas e outro as dá, quando um indivíduo causa uma morte e outro morre, o dano e o delito não têm entre eles nenhuma relação de igualdade; o juiz tenta remediar essa desigualdade por meio da pena que inflige, reduzindo, através dela, a vantagem obtida. Emprega-se comumente essas palavras num sentido geral nos casos dessa natureza, embora a expressão não parece convir a alguns deles; por exemplo, se diz do proveito do que bate em outro e do prejuízo do que é golpeado. Mas, quando o juiz avalia o mau trato, o primeiro vem a ser o que perde e o segundo o que ganha. De maneira que o igual vem a ser o exato meio termo entre o mais e o menos. ... Em conseqüência, a Justiça corretiva ou reparativa será o termo médio entre a ganância de um e a perda de outro. Por isso, quando ocorre entre os homens alguma diferença, eles recorrem ao juiz, que é, por assim dizer, a Justiça encarnada. Finalmente, a injustiça cometida deve ser voluntária, deve proceder de uma eleição deliberada e deve ser anterior a toda ofensa; de fato, não se comete injustiça quando se foi vítima e se devolve mal por mal. **3) Justiça comutativa**, (comutar, trocar, permutar) que parece dizer respeito à troca de serviços, tendo, portanto, um caráter econômico. Muito do que Aristóteles aborda no campo da Justiça deriva das condições sociais e econômicas da sua época. (ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, 2003 p.105 –120).

ou propriedades no geral, para depois analisar os casos particulares. Há, desse modo, uma justiça geral e uma justiça particular.

A segunda resposta mais freqüente parte do entendimento de justiça como dever. Com dezessete respostas, apresenta-se a relação da Justiça com o *dever*. Então, respondem “têm direito à justiça aquele que cumpre seus deveres”. Há uma forte ligação com a idéia de cidadania, tema amplamente discutido em todas as disciplinas do currículo. Especificamente a prática cidadã, no papel do indivíduo que, no seio da sociedade, tem direitos e também deveres a cumprir, os quais se não forem cumpridos podem comprometer sua conquista de cidadania e, conseqüentemente, o exercício da Justiça. Os deveres dos alunos estão vinculados aos trabalhos e atividades escolares.

Ao mencionar a Justiça na relação professor-aluno, alguns associam-na ao trabalho responsável do professor. Então, respondem: “o verdadeiro educador cumpre seu papel, é responsável, coerente e justo em seus atos em sala de aula”. Nessa concepção vê-se claramente a idéia de Morales (2001) em sua obra *A relação professor-aluno* afirma que: “na concepção dos adolescentes os bons professores estão bem preparados, são pessoas educadas e respeitadas, muito motivadas e dedicadas à sua profissão” (MORALES, 2001, p. 33 – trad. Gilmar Saint’Clair Ribeiro). No trabalho do educador é que se perceberá a Justiça, os atos dos alunos são conseqüência dos atos dos professores. Ainda, que o aluno seja responsabilizado pelos seus atos percebe-se a grande influência do educador, seja para orientar ou até “desorientar” o aluno.

A questão sobre a autoridade do professor se manifesta entre treze dos questionados. Parece-nos uma preocupação com o respeito mútuo ver nos outros a necessidade de ser respeitado para respeitar, exatamente como nos PCNs, entre os blocos de conteúdos para trabalhar a ética em todos os níveis e disciplinas de ensino, no bloco de conteúdos de “respeito mútuo”.

O respeito se traduz pela valorização de cada em sua singularidade, nas características que o constituem. Traz guardada em sua significação, as idéias de individualidade e de alteridade: na tomada de consciência que cada pessoa faz de si própria revela-se a presença do outro como constituinte de sua existência social”. (PCNs, 2002, p.96)

Respeitar, por consideração, as suas qualidades de professor competente em conhecimentos e habilidades, dedicado ao seu ofício, honesto, justo entre outros atributos que caracterizam um profissional capaz de desenvolver um trabalho para bons resultados naquilo que faz. Morales traz o comentário sobre os vários estudos e pesquisas realizados sobre as características do bom professor. Para ele, emergem duas grandes categorias:

A primeira diz respeito à competência do professor para ensinar e controlar a classe; e a outra diz respeito ao relacionamento com os alunos. As considerações dos alunos depende da idade e das circunstâncias dos alunos e da situação. (MORALES, 2001, p.33)

A valorização do que o aluno faz bem como o entrosamento e relação amigável entre professor e aluno são dois aspectos levantados pelos alunos como forma de justiça. Como na citação acima, o bom relacionamento, num clima de amizade facilita o entendimento e, conseqüentemente, o processo ensino-aprendizagem. A resposta de um aluno “o professor justo é aquele que sabe ouvir seus alunos, mantém uma relação aberta e amigável”. Outro diz: “o professor deve saber ouvir seus alunos e ser compreensível”.

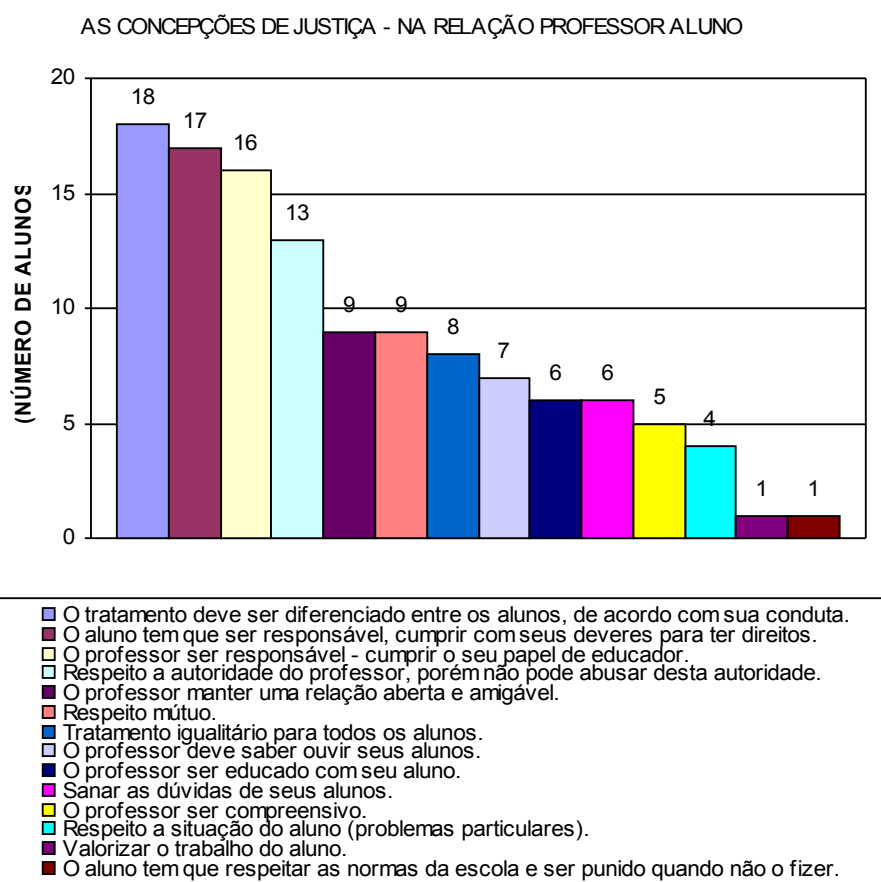
Nessa categoria, a última reflexão feita por quatro alunos diz respeito ao cumprimento de normas da escola. As colocações dos alunos são as seguintes: “é justo o aluno respeitar as normas da escola e ser punido quando não o fizer”. Outro diz: “Justiça é os professores e alunos respeitando as normas da escola”. Nas colocações em torno das normas, é pertinente o comentário sobre o entendimento de convivência de agentes éticos num nível de dependência, “se não houver norma não se age com justiça”. Diferente da condição até aqui refletida que direciona para a autonomia individual no contexto social. A referência, nesse caso, é a concepção heteronômica de moral, a partir de determinações externas são as ações dos indivíduos.

Em sua grande maioria, as respostas fazem menção à justiça e ao contravalor injustiça. Percebem-se, claramente, as teorizações até então, pois o nível de entendimento sobre a Justiça está ligado à concepção de ética e de princípios éticos de Chauí (2003, p.305), que identifica como um ser livre, responsável e consciente que o torna um ser virtuoso. Ao definir o espaço de sala de aula como espaço de Justiça, os alunos a identificam com determinados comportamentos manifestos entre os próprios alunos e entre alunos e professores. Surgem, como referência à ética, o tratamento igualitário e com educação, responsabilidade, compreensão, reconhecimento das capacidades individuais, respeito mútuo e a possibilidade de diálogo. Essas considerações aparecem como pré-requisito aos professores e aos alunos para que a sala de aula seja um espaço de justiça.

No gráfico²² número três, será possível a observação das categorias selecionadas em torno da Justiça. A seleção deu-se a partir dos questionários, respondidos pelos alunos pesquisados os quais foram transformados em uma relação numérica para configurar os dados acima mencionados e analisados. Em suas respostas, aparecem também as respostas aproximadas do respeito mútuo e liberdade que se identificam e até mostram interdependência.

²² Os gráficos foram organizados a partir das respostas dadas às questões específicas de cada um dos princípios selecionados.

GRÁFICO Nº 3



4.2 As considerações dos alunos em torno da liberdade na relação professor-aluno, baseada no respeito mútuo.

A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do Estado. (FREIRE, 2002, 25ª ed, p.119).

Educar o ser humano para a liberdade é um desafio de educar para ser ético, que indica as ações humanas pautadas no reconhecimento do outro. A liberdade é resultado de uma conquista na luta por uma convivência social ética.

A Liberdade, que indica autonomia, não poderia ficar de fora na discussão da ética e nas relações entre jovens, pois eles discutem, brigam e defendem a

necessidade de serem livres. É uma discussão permanente em sala de aula. Quando o aluno adolescente diz “sou livre, posso fazer o que quero”, sem reconhecer que existem outros seres humanos, também livres e que precisam ser respeitados, percebe-se a concepção de liberdade como um espaço em que tudo pode porque “sou livre”. É sabido, porém, que na tomada de decisão ou na relação com o outro, é necessário se ter claro o que é liberdade. Que, apesar de alguns considerarem o poder fazer tudo, ela não é assim, ela é limitada pelo fato de sermos seres individuais e, também, sociais.

O que se observa nas manifestações descritas pelos alunos é que estão próximas da concepção de Freire (2002, p.119) sobre a ação livre do adolescente que nem sempre toma a melhor decisão com relação ao amanhã e, por esse motivo, é indispensável a participação dos adultos no momento de tomada de decisão. Então, a segunda pergunta elaborada com objetivo de identificar as concepções de liberdade para análise diz:

Pergunta nº 02 - Ao falar em liberdade nas relações sociais em sala de aula, primeiramente responda o que é liberdade para você? E, em seguida, faça suas considerações sobre quando e como você percebe a prática da liberdade nessas relações entre os sujeitos da sala de aula, professor e aluno e que julgamento faz delas.

Um número expressivo de alunos, num total de vinte e dois, reconhecem que é necessário o professor mostrar os limites para as atitudes de cada um dos sujeitos da sala de aula. O que se vê nessa primeira resposta é a aproximação com a concepção de respeito com base no dever, a partir de regras impostas por

meio da autoridade externa. Marques (1998) quando descreve a teoria moral de Kant refere-se a dever mencionando:

O respeito pelo dever tanto pode expressar um simples cumprimento da lei, como a moralidade. Será um mero cumprimento da lei, quando a pessoa se limita a agir de acordo com a lei e as normas as quais são exteriores a consciência da pessoa. [...] A moralidade exige muito mais do que essa dependência a autoridade externa à nossa consciência. Kant afirma que o homem que se limita a cumprir a lei e a agir para evitar a reprovação ou a punição ainda não atingiu um patamar de moralidade autônoma, a qual exige que a pessoa seja capaz de contrariar as suas inclinações naturais e de se orientar apenas pelo respeito pelo dever. O respeito pelo dever e a opção racional e deliberada pela boa vontade constituem no pensamento kantiano, o móbil da verdadeira moralidade. (MARQUES, 1998, p. 76)

A citação de Marques (1998) contribui para o entendimento das concepções de dever e também de autonomia da pessoa e faz referência a uma próxima colocação dos alunos que respondem: “pode haver liberdade entre o professor e o aluno desde que um respeite o outro e as normas da escola”; outro aluno responde: “o professor que dá muita liberdade para os alunos perde o controle e o respeito, as punições do regimento devem ser colocadas em prática quando o aluno abusa”; E, quando se fala em limites e regras, dá-se a compreensão ao nível da heteronomia. Em outros posicionamentos para a mesma pergunta, já fazendo, porém, menção ao bem comum respondem: “liberdade é o limite que a sociedade dá, podemos ter liberdade, mas dentro do limites estipulados para o bem de todos”. Outro aluno responde: “liberdade, na relação professor-aluno, é fazer o que posso e o que quero, sem que as minhas opções prejudiquem, porém, o bem-estar do próximo”. Nessas colocações percebe-se o comportamento com base em uma postura ética, definida pela responsabilidade, pela consciência, pela virtude.

Noutro, posicionamento, com dezoito alunos apresentando as considerações a respeito da liberdade vinculada ao direito de falar e de ser ouvido, em que o professor na sala de aula permite ao aluno que se manifeste. Os adolescentes demonstram a necessidade de serem ouvidos e reconhecidos, de identificar suas idéias, suas opiniões, seus desejos e seus sonhos. Entre as suas respostas à questão estão: “liberdade em sala de aula, na relação professor-aluno está em você poder argumentar, dar sua opinião, se expressar”; outro: “liberdade é você poder perguntar e não ser criticado”; outro: “liberdade é você poder argumentar e perguntar, e quando perguntar ser respeitado e não criticado, se você pergunta é porque tem dificuldade cabe ao professor responder”.

Numa reflexão que demonstra atitude ética, diz-se que a liberdade tem vínculo direto com a responsabilidade. Todo ato praticado tem resultados, bons ou ruins, depende das conseqüências, deste, para o indivíduo e para a comunidade. As respostas dos alunos: “a liberdade é determinada pelas suas responsabilidades, quanto maior for a liberdade maior será sua responsabilidade”. Dezesete alunos responderam nesse nível de entendimento para liberdade em sala de aula, na relação professor-aluno.

O diálogo e o respeito mútuo também estão presentes nas considerações dos alunos. De forma simples, mas muito próxima de atitudes pautadas pela ética, os alunos respondem: “percebo liberdade no momento em que surge a comunicação entre o professor e o aluno, um fala e o outro escuta”. “A liberdade em sala de aula é poder discutir e trocar idéias com o seu professor e com seus colegas”. “Liberdade é a oportunidade dada a cada um de expor seus pontos de

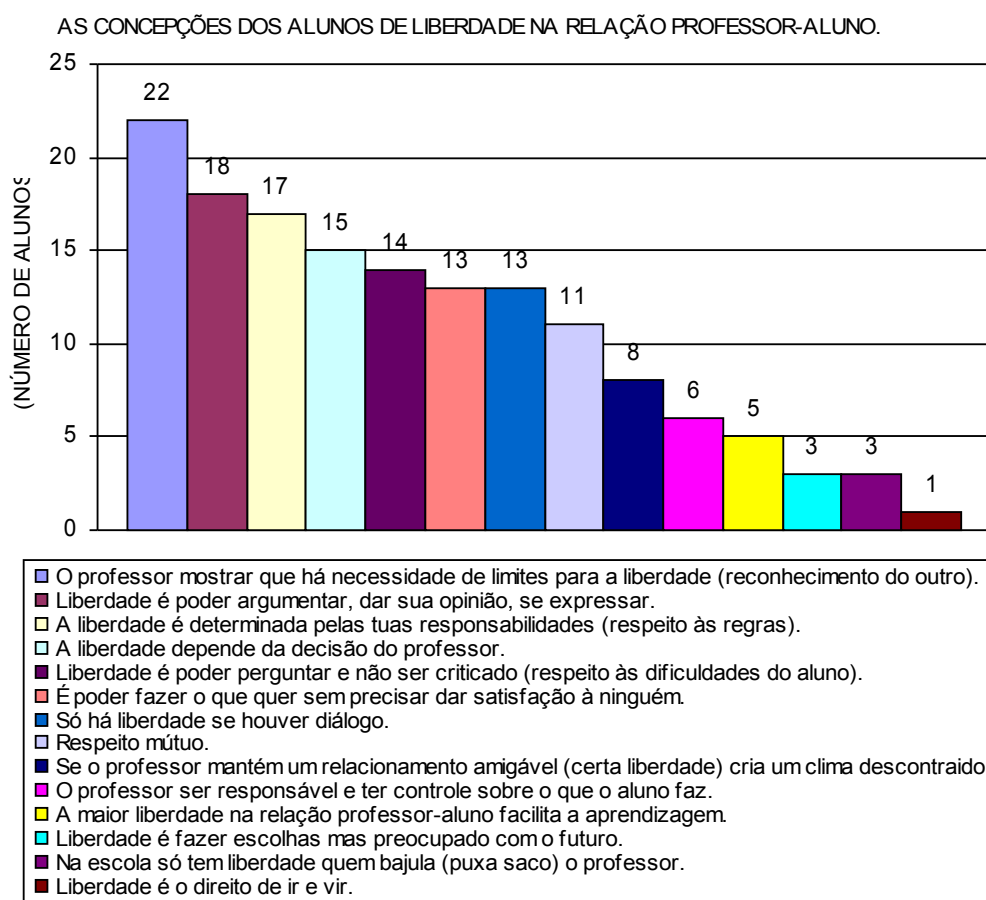
vista e seus conhecimentos, respeitando-se mutuamente, professor e aluno”. Segundo Morales (2001, p.104), a abertura do professor com seus alunos, incide em uma maior participação dos mesmos, um melhor clima e maior motivação.

O que temos é a confirmação das posturas dos alunos em torno da melhoria do relacionamento numa concepção democrática em que a liberdade se efetiva baseada nos limites, ou seja, no respeito mútuo e no reconhecimento do outro. Aristóteles (2003) escreve no Livro VII *Política* o seguinte:

O princípio essencial do governo democrático é a liberdade; a liberdade, afirma-se, é o tema de toda democracia. Ora uma das características fundamentais da liberdade é que os cidadãos prestem obediência e mandem, alternadamente; pois o direito ou a justiça em um estado popular consiste em observar a igualdade...(ARISTÓTELES, 2003, p.212)

Novamente, e nos reportando a Aristóteles, verificamos que ao escrever sobre sua concepção de liberdade, os alunos retomam alguns elementos comuns, quando escrevem sobre a justiça, que são, respeito, responsabilidade, limites, diálogo, confirmando a influência destes na prática da ética, ou seja, aparecem como interdependentes. O gráfico abaixo está representando as respostas dadas no que diz respeito à liberdade.

GRÁFICO Nº 4



4.3 – As concepções dos alunos sobre liberdade baseada no respeito mútuo entre os colegas de classe.

No posicionamento dos alunos em relação à convivência com os colegas de classe, eles destacam a importância de uma convivência harmônica. As respostas se repetem com mais frequência, ou seja, seu entendimento por liberdade na relação com seus colegas é mais comum entre eles do que nas outras questões. Por exemplo: a primeira referência sobre a liberdade entre colegas se faz em torno da importância do respeito mútuo, com trinta alunos levantando a necessidade de se impor limites nesse relacionamento, manter

certa distância entre os membros do mesmo grupo. A proximidade gera falta de limites, o fato de se ter a mesma idade, estar em um mesmo nível de reconhecimento como aluno na esfera da sala de aula, as parcerias, ou seja, as amizades, os elos de ligação e as afinidades que se apresentam no grupo geram a maior proximidade e liberdade.

Então respondem: “o excesso de liberdade dos meninos com as meninas, devido à amizade, muitas vezes dizem palavras e têm atitudes que magoam e geram constrangimento”. “Às vezes, a liberdade entre os colegas é tão grande que chegam até a agressão física, a violência, sem a menor preocupação com os resultados da ação praticada”. “A liberdade entre colegas é tão grande que gera desrespeito”. “Os meninos tomam certas liberdades, como riscar o caderno, isso para mim é falta de respeito e até de educação de casa”. “Para os meninos é liberdade geral, fazem o que querem, não respeitam nada e ninguém, não amam a eles próprios muito menos os outros”. Nessas considerações, o respeito mútuo é percebido, refletido e até exigido, mesmo na relação entre “iguais”, colegas de classe.

Para que essa liberdade seja desfrutada, na visão de vinte e nove alunos, há necessidade de limites nas relações humanas, seja entre professor-alunos ou mesmo, os alunos entre si. Trazemos as contribuições de Aristóteles (2003), que fazem a referência aos comportamentos do ser humano em qualquer circunstância de convivência social:

O homem é um animal político, por natureza, que deve viver em sociedade, e que aquele que, por instinto e não por inibição de qualquer circunstância, deixa de participar de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. Esse indivíduo é um merecedor, segundo Homero, da cruel censura de um sem família, sem leis e sem lar. Pois ele tem sede de combates e, como as aves rapinantes, não capaz de

se submeter a nenhuma obediência. (ARISTÓTELES em Política, 2003, trad. Torrieri Guimarães, p.14)

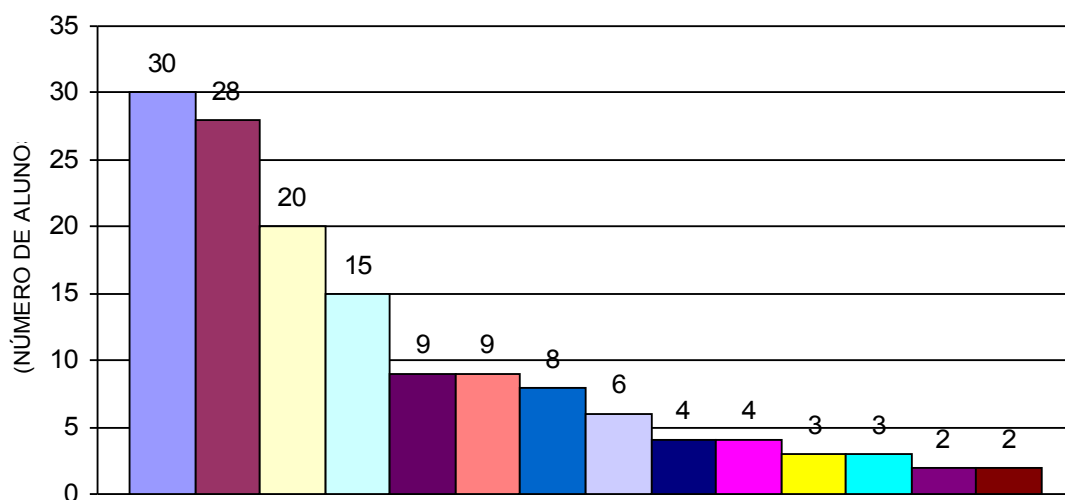
Existem condições para a convivência social, como se analisa é desde a mais tenra idade que se aclamam certas regras e limites para as relações humanas. O homem, por si só, é egoísta e tende a defender seus interesses particulares, aí se faz presente o papel das instituições sociais, a Escola, o Estado, a Família, para o despertar social, reconhecer: não estou nem sou sozinho. É preciso submissão às normas e regras para nos preservar do caos. Como contribui Pedro Goergen:

A sociedade em seus diferentes ambientes, é responsável pela formação ética das futuras gerações. [...] A escola não é senão um dos ambientes de formação das novas gerações talvez especialmente importante, porque é na escola que os jovens passam grande parte de seu tempo. Mas isso não retira das outras instâncias como a família, meios de comunicação etc. sua parte de corresponsabilidade educativa e formativa. Enquanto a sociedade encolher os ombros e fizer ouvidos moucos com relação às barbaridades deseducativas e deformativas que, por exemplo, os meios de comunicação exercem sobre os jovens e os cidadãos de modo geral permanecem tênues as esperanças de um futuro melhor, mais democrático, solidário, mais ético e humano, por maior que seja o empenho nesse sentido no espaço de educação formal. (GOERGEN, 2001, p.81,82).

Na escola, no espaço de sala de aula, a prática ética não pode se orientar por ditames, regras, normas impostas. Só existe a possibilidade de se aceitar os princípios, as regras se forem amplamente discutidos e aceitos. E o fundamental, para se admitir uma postura formadora e educativa em que sejam necessários tais ditames e a prática dos mesmos na possibilidade de execução na vivência diária de hábitos saudáveis que permitam o desenvolvimento da pessoa se dispondo a prática de regras retas, de acordo o fim humano, a felicidade.

GRÁFICO Nº5

AS CONCEPÇÕES DOS ALUNOS DE LIBERDADE NA RELAÇÃO COM OS COLEGAS.



- Respeito mútuo.
- Liberdade indica limites (direitos, deveres e regras).
- Entre pessoas iguais é possível maior liberdade para se expressar
- O colega é amigo e dá liberdade de trocar de confidências e experiências.
- A liberdade, entre os colegas, na sala de aula é bom, mas pode trazer consequências negativas no final do ano.
- O abuso da liberdade pode gerar violência, quando um rejeita a atitude do outro e quando fazem brincadeiras de "mal gosto".
- Cada um estabelece e controla a liberdade do outro em relação a si.
- Há liberdade quando existe diálogo.
- Pode fazer escolhas e opinar (escolher os amigos, fazer sugestões e serem aceitas).
- A resposta se refere à questão anterior do questionário.
- Não respondeu a questão.
- Não tenho amigos na escola, venho para escola, assisto aula e vou embora para casa
- Na escola só tem liberdade quem bajula (puxa saco) o professor.
- Liberdade é não ser excluído pelos colegas (trabalhos em grupo).

Ficam claras as colocações dos alunos da segunda série do Ensino Médio quando falam dos relacionamentos entre colegas e dizem: “a liberdade entre os amigos, com respeito, permite a troca de experiências e de confidências”. “Quando a liberdade é sem limites, em que ninguém se posiciona, professor ou colega de classe dizendo o que é permitido e o que não é permitido, impondo limites, pode trazer consequências negativas no final do ano como a reprovação”. O aluno é consciente, crítico e reflexivo quanto as suas atitudes e as atitudes de seu colega e de seu professor. Essa condição do aluno encaminha para uma realidade mais justa e igualitária. O ser humano é livre para

fazer escolhas, opinar, dialogar, refletir, analisar, e selecionar se auto-determinar. Essas características lhe permitem tornar-se um ser, um agente ético.

4.4- As concepções dos alunos sobre a convivência social democrática na escola e em sala de aula.

Antes de apresentar as contribuições dos alunos sobre a convivência democrática, façamos uma breve elucidação a respeito da política e da Democracia no âmbito das discussões até então. Por se tratar de um tema de riqueza e amplitude inesgotável, preservamo-nos o direito de rápida reflexão.

Aristóteles utiliza-se do termo política para um assunto único: a ciência da felicidade humana. A felicidade consistiria numa certa maneira de viver, no meio que circunda o homem, nos costumes e nas instituições adotadas pela comunidade à qual pertence. O objetivo da política é, primeiro, descobrir a maneira de viver que leva à felicidade humana, isto é, sua situação material, e, depois, a forma de governo e as instituições sociais capazes de a assegurarem. As relações sociais e seus preceitos são tratados pela ética, enquanto que a forma de governo se obtém pelo estudo das constituições das cidades-estados, matéria pertinente à política.

Em todas as artes e ciências", disse ele, "o fim é um bem, e o maior dos bens e bem em mais alto grau se acha principalmente na ciência todo-poderosa; esta ciência é a política, e o bem em política é a justiça, ou seja, o interesse comum; todos os homens pensam, por isso, que a justiça é uma espécie de igualdade, e até certo ponto eles concordam de um modo geral com as distinções de ordem filosófica estabelecidas por nós a propósito dos princípios éticos."(ARISTÓTELES, Política, 2003, livro VI p.171).

A política, em Aristóteles, tem como finalidade a vida justa e feliz. A verdadeira Democracia é o governo do povo, da maioria, que exerce o poder favorecendo preferencialmente os pobres. Chauí (2003) faz menção a Democracia ateniense e à Democracia representativa que conhecemos e aparentemente vivenciamos. E afirma:

A democracia ateniense era direta. A moderna, porém é representativa. O direito à participação tornou-se, portanto, indireto, por meio da escolha de representantes [...]. A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e à criação de novos direitos. (CHAUÍ, 2003, p.405)

Os direitos do cidadão são garantidos pelas constituições e cabe ao cidadão fazer valer os direitos que estão garantidos na constituição de cada nação. Sabemos, porém, que não tão simples assim, temos vários fatores que dificultam essa realidade. Entre eles, podemos citar a sociedade de classes, ou seja, hierarquizada, alguns mandam e muitos obedecem, as desigualdades econômicas, como já mencionamos no capítulo dois, e uma série de outros fatores que dificultam o exercício da mesma.

Aristóteles, na obra *Política*, escreve sobre várias constituições que observou e estudou nas diversas cidades-estado gregas. Diante de tanta diversidade, descreve as várias formas de governo e cidades observadas e, quando trata do primeiro tipo de Democracia no *livro VI*, nos faz compreender uma forma de governo aparentemente igualitário porque é assim definido por Aristóteles (2003):

O primeiro tipo de democracia é o que tem igualdade como base. Nos termos da lei que regula esta democracia, a igualdade vem a significar que os ricos e os pobres não possuem privilégios políticos, que tanto uns como os outros não são soberanos de modo exclusivo, e sim que todos o são precisamente em igual proporção. Se é exato, como muitos supõem, que a liberdade e a igualdade formam, em essência, a

democracia, elas, contudo, apenas podem achar-se aí em toda sua pureza, enquanto os cidadãos desfrutarem da mais perfeita igualdade política. Como, porém, o povo constitui a parcela mais numerosa do Estado, e é a opinião da maior parte que faz a autoridade, é natural que esse constitua o característico primordial da democracia. (ARISTÓTELES, 2003, livro VI, p. 180)

O que nos chama a atenção é a possibilidade de igualdade política nesse tipo de democracia e é o que irá conduzir nossas análises porque é o que nossos pesquisados levantam como fundamental em uma convivência democrática. A democracia é um processo de tomada de decisão coletiva em que todos participam e são considerados os valores e critérios específicos de acordo com as situações que se apresentam. Vejamos o que concebem os alunos a respeito da convivência democrática na escola e na sala de aula.

Nas idéias sobre a democracia e a escola, percebe-se uma grande diversidade, pois, conseguimos elencar dezoito categorias para essa questão. A seguir, vamos escrever exatamente as colocações do aluno, pois, são muito interessantes. A pergunta lançada foi.

Pergunta nº 03 - Você, aluno, vê na escola um espaço de convivência social democrática, em que se respeitam seus direitos, há uma preocupação com o cumprimento de deveres? Qual sua posição nessas relações que permitem e mostram o exercício da cidadania?

As duas respostas com o maior número de alunos respondendo, com dezessete respondentes em cada uma, eles respondem:

“Na escola, é visível a prática democrática, pois os direitos de todos os membros da escola são respeitados, os deveres são cobrados, também, de todos. A escola procura cumprir, à medida do possível, suas responsabilidades e sempre age fazendo justiça, para que se cumpram as normas. Tudo isso

corresponde a um espaço democrático”. A concepção aqui apresentada demonstra a idéia de democracia como sistema que corresponde ao cumprimento de deveres e à prática de direitos.

A segunda resposta é uma negação da primeira. “Não vejo na escola um espaço democrático, pois as decisões são tomadas pela direção e pelos professores, o aluno não tem espaço de participação”. Complementando essa resposta, vem a seguinte com um número menor de respondentes, mas que também caracteriza a escola como espaço que não viabiliza a participação. E respondem: “A escola é democrática nas eleições para diretor, aí todos são convocados a participar e podemos dizer que nas eleições para o grêmio estudantil em que é possível fazer parte do mesmo e de votar”. A visão de democracia nesse caso é muito próxima do cotidiano em que somos convocados a eleger nossos representantes, pois, dificilmente participamos das decisões, ou por falta de acesso as informações ou, até, por omissão.

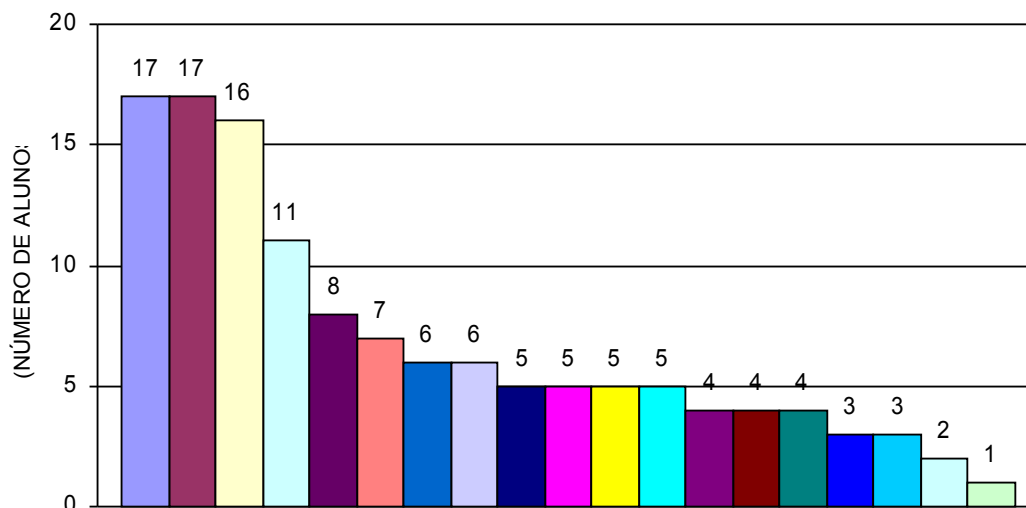
Noutro posicionamento, com vários alunos partilhando da mesma convicção, dizem: “A escola, e especialmente a sala de aula é um espaço democrático porque você pode opinar, criticar, elogiar e até fazer sugestões”. “A escola é um local de diversidades, convivemos e conhecemos pessoas e idéias diferentes”. “Só percebemos a democracia quando existe respeito entre professores, alunos, funcionários, enfim, entre todos os membros da escola”. Em uma condição de descontentamento, alguns dizem: “observo tratamento diferenciado entre alunos, alguns têm mais privilégios que os outros, participam mais porque têm mais oportunidade de participar e isso não é democrático”. O que o aluno quer é a possibilidade de igualdade no que diz respeito ao

comportamento e tratamento igualitário do professor que, por vezes, manifesta atenção maior para um aluno do que para outro.

Caracterizando uma escola pouco democrática ou talvez não democrática, respondem: “As regras impostas pela escola para manter a ordem não são cumpridas e, sem ordem, é impossível estabelecer igualdade”. “Não existe respeito entre os colegas e onde não há respeito é impossível que todos sejam ouvidos”. E, ainda numa conotação de escola como espaço de aquisição de conhecimento com o objetivo de atuação na sociedade, ou seja, espaço para aquisição de ferramentas que viabilizem a participação cidadã, escrevem o seguinte: “A escola não é democrática porque não prepara para o futuro profissional e, é claro, a participação na sociedade”. Os alunos refletem e mostram claramente o que querem da escola e do espaço de sala de aula. E, ainda, chamam a atenção de que as aprendizagens adquiridas na escola estão distantes das necessidades individuais e sociais.

GRÁFICO Nº 6

AS CONCEPÇÕES DOS ALUNOS SOBRE CONVIVÊNCIA SOCIAL DEMOCRÁTICA.



- É visível os direitos respeitados, deveres cobrados e até cumpridos, a justiça e também a presença de normas. Tudo isto corresponde a um espaço democrático.
- Não vejo na escola um espaço democrático, pois as decisões são tomadas pela direção da escola e pelos professores, não há participação em todas as tomadas de decisão.
- Sim, você pode expor suas idéias (criticar, sugerir, elogiar).
- Não é espaço de convivência democrático porque você não pode opinar.
- É democrática na eleição para diretor e na eleição dos componentes do grêmio estudantil.
- As regras impostas pela escola não são cumpridas. Portanto se não é capaz de fazer cumprir as regras então não está preparando para a convivência social democrática.
- A escola é um local de diversidades, convivemos e conhecemos pessoas diferentes.
- Não respondeu a pergunta.
- A escola promove a convivência social democrática quando percebemos o respeito entre professores, alunos, funcionários, enfim todos os membros da escola.
- Há possibilidade de fazer escolhas.
- Sim, pois todos participam e têm relações amigáveis.
- É local de transmissão e assimilação de conhecimentos, logo é local de preparação para a cidadania.
- Observo tratamento diferenciado entre os alunos que não é democrático.
- Não existe diálogo com o diretor e as vezes até com os professores.
- Num espaço democrático todos tem os mesmos direitos e isso não acontece aqui.
- Não entendeu a pergunta.
- Não existe respeito entre os colegas.
- Na escola você tem a liberdade de expressão e também união entre seus membros.
- Não, porque não prepara para o futuro profissional.

Confirmando todas as nossas reflexões, o aluno deseja uma escola democrática, que lhe dê condições de igualdade em todas as tomadas de decisão, desde as decisões mais simples em sala de aula como a data de uma

avaliação, ou o esclarecimento de dúvidas em determinado conteúdo, até a preparação para a cidadania. Uma sala de aula em que é permitido o diálogo para que se entenda. Em que todos se respeitam e, no respeito mútuo, é possível desfrutar da liberdade individual. Em que sejam reconhecidas e respeitadas as diversidades e, que a justiça seja a referência para todas as atitudes e todas as decisões a serem tomadas. Essa escola e essa sala de aula podem preparar para a cidadania, isto é, permitir ao seu aluno que seja um ser humano livre, consciente, crítico, justo e virtuoso.

Os alunos confiam na escola, em suas respostas ao questionário manifestam, porém, seu descontentamento quando não são ouvidos, não são reconhecidos em suas particularidades e suas dificuldades ou não encontram pessoas que os orientem. O próprio adolescente percebe-se imaturo e despreparado para tomada de decisão e a presença do professor é muito bem aceita quando este demonstra respeito, é justo e abre espaço para o diálogo. As palavras respeito, diálogo, responsabilidade, compromisso e amizade são o ponto de referência para a discussão no campo da ética, da justiça, da liberdade e do respeito mútuo em sala de aula na visão dos alunos. Essas foram as conclusões dos dados coletados, nos questionários respondidos pelos alunos e que nos levam a questionar. O que professores e alunos têm feito para o desenvolvimento de uma escola democrática? Que instrumentos dispõem para a construção de uma escola democrática? Que elementos permitem ou impedem o exercício da democracia na escola?

4.5 – Professores e Alunos o contraponto de suas concepções sobre a justiça, a ética, a liberdade, o respeito mútuo e a convivência democrática.

Anteriormente, mencionamos o papel da instituição escola na formação do indivíduo ao desenvolver práticas e hábitos virtuosos e, no seu compromisso com a sociedade ao prepara-lo para a cidadania. É indiscutível essa responsabilidade, mas o que temos visto é a falta de autonomia nas ações da escola e, em nossa apreciação específica, da escola pública que se limita a cumprir e executar determinações externas “políticas públicas”, muitas delas assistencialistas devido a outros fatores sociais dramáticos (desemprego, fome, saúde) que impedem a escola de ser autônoma e, como consequência, impedem a preparação de indivíduos autônomos.

Estamos diante do impasse da responsabilidade e da impotência, seja por falta de recursos e investimentos, ou pelo despreparo de profissionais, bem como pela falta de amparo de outras instituições formadoras. Mas a saída de nosso impasse parece estar em políticas democráticas, dentro e fora da escola, em que seja permitido agir com autonomia, quando lhe serão ampliadas as possibilidades de atuação autônoma. Na participação e na prática, desenvolveremos hábitos virtuosos em que todos lutam por uma mesma causa, em favor de si mesmos e da coletividade.

A seguir, de acordo com o roteiro da entrevista (apêndice nº 03) destinado para os alunos iremos transcrever as entrevistas, primeiramente dos alunos.

Foram entrevistados cinco alunos, dentre os cento e vinte e cinco espontaneamente responderam ao questionário, de acordo com os procedimentos metodológicos mencionados na introdução do texto.

Na seqüência, apresentaremos de acordo com o roteiro da entrevista (apêndice nº 02), as contribuições dos três professores entrevistados com relação à teoria e prática da ética na escola. Nestas falas, estão claros os interesses e necessidades dos alunos e professores. Portanto, traremos a confirmação das concepções que os alunos manifestaram na entrevista e as concepções dos professores sobre o tema pesquisado.

4.5.1 – O que falam os alunos

As perguntas da entrevista com os alunos foram objetivas, pois a sua realização foi para confirmação das concepções anteriormente relatadas no questionário. As respostas estarão relacionadas em cada uma das perguntas e os alunos, identificados por número de um a cinco.

A primeira pergunta feita diz respeito à concepção de democracia.

O que você entende por democracia?

Os alunos responderam. Aluno nº 01 – Democracia, para mim, é o direito que um povo tem de escolher seus governantes, líderes. É uma conquista muito importante, pois nos dá o direito de escolha, sem que se imponha nada por parte dos superiores, pelo menos era isso que deveria ocorrer.

Aluno nº 02 – Democracia é o direito que temos de escolher o que queremos para o nosso futuro. Pelo menos é o que deveria ser, mas o que temos visto são os líderes, que estão em candidatura, utilizarem-se de argumentos sem lealdade com as pessoas de “boa fé” para chegar aonde querem e depois menosprezam os interesses de quem lhes ouviu e deu crédito.

Aluno nº 03 Democracia é o poder que as pessoas têm de escolher seus governantes. Todos têm o direito, mas nem sempre o exercem com consciência.

Aluno nº 04 – Democracia é uma igualdade para todos. É respeitar os direitos dos outros. O meu limite vai até onde começa o do outro.

Aluno nº 05 – Democracia é a maneira de fazer valer os direitos do cidadão. Seja na Escola, na Comunidade, na Cidade, no Estado ou no País, e todos temos o direito à democracia.

Vejamos as respostas dos alunos para a pergunta seguinte.

Pergunta nº 02: O que você entende por justiça?

Os alunos responderam: Aluno nº 01 - Penso que justiça são direitos iguais para todos. Por exemplo: Se um comete um crime e vai preso, outro que faz a mesma coisa deve sofrer as mesmas conseqüências. A justiça e a honra devem prevalecer nos vários fatos da vida.

Aluno nº 02 - Quando uma pessoa deve “pagar” pelo que faz ou fez de errado. Ou a justiça existe para induzir as pessoas a não fazer as coisas erradas. Infelizmente, a justiça no nosso país parece estar escondida pelos líderes de governo e de todas as instituições sociais.

Aluno nº 03 - A justiça nem sempre atua de maneira correta, costuma falhar, punindo inocentes e relevando culpados. O que causa uma certa revolta na sociedade, causando desentendimentos e até revoltas.

Aluno nº 04 Justiça é exercer seus deveres e poder usufruir de seus direitos na sociedade.

Aluno nº 05 Justiça, um direito de todos, é a forma dos cidadãos se sentirem seguros de que os crimes que ocorrem em sociedade serão punidos.

A terceira pergunta feita - O que você entende por respeito mútuo?

Aluno nº 01 Respeito mútuo é reciprocidade de respeito entre as pessoas de grupos, raças, etnias, religiões e pensamentos diferentes. É muito fácil respeitar e/ou amar pessoas iguais a nós que pensam da mesma maneira, mas é na hora da diferença que mostramos realmente nosso caráter.

Aluno nº 02 Respeito mútuo é saber respeitar as diferenças das pessoas que estão a nossa volta, sem preconceitos e sem agressão, transformando todo esse conjunto em uma boa convivência.

Aluno nº 03 Quando uma pessoa impõe seu respeito a outra pessoa, com certeza, será respeitado também. Assim, dessa forma todos podem conviver bem na sociedade, com respeito e entendimento de ambas as partes.

Aluno nº 04 É respeitar o outro em qualquer lugar ou ocasião. Isso independente da raça, língua, religião ou idade.

Aluno nº 05 É respeitar o próximo seja qual for a raça, etnia, idade, sexo, classe social, opinião, cultura, lugar ou religião diferente, seja bonito, seja feio, todos merecemos respeito.

A pergunta número quatro diz respeito à Liberdade. E perguntamos aos alunos: O que você entende por liberdade?

O Aluno nº 01 responde a respeito da sua concepção de liberdade: É uma pessoa ser livre para tomar suas próprias decisões e atitudes, ter suas opiniões e poder expressá-las, fazer escolhas, mesmo que algumas vezes sejam erradas, mas tudo para fortalecer seu caráter. Liberdade não se restringe apenas a poder sair de casa com uma “ficha limpa” na polícia, mas envolve uma complexidade vasta de pensamentos e ações em sociedade.

Aluno nº 02 Liberdade é o direito de fazer o que precisa ou que se quer fazer. A liberdade, muitas vezes, é confundida com a libertinagem, em que as pessoas abusam e acabam passando dos seus próprios limites, afetando outras pessoas e isso não é liberdade porque a liberdade tem ligação direta com a condição do homem de viver em sociedade.

Aluno nº 03 Responde. A liberdade é um direito que as pessoas têm, mas nem sempre aplicam corretamente, algumas pessoas não entendem que sua liberdade acaba quando começa a de outra pessoa e isso pode causar desentendimento.

Aluno nº 04 Acredito que só somos livres a partir do momento em que sabemos como usar essa liberdade. É ser prudente e coerente no que se faz. É poder fazer o que queremos, mas com certa moderação, pois tudo o que é exagerado traz conseqüências ruins.

Aluno nº 05 Todos temos liberdade de escolha e de expressão, mas ela começa como um direito e acaba como um dever, porque somos responsáveis pelo ambiente social, pois as nossas atitudes têm conseqüências boas ou ruins para a sociedade. Portanto, temos que pensar bem antes de agir. E, se não fosse assim, não haveria ordem.

A quinta e última pergunta diz respeito à ética. E perguntamos ao aluno: O que você entende por ética?

O primeiro aluno responde. Acredito que seja um zelo, um cuidado por aquilo que é bom, honroso e moral na sociedade em que vivemos. Ser ético é preservar os valores que hoje em dia se perderam em sua maioria, nas pessoas com quem convivemos. Mas este é o grande desafio da nossa geração, mantermo-nos éticos e corretos diante de tantos erros e imoralidade.

O aluno número dois responde: é possível identificar a ética nos atos das pessoas. Por exemplo: Todos os profissionais devem seguir e respeitar um código de ética. Entre nós, jovens, vê-se a ética quando alguém lhe confia um segredo e você o guarda. Você está respeitando a vontade do outro.

O aluno nº 03 responde: Ser ética e a ética é a condição humana de ser correto, ou pelo menos tentar ser, na profissão, na vida em sociedade, é ter a capacidade de reconhecer que por ética nem sempre posso expressar todas minhas opiniões e sentimentos.

O aluno nº 04 responde: É saber a hora de agir e a hora de falar. É algo indispensável para os profissionais e todos os cidadãos.

O quinto e último aluno entrevistado responde: A ética está diretamente ligada ao comportamento do indivíduo. Comportar-me em todos os lugares que frequento. Quando falo em comportar-se estou me referindo a ter boas atitudes que não afetem ninguém e sejam baseadas em valores positivos para mim e para o meio em que estou. Ética também é dar opinião para o crescimento de outras pessoas, não prejudicar o outro em benefício próprio. Temos que ser éticos na família, na escola, no trabalho em qualquer situação de ambiente social, pois ser ético é um bem individual e coletivo.

Os alunos, desde o início de sua fala, trazem argumentos de seu dia-a-dia, das relações interpessoais. Quando falam da democracia, em grande parte das contribuições, estão no campo da política que vivenciam hoje, inclusive atos políticos desprovidos de ética. Um aluno entre os entrevistados menciona a democracia como a possibilidade da igualdade, mas todos dizem que a democracia é para todos participarem e é um direito que se efetiva se for praticado com consciência pelos cidadãos, seja como aluno ou como futuro profissional ou pai de família.

Para Aristóteles (2003), a cidade é formada pela reunião de várias famílias que formam a sociedade civil e a virtude da justiça é a essência dessa sociedade. Os alunos entrevistados, assim como em suas considerações nos questionários, identificaram a justiça no ambiente social e como responsabilidade individual, mas também indicam para o Estado a responsabilidade da elaboração e execução de leis em benefício da sociedade civil.

Em Rousseau (1999), o respeito mútuo é o reconhecimento da força e das capacidades individuais. Na percepção dos alunos, o respeito mútuo é justamente a capacidade individual para ação recíproca. Respeitar o outro para ser respeitado, livre de preconceitos e no respeito às diferenças, sejam elas de raça, etnia, sexo, religião ou idéias e pensamentos.

Assim como em Rousseau (1999), os alunos identificam liberdade como direito e, ao mesmo tempo, um dever. Consideram a liberdade como um poder de decisão e de expressão de idéias. O indivíduo consciente usa da liberdade

com responsabilidade, portanto quanto maior a liberdade maior a responsabilidade pelos atos praticados.

Para ser ético e ser virtuoso, dependemos do preparo para tal, desenvolvemos hábitos e habilidades no contato com pessoas, nas diversas aprendizagens ao longo da vida. Na concepção do aluno, ser ético é, realmente, ser uma pessoa virtuosa, com bons hábitos, ser honrado, ser bom para os outros e não apenas para si próprio. É ter a capacidade de preservar ou até resgatar valores que se dissiparam. Ser ético, na visão dos alunos, é ter atitudes coerentes, sensatas. Eles fazem o comentário de que ser ético, algumas vezes, é difícil, porque nem sempre podemos expressar nossas opiniões, sentimentos e vontades. Demonstram, nessa reflexão, a capacidade humana de conduzir-se pelo meio-termo (ARISTÓTELES, 2003), o equilibrar as atitudes em busca de uma vida feliz.

Professor e alunos fazem parte de um todo organizado, sistemático com a finalidade de educar, e cada um, nesse todo, exerce uma função. O professor como orientador das aprendizagens dos seus alunos no espaço da sala de aula e na escola como um todo, por meio da sua habilidade *técnico-científica*, das suas atitudes e de seu compromisso para com a profissão. Os alunos vão à escola para aprender, mas também trocam experiências, partilham sua vida com a coletividade que compõe a escola. Com funções distintas, mas com objetivos comuns, percebe-se a interferência que um exerce sobre o outro, em suas atitudes e vontades. Novamente a preocupação com as atitudes que temos na escola, todo organizado, demonstra que haverá a interferência na formação do

indivíduo e do futuro cidadão em função da reciprocidade que se manifesta entre os sujeitos da sala de aula.

4.5.2 – O que falam os professores.

Iremos transcrever a entrevista feita com três professores. A apresentação deles ao leitor será primeiramente com relação aos dados de sua vida profissional e, por meio da numeração do um ao três, traremos as respostas às perguntas.

A professora número um é professora de Matemática e Física com licenciatura em Matemática e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa com 30 anos de trabalho no magistério. Desse total, 22 anos são de atuação no Ensino Médio em três escolas públicas estaduais, três escolas na rede particular de ensino e também no Núcleo Regional de Educação como coordenadora de área no município de Ponta Grossa. E, neste ano de 2005, passou a atuar na Educação Superior em uma faculdade particular em Ponta Grossa.

A professora número dois é professora de Literatura, Redação e Português com Licenciatura em Português e Inglês. Conta com 8 anos de trabalho em sala de aula, sendo que os oito anos são de atuação no Ensino Médio em duas escolas públicas estaduais e em uma escola na rede particular com Ensino Fundamental no município de Ponta Grossa.

A professora número três é uma professora de Língua Portuguesa com Licenciatura em Português e Inglês e Especialização em Língua Portuguesa e

Literatura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com 20 anos de serviço em sala de aula. Sendo, os oito anos de atuação no Ensino Médio em duas escolas públicas estaduais e em uma escola na rede particular com Ensino Fundamental no município de Ponta Grossa.

A primeira pergunta formulada é a seguinte:

Que considerações você faz com relação à influência da justiça, da liberdade, do respeito mútuo na condução metodológica do processo ensino-aprendizagem? Existe influência? Como se dá essa influência?

Resposta da professora número um para a primeira pergunta.

Sobre a Justiça.

É a percepção das pessoas em relação aos outros de que não sou único e que ela é para cada indivíduo fundamental, para alguns é uma condição de sobrevivência. O que parece é que nem o professor tem clara a concepção do que é Justiça. E em relação ao aluno, o que percebo é que, muitas vezes, o aluno chega à escola com conceitos distorcidos do que é Justiça, sem a clareza do que é direito, do que é dever. Então, a escola tem o papel de orientar as distorções da sociedade. A postura do professor que age com dignidade, dando bons exemplos, é um sinal para formar novos conceitos e novos hábitos.

Sobre a Liberdade.

É a possibilidade de criar, não ser tolhido de sua criatividade, ter oportunidade de se manifestar e se houver clareza de direitos, de deveres, haverá liberdade. É a concepção de cidadania que poucos apresentam.

Sobre o Respeito Mútuo.

O respeito mútuo é algo construído através do estreitamento de relações. O adolescente é pele, não é apenas discurso. Não adianta fazer discurso se você não vive o respeito. Por exemplo: se o aluno ouve um professor falar mal de outro professor, certamente ele perceberá que esse professor é desrespeitoso e é um mau exemplo. Também quando o aluno fala mal de outro professor na aula e esse deixa falar e até estimula para que falem mais. É um comportamento comum entre alguns professores e serve como mau exemplo para os alunos. A postura de professores e alunos é fundamental para um bom relacionamento e a formação de hábitos.

Sobre a Democracia.

A Democracia na escola, assim como na sociedade em geral é a indicação de participação, possibilidade de argumentação e respeito mútuo. Depois da criação do ECA, o professor criou um discurso de que o aluno só tem direitos e deixa de cumprir seus deveres. Vejo que o aluno tem direitos sim de dialogar e construir normas, dialogar, trocar idéias, colaborar, questionar e colaborar com a aula de cada professor. O que significa dizer que o trabalho do professor pode ser questionado e até argumentado pelos alunos e pelo próprio professor num pensar juntos torna o trabalho de melhor qualidade. Por exemplo: estou trabalhando com uma turma de primeiro ano em que cinco alunos farão o PSS (processo seletivo seriado) da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), os alunos que não participarão do processo questionaram por que acelerar o ritmo se nem farão as provas. Com esse questionamento e os esclarecimentos sobre a importância para todos dos conhecimentos adquiridos estabeleceu-se uma relação democrática.

De forma bem objetiva, a professora número dois responde à pergunta número um.

Na verdade, essa convivência democrática, o respeito mútuo, a possibilidade de desfrutar de uma liberdade com respeito e a preocupação em se praticar atos justos, é conseqüentemente, fazer justiça. Mas isso não existe na escola. Pois, a maioria dos colegas professores, falam, fazem discursos sobre essa prática, não agem, porém dessa forma. A justiça, a liberdade e o respeito só existem para um lado o lado do professor, mas quando se trata do aluno, esse é tratado como um "lixo". Percebe-se até nos comentários do professores que estão alienados a essa questão o quanto desrespeitam seus alunos, sua matéria-prima de trabalho. Tratam essa convivência como um duelo e não como deveria ser a sala de aula como um ambiente de influências positivas, mostrando no dia-a-dia como é importante ser justo, respeitar os outros e saber conviver.

Resposta da professora número três para a pergunta número um.

Estas palavras parecem não fazer parte do vocabulário de muitos colegas de profissão. A prática em sala de aula nos permite perceber que o professor é autoritário em sala de aula (sargentão), que impõe suas ordens, apenas consegue formar alunos adversários e descontentes, pois não tem espaço para argumentar, questionar, opinar, criticar e propor. As atitudes desse professor levam o aluno a fazer as atividades que ele propõe de mau grado e pouco usufruem do que lhes é ensinado. Outro professor que é muito freqüente na escola é o chamado pelos próprios alunos de "professor-banana", também não os agrada, pois entra no descrédito dos educandos que não lhe respeitam e, por isso, desconsideram suas orientações ou desdenham dele, não fazem as atividades ou se fazem de qualquer jeito, apenas para se livrar ou ganhar nota pelas mesmas. A troca de idéias, responsabilidades e as cobranças acontecem simultâneas à justificativa do porquê destas, ou mesmo num diálogo franco em que propostas são delineadas e possíveis caminhos discutidos entre

professor e aluno, tais situações têm surtido melhores efeitos na relação professor-aluno em sala de aula. É nesse momento que encontramos alunos que realizam atividades buscando sentido no que fazem e percebendo-se como aquele que faz parte do processo de democratização social com direitos e deveres.

Percebemos, nessas respostas, o ponto de encontro entre as concepções dos alunos e dos professores em relação à justiça, à liberdade e ao respeito mútuo ambos manifestam a interdependência na prática da ética. Para essa identidade das idéias dos professores e alunos, podemos fazer referência a Freire (1996, p.66), quando destaca que a condição para ser ético está em reconhecer que todo ser humano poderá ser autônomo e afirma: “O respeito à dignidade e à autonomia de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos conceder uns aos outros”. As condições para que a sala de aula se torne, um espaço de formação do indivíduo, são indispensáveis ações virtuosas. De acordo com Aristóteles (2003), a virtude é uma disposição individual, uma pessoa virtuosa é aquela que sabe o que faz e conhece seus deveres. Portanto, a prática da ética em sala de aula dependerá da vontade individual, das virtudes dos sujeitos da sala de aula. Mas é importante lembrar que essas virtudes podem ser adquiridas pela prática.

A segunda pergunta formulada é a seguinte:

Na escola em que você exerce suas atividades profissionais, como está ocorrendo a interação entre os envolvidos no processo ensino-aprendizagem (professores e alunos) no sentido de subsidiar uma postura individual e coletiva baseada na ética?

Resposta da professora número um para a pergunta número dois.

Na escola e em particular na sala de aula enquanto um todo não há interação. O professor é a autoridade, é o dono da verdade. Os mesmos têm uma postura linear e inflexível não abrem espaço para interação, para que o aluno dialogue, questione sobre o que acontece em sala de aula. Parece que o professor fica em posição defensiva, está prevenido, em defesa de um possível ataque. É triste, mas é verdade.

Resposta da professora número dois para a pergunta número dois.

Infelizmente não há essa interação, pois a preocupação, ou seja a “muleta” para o professor é o conteúdo, como se fossem coisas separadas. Na verdade, o conteúdo e os temas transversais juntos formam o cidadão culto e crítico capaz de se sobressair na sociedade e até promover comportamentos que servem como exemplo para outros cidadãos.

Resposta da professora número três para a pergunta número dois.

Infelizmente, em nosso ambiente de trabalho, temos a falsa ética que se esconde atrás de belos discursos e práticas indecentes, que pouco, ou nenhum valor dá ao respeito aos direitos do outro ou mesmo a uma verdadeira democracia. Poucos professores conseguem manter uma postura ética e estabelecer uma relação digna entre professor e aluno, mas parece que nesta minoria se instala a esperança de frutos que estão sendo gerados, que podem demorar a aparecer, porém o valor e o resultado serão imensuráveis.

As possibilidades de mudança estão vinculadas a vontade individual novamente professores assim como os alunos identificam nas virtudes a prática da ética. Os professores demonstram descontentamento com alguns de seus colegas de profissão mas, logo manifestam suas esperanças em suas práticas e nas práticas educativas de outros colegas de profissão o que os leva a acreditar em mudanças mesmo que lentamente. Freire (2002) traz a convicção nas condições do ser humano capaz de produzir, de conhecer, de construir, de ensinar e de aprender e afirma:

É na percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia dos educadores e educandos. Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos

devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura reacionalista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual. (FREIRE, 2002 p.164-5)

A prática educativa irá direcionar as ações do indivíduo. É importante ressaltar, porém, que nem todos seguirão o mesmo caminho e admitirão tais convicções, mas como disse a terceira professora entrevistada. “Poucos professores conseguem manter uma postura ética e estabelecer uma relação digna entre professor e aluno, mas parece que nessa minoria se instala a esperança de frutos que estão sendo gerados, que podem demorar a aparecer, porém o valor e o resultado serão, porém, imensuráveis”. Aristóteles considera a importância da reflexão e do hábito na criação e na execução das virtudes nos indivíduos. Concluímos que a interdependência entre a justiça, a liberdade, o respeito mútuo para a convivência democrática que consideramos como condição inicial para a pesquisa a que nos propusemos são alguns dos elementos fundamentais para construção dos fundamentos da ética assim como de um espaço para prática da ética. Como nos referimos no início, fizemos a escolha dos teóricos que, dão a base para a nossa pesquisa por estarem muito próximos dos interesses do espaço pesquisado e da realidade de sala de aula.

A pergunta de número três é a seguinte:

De acordo com sua forma de pensar, com os seus conhecimentos e com base na sua vivência como professor, quais são as possibilidades reais de inovação e prática da ética na transversalidade como prevêem os PCNs para a sala de aula? Poderia dar exemplos?

Resposta da professora número um para a pergunta número três.

É viável essa vivência, mas não acontece. Por exemplo: na história da Matemática, da Física faz-se discussão no campo da ética, em relação à construção do conhecimento dessas áreas e podem perfeitamente ser tratados. E é claro que as atitudes, as posturas dos professores são formas de se fazer perceber e até transmitir posturas e princípios da ética.

Resposta da professora número dois para a pergunta número três.

Há muitas possibilidades, em todo conteúdo de ensino cabem discussões do campo da ética, mas sempre depende da vontade do professor em abrir espaço para esse diálogo que sempre será pertinente em qualquer área de ensino. Uma boa forma de se colocar em prática a proposta da transversalidade é através de projetos interdisciplinares. Como fizemos com a professora de português a produção de jornal, de textos, momento de eleição na sala de aula para colocar em prática e para o aluno falar sobre o tema ética na sociedade atual, foi um trabalho fantástico desenvolvido pelos alunos, com a nossa orientação. De acordo com a minha forma de pensar, há necessidade de se trabalhar os temas transversais, pois além de conhecimento técnico, o aluno precisa ser um cidadão crítico e ético. Só assim a educação assumirá o seu real papel que é ensinar para a vida.

Resposta da professora número três para a pergunta número três.

Por meio do conteúdo dos textos literários trabalhados, pode-se tecer comentários que permitirão ao professor e aos seus alunos refletirem sobre questões éticas, sobre a convivência do ser humano em diferentes épocas, oportunizando comparações de como eram as relações de respeito e de diálogo antes e como são agora, tanto na escola, como na família ou na sociedade. Na maioria das aulas nem sempre encontramos, porém, professores interessados e preparados para discutir tais questões, além do próprio ambiente em que se encontram as escolas públicas, que não é favorável, nem germinador de tais temas. Falo do ambiente porque temos salas de Ensino Médio com até cinquenta alunos, uma diversidade de alunos e profissionais, estes últimos, alguns mais e outros menos comprometidos com a responsabilidade de ensinar assumida, a direção escolar que demonstra pouco conhecimento e não pratica uma gestão democrática, alunos agressivos e que até respondem mal e são “mal educados” e ao se falar em atitudes éticas são necessários comportamentos com base no respeito entre os meus pares sejam alunos, sejam professores. Esses fatores, em grande parte são determinantes nas relações de sala de aula.

As interferências mencionadas pela professora são freqüentes e comuns.

Morales (2004) descreve a multidimensionalidade da relação professor-aluno da seguinte forma:

A relação professor-aluno na sala de aula é complexa e abarca vários aspectos; não se pode reduzi-la a uma fria relação didática nem a uma relação humana calorosa. Além disso, embora estejamos enfatizando a relação do professor com seus alunos (o professor é o sujeito principal, aquele que de alguma maneira inicia a relação), os alunos também influem no professor que dá a deixa: a relação que o professor inicia influi nos alunos, os quais, por sua vez, influem no professor e reforçam determinado estilo de relação professor-aluno. (MORALES, 2004, 5ª ed, p.49)

A relação professor-aluno abarca todas as influências externas e internas, do ambiente de sala de aula ou fora dela, as atitudes dos professores e dos alunos. Cabe ao professor dirigir e encaminhar as situações que se manifestam na sala, dimensionando de acordo com o destino desse ambiente que é o processo ensino-aprendizagem.

A última pergunta dirigida aos docentes diz respeito à LDB 9394/96, na qual questionamos:

A LDB 9394/96 prevê o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade e a possibilidade de permanência. E, para a escola, cabe a responsabilidade pelo processo ensino-aprendizagem, assim como fazer perceber a importância de atitudes pautadas pela ética para todos os alunos. Você, professor, o que tem a dizer sobre a transmissão e a vivência da ética para os alunos? Eles representam o fundamento para aperfeiçoamento da realidade social em que vive?

Passemos às considerações de cada um dos entrevistados.

Resposta da professora número um a essa questão.

É um caminho para mudança da realidade social. Mas, não é uma garantia que as atitudes, as orientações, os exemplos demonstrados na escola, em sala de aula venham a ser aplicados em sociedade. O que se vê no pré-adolescente e no adolescente é instabilidade e insegurança e, por isso, o professor pode orientar enquanto estiver na escola. Na vida prática, em sociedade, temos visto, porém, os adolescentes e os adultos que são fruto da escola em que atuamos e partilhamos posturas democráticas, éticas, de respeito, cometendo

atos desprovidos dessas características. Talvez isso esteja ocorrendo porque a escola não é um todo coeso, onde todos agem preocupados com esta formação. E outro fator que não pode se deixar de lado é que o indivíduo é fruto dos vários meios em que convive.

A professora número dois responde a este questionamento:

O aluno precisa aprender para a vida. De nada adianta ensinar se o aluno não souber colocar em prática todo o aprendizado escolar. Há necessidade de lhe mostrar que o aprendizado é um conjunto de conhecimentos e de valores, os quais lhe tornarão capazes no presente e no futuro. É a aplicação do que se aprende, mas dependerá da vontade individual.

E, para finalizar as entrevistas, temos a resposta a esse questionamento da última professora entrevistada a qual verbaliza:

A LDB fala de uma “educação de qualidade” para todos, não reconhece, porém, a realidade das escolas públicas, com turmas superlotadas, alunos desinteressados em estudar e sem nenhum incentivo pela família, alguns professores despreparados, outros desmotivados pelas condições de trabalho, pela baixa remuneração, pelo desrespeito de alunos entre outros fatores que desanimam, ainda a equipe pedagógica que deveria ser uma colaboradora com os segmentos da escola, esquece sua função na escola e não compartilha das dificuldades do professor e do aluno. A equipe pedagógica na escola é fundamental desde que acompanhe o andamento das aulas, dos relacionamentos dos alunos e dos professores para interferir e auxiliar sempre que necessário. Além de presenciarmos propostas educacionais cuja teoria é excelente, porém, distantes da prática de sala de aula. Numa outra realidade inversa a essa, com profissionais que realmente cumpram com sua função de educar gerações, com toda certeza podemos transmitir e vivenciar ética através do nosso próprio viver ético. Apesar da realidade das escolas públicas, ainda assim, existem pequenos focos de construção da ética com o educando. Do conteúdo que ensinamos muito será esquecido e outro tanto poderá ser aprofundado quando necessário; no entanto nossa postura como professor (professor + pessoa), comprometido da tarefa de educar gerações permanecerá, pois se olharmos para o passado do nosso processo ensino-aprendizagem, teremos lembranças de momentos de vivência ética ou de falta de ética. E, nós, que agora atuamos na educação de gerações, seremos qual dessas lembranças?

O que podemos observar é que os problemas e indagações em torno do processo educativo são permanentes: Qual a melhor metodologia de ensino? Como estimular os professores para que tenham uma prática docente que responda as expectativas de seus alunos e da sociedade? Como reconhecer

estas expectativas? Como e o que fazer para despertar o interesse dos alunos? Como ser amigo do nosso aluno e, ao mesmo tempo ser respeitado e lhe ser fonte de inspiração ou exemplo? Para essas questões, dificilmente encontramos respostas definidas e prontas, sejam nos livros ou nas práticas de cada um, mas são questionamentos que estimulam o repensar das práticas vigentes na escola com o objetivo de encontrar as respostas e melhorar esse espaço de construção e reconstrução.

As reflexões e análises feitas pelos professores e pelos alunos, sejam nos questionários ou nas entrevistas, apontam indícios de uma escola e de sujeitos desse ambiente com perspectivas para que se efetivem mudanças nas práticas docente e discente. São professores preocupados com a formação dos cidadãos éticos, por meio do despertar para as virtudes de cada um com o objetivo da busca do bem comum: “a felicidade”. Ou por alunos e professores mostrando a disposição de enfrentar desafios para conquistar uma sociedade mais justa, igualitária e ética.

Percebem-se essas perspectivas quando se ouve o aluno dizendo que deposita na escola as expectativas na sua formação de cidadão, na confiança depositada nos educadores que são exemplo de dignidade, responsabilidade, comprometimento e dedicação para com seus alunos, facilmente percebida na sala de aula a presença ou ausência desses comportamentos. Essa idéia deposita no professor a responsabilidade de ser uma pessoa virtuosa como fonte original para uma sociedade que perde as referências. Não é uma visão utópica, mas da prática cotidiana em que se promovem as mudanças. Desejar uma sociedade justa, igualitária e ética, sem fazer nada para tal é sonhar, mas se

tomamos parte como referência estamos em busca das mudanças da realidade em que estamos vivendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convivência ética na sala de aula e nas relações intra-escolares é um desafio, tanto no cotidiano escolar quanto nas investigações científicas. É uma constante o paradoxo entre o ideal e o real, ou seja, entre o que se pratica na escola e o que se almeja da escola. Independente da ótica que vemos, aristotélica ou liberal, os indícios da pesquisa nos levam a confirmar o papel da escola como espaço de formação ética do indivíduo.

Os sujeitos de sala de aula, professor e alunos, influenciam-se mutuamente. Essa afirmação fica clara diante das respostas ao questionário e às entrevistas, quando ambos destacam que suas atitudes em sala de aula são em função dos comportamentos manifestos nesse ambiente. Tanto o professor quanto o aluno indicam a necessidade de um ambiente estimulador para que a prática educativa tenha resultados positivos: o professor atingindo os objetivos propostos e o aluno efetivando a aprendizagem. E o indício dessa realidade se apresenta quando os alunos dizem que o professor precisa ser compreensivo, tratar a todos sem fazer diferenças, ou seja, respeitar a particularidade de cada um, mas não tratar de forma diferente, privilegiando um mais que o outro. O aluno considera nesse sentido as suas facilidades ou dificuldades de aprendizagem ou os comportamentos mais ou menos interessados de um ou de outro. O que é

regra para um é para todos. Demonstrando uma dependência à autoridade, Marques (1998) comenta a concepção kantiana sobre a falta de autonomia do indivíduo em ser capaz de regular suas vontades e depender da punição externa. Pois, para Kant, a autonomia da vontade erige da razão, sem a necessidade da regra imposta, pois a regra é autônoma e cada um dá a si mesmo.

Em todos os momentos da pesquisa, observa-se que a dinâmica da escola para a formação do cidadão ético, tanto na visão do aluno como na do professor, está calcada em normas e regras a serem cumpridas, uma visão liberal de escola que embasa suas ações em princípios universais. Em Kant, os imperativos categóricos ou normas morais que devem ser respeitadas, pois o indivíduo é racional e autônomo.

Outro indício a ser ressaltado está para a concepção que os professores e alunos demonstram ao se referir à formação do indivíduo moral tomando como referência o reconhecimento individual de cada um de seus atos como certos ou errados; podemos referenciar Aristóteles cuja concepção de pessoa virtuosa é aquela que sabe o que faz, que é conhecedora de seus deveres, que escolhe deliberadamente seguir a conduta reta e é capaz de repetidamente executar a retidão com espírito e vontade inabaláveis.

Os professores pesquisados apresentam tendências para a ética na concepção aristotélica, nas quais visualizam a escola e o professor como co-responsáveis no despertar para as virtudes, por meio do reconhecimento da cultura, dos costumes e dos hábitos da sociedade na qual vive e convive. E, na prática desses valores na escola e na sala de aula. Já os alunos, em sua maioria

visualizam a ética e a justiça, por meio das normas e regras que a sociedade impõe e obriga a todos cumprir.

Quanto à inquietação inicial sobre as concepções de ética, justiça, liberdade, respeito mútuo numa convivência democrática na sala de aula para a formação da ética, vejamos a que conclusões, podemos chegar.

Ao longo de nossa investigação, tivemos como objetivo fazer considerações sobre os debates da Ética na atualidade e a importância da sua discussão e prática no Ensino Médio, entre os professores e seus alunos. Apresentamos duas concepções distintas de Ética, uma Liberal de acordo com a formulação kantiana e a concepção de Ética no contexto social, a busca individual e coletiva de felicidade, as reflexões dessa concepção tomam como base a proposta aristotélica de formação de virtudes por meio do hábito, na educação do indivíduo, para uma sociedade em busca do bem comum, ou seja, a felicidade (eudaimonia). O foco principal da nossa reflexão está para as possibilidades de desenvolver virtudes e, conseqüentemente, posturas éticas por meio da Educação de gerações e em todos os níveis de ensino ou até na educação informal com o objetivo de interferir positivamente nas relações sociais.

Assim como iniciamos nossa fala em torno da ética, percebemos entre alunos e professores uma variedade de concepções sobre a mesma, encontramos, porém, pontos comuns entre as suas convicções. Ambos configuram a ética como sendo uma condição para a vida em sociedade, apesar de nem todas as pessoas se preocuparem com essas posturas. Parece-nos que

mais uma vez retomamos a discussão inicial da relação teoria-prática se fala, mas não se faz.

Os professores julgam as atitudes de seus colegas de profissão quando, por várias vezes, relatam os acontecimentos das aulas dos mesmos. Destacam, porém, suas posturas em sala de aula, aparentemente divergente da prática de seus pares, quando, demonstram sua preocupação com o objetivo da formação do indivíduo ético, justo, livre e respeitoso para com os demais. Há, também, um indício da possibilidade de formação do indivíduo ético na escola. O professor diz que desenvolve projetos interdisciplinares, discussões sobre o tema em conteúdos de ensino, agindo de forma correta em sala de aula, ou seja, sendo justo, honesto, digno, coerente, comprometido e um motivador para o desenvolvimento de virtudes. Podemos perceber nessas convicções o ideal aristotélico para a instituição escola, em despertar para as virtudes por meio do exemplo positivo que interfere positivamente na formação do indivíduo. O aluno não identifica, porém, essa prática em sala de aula, revela que o professor negligencia sua prática e dá maus exemplos. Mas o indício que se revela é de que o aluno percebe no comportamento do professor o que não é positivo, fazendo críticas e reconhecendo os méritos de cada professor.

Alunos e professores julgam que as concepções de justiça, liberdade e respeito mútuo são condições indispensáveis para a concepção e prática da ética na escola e fora dela, demonstram a convicção de que são condições interdependentes. Ao respeitar o outro, estou sendo justo e se tenho liberdade para fazer escolhas estou submetido à condição de ser social responsável.

Falar em justiça é falar em ética, como afirma Pegoraro (1995, 8ªed., p.09). Não é possível deixar de acreditar que a formação ética dos alunos se faz por meio de atividades numa disciplina ou em práticas interdisciplinares. Respeitando a idade dos adolescentes, como afirma Aristóteles (apud, MARQUES, 2001, p.220), “os jovens são otimistas por natureza, preferem o belo ao conveniente e caem, com facilidade, no excesso. Quando cometem injustiças é mais por insolência e ignorância do que por maldade”. A orientação e o exemplo ajudam a cultivar e a desenvolver hábitos corretos para agir.

O professor, como educador e orientador de aprendizagens, irá propiciar momentos de diálogo, de prática e de construção de hábitos saudáveis para o indivíduo e para a sociedade, em sala de aula, que contribuirão para a formação moral do mesmo. Em suas entrevistas, os professores assumem a função de educar para virtudes, e, deixam claro que podem trazer exemplos, práticas e metodologias diferentes para a prática da ética e da cidadania, mas que ali ele também é um eterno aprendiz como ressalta Freire (2002) o ser humano é um *ser inconcluso* se fundando a educação em um processo permanente por considerar homens e mulheres como seres inacabados e permanentemente educáveis.

A educação para uma vida pautada pela ética, pelos valores de respeito mútuo, da justiça, do respeito à liberdade de cada um ou, pela igualdade de direitos, requer da sala de aula e a escola como um todo a participação ativa nas deliberações e no exercício das responsabilidades, nas decisões e intervenções em todas as questões que dizem respeito a todos. A escola, identificada como um espaço democrático participativo. Novamente é importante deixar claro que o

universalismo ético nos parece ser uma utopia, mas como vivemos e convivemos em uma sociedade repleta de incertezas e de dificuldades, fica o desafio de uma realidade que precisa ser colocada em prática e depende das atitudes em sala de aula e na escola e, direcionarmos as ações para que esta proposta se efetive e, venha a existir. Ao desacreditarmos e deixarmos para que o outro faça estamos tornando-a impossível, inviável e desconsiderando o importante papel da escola e do professor.

Diante da problemática inicial da pesquisa, no que diz respeito às concepções dos alunos e professores sobre a ética, a justiça, a liberdade e o respeito mútuo para uma convivência democrática em sala de aula, apresenta-se a necessidade de investigar, em futuras pesquisas, como estão as práticas educativas em sala de aula. Se os professores e alunos afirmam que há necessidade da prática da ética, da justiça, do respeito mútuo para a convivência democrática, como ampliar as práticas educativas de sala de aula para a formação de um indivíduo virtuoso e que, conseqüentemente, será um cidadão e, assim, tenhamos uma sociedade melhor? Diante das desigualdades sociais, da política vigente em nosso país, como orientar para uma vida virtuosa e ética, uma vez que muitos dos representantes da sociedade não agem eticamente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alda Judith. *O planejamento de pesquisas qualitativas em educação*. Caderno de pesquisa, Fundação Carlos Chagas (96): 15-23, fevereiro de 1996. São Paulo.

ANDRÉ, M. E. D. A de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ARANHA, M.L. *Filosofando: introdução a filosofia*. 2ed. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*: Coleção “Obra prima de cada autor”. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ARISTÓTELES. *Política*: Coleção “Obra prima de cada autor”. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BOFF, L. *Águia e a Galinha – uma metáfora da condição humana*. 41ªed. São Paulo: Vozes, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BRASIL. *Lei n° 9394, de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 175° da Independência e 108° da República.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Documento introdutório, Brasília, 1995.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*. Temas Transversais e a Ética. Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*. Temas Transversais e a Ética. Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação e Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília, Ministério da Educação Média e Tecnológica, 2002.

BUFFA, E, ARROYO, M. e NOSELLA. *Educação e cidadania*. 11ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTRO, Cláudio de Moura. *Estrutura e apresentação de publicações científicas*. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1976.

CAMARGO, M. *Fundamentos de ética geral e profissional*. 4ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CHANGEUX, J. *Uma ética para quantos?* Tradução: Maria Dolores Padres Vianna, Waldo Mermelstein. Bauru: EDUSC, 1999.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Uma ideologia perversa*. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 de maio de 1999. Caderno Mais, p.03.

COMTE-SPONVILLE, A. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. 11. ed. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DÍAZ-AGUADO, M^a.J. *Construção moral e educação: uma aproximação construtivista para trabalhar os conteúdos transversais*. Tradução: Orlando Fonseca. Bauru: EDUSC, 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERMANO, R. M. *A ética e o ensino de ética no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

GOERGEN, P. *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas: Autores Associados, 2001.

GUARIGLIA, O. *Una ética para el siglo XXI: ética y derechos humanos en un tiempo posmetafísico*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, S.A., 2002.

HERMANN, N. *Pluralidade e ética em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOURDAKIS, A. *Aristóteles e a educação*. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. "Coleção obra prima de cada autor". Tradução: Aléxis Marins. São Paulo: Martins Claret, 2002.

MACHADO, N.J. *Educação: projetos e valores*. 3.ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

MACINTYRE, A. *Justiça de quem? Qual racionalidade?* Tradução de Marcelo Pimenta Marques. São Paulo: Loyola, 1991.

MARQUES, R. *Ensinar valores: teorias e modelos*. Porto: Porto Editora, 1998.

_____. *O livro das virtudes de sempre*. Ética para professores. Porto: Edições ASA II, S.A, 2001. Landy Livraria Editora e Distribuidora Ltda. São Paulo.

MINAYO, M.C.S. (org.). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. 13.ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1994.

MORA, J. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAIS, R. (org.) *A sala de aula: que espaço é este*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 1993.

MORALES, P. *A relação professor-aluno: o que é, como se faz*. Tradução: Gilmar Saint'Clair Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MORIN, E. *Sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, de 10 de dezembro 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

PEGORARO, O. *Ética é justiça*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PEREIRA, O. *O que é moral*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RICOUER, P. *A ética é o vocabulário do ocidente*. Jornal Estado de São Paulo, São Paulo, 24 de fevereiro de 2003. Boletim IHV – idéias (Unisinos) p.02.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1998.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social ensaio sobre origem das línguas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. *Discurso sobre a origem e a desigualdade entre os homens*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

RUSS, J. *Pensamento ético contemporâneo*. Tradução: Dra. Constança Marcondes César. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. *Dicionário de filosofia*. Tradução: Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Scipione, 1994.

RUSSEL, B. *História do pensamento universal*. Tradução: Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. I. *As Funções Sociais da Escola: da reprodução a reconstrução crítica do conhecimento e da experiência*. In. *Compreender e Transformar o Ensino*. Porto Alegre, ARTMED, 1989.

SANTOS, C. R. *Ética moral e competência dos profissionais da educação*. São Paulo: Avercamp, 2004.

SILVA, S. *Instrução pública e formação moral: a gênese do sujeito liberal segundo Condorcet*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, T.T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VALLS, A. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

VITA, A. *Sociologia da sociedade brasileira*. 9.ed. São Paulo: Ática, 1999.

WORTMANN, M.L. *Estudos culturais da ciência e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Pós-Modernidade. Citação de referência e documento eletrônico. Disponível em: <http://www.sielo.br/phd>. Acesso em 11/03/05.

APÊNDICE Nº01
QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

Questionário inicial aos alunos para coleta de dados.

Prezado(a) Aluno(a)

A questão central desta pesquisa para o trabalho de dissertação no Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti, diz respeito às questões ligadas à ética no ambiente escolar.

O tema da pesquisa é “A Ética na Relação Professor-Alunos” e tem com objetivo geral identificar como os sujeitos de sala de aula definem os princípios éticos de justiça, liberdade, respeito mútuo e convivência democrática.

A participação do aluno é, por excelência, imprescindível. Ao responder este questionário, estará contribuindo para a construção de um trabalho científico que pretende estimular o desenvolvimento de laços de colaboração na formação do cidadão ético e responsável pelos seus atos em sala de aula, tanto o professor, como o aluno.

Aluno(a) _____ Idade _____ anos.

Turma: 2º. série _____ Data: ___/___/___

Que considerações você faz com relação à influência da ética, da justiça, da liberdade, e do respeito mútuo, bem comum, convivência harmônica e equilibrada; elas exercem influência no processo ensino aprendizagem? Como se dá essa influência?

1- Que considerações, concepção e julgamento você faz a respeito da justiça nas relações e nas ações em sala de aula pelo professor e pelo aluno?

- Justiça:

a) professor-aluno.

APÊNDICE Nº02

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORES

A questão central desta pesquisa fundamenta o trabalho de dissertação no Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti, diz respeito às questões ligadas à ética nas práticas pedagógicas no ambiente de sala de aula.

O tema da pesquisa é “A Ética na Relação Professor-Alunos” e tem como objetivo geral identificar como os sujeitos de sala de aula definem os princípios éticos de justiça, liberdade, respeito mútuo e convivência democrática. Quais são os pontos de convergência e de divergência entre as concepções dos sujeitos de sala de aula sobre princípios éticos?

A participação do professor é, por excelência, imprescindível. Ao conceder a entrevista, este estará contribuindo para a construção de um trabalho científico que pretende estimular o desenvolvimento de laços de colaboração na formação do cidadão ético e responsável pelos seus atos em sala de aula, tanto o professor, como o aluno.

Prezado Professor (a)

- 1- Que considerações você faz com relação à influência que a ética, a justiça, a liberdade, o respeito mútuo para a convivência democrática exercem na condução metodológica do processo ensino-aprendizagem? Existe influência? Como se dá essa influência?
- 2- Na escola em que você exerce suas atividades profissionais, como está ocorrendo a interação entre os envolvidos no processo ensino-aprendizagem (professores e alunos) no sentido de subsidiar uma postura individual e coletiva baseada na ética?
- 3- De acordo com sua forma de pensar, com os seus conhecimentos e com base na sua vivência como professor, quais são as possibilidades reais de inovação e prática da ética na transversalidade como prevêem os PCNs para a sala de aula? Poderia dar exemplos?
- 4- A LDB 9394/96 prevê o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade e a possibilidade de permanência na escola. E para a escola cabe a responsabilidade com o processo ensino-aprendizagem, assim como a prática da ética para todos os alunos. Você professor, o que tem a dizer sobre a construção e a vivência da ética para e com os alunos? Eles representam o fundamento para o aperfeiçoamento da realidade da

sociedade em que vive? Na sua opinião, qual é o papel da escola no que diz respeito as questões éticas na sociedade?

APÊNDICE Nº03

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ALUNOS

Prezado(a) Aluno(a)

A questão central desta pesquisa para o trabalho de dissertação no Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti, diz respeito às questões ligadas à ética no ambiente escolar.

O tema da pesquisa é “A Ética na Relação Professor-Alunos” e tem como objetivo geral identificar como os sujeitos de sala de aula definem a ética, a justiça, a liberdade, o respeito mútuo e a convivência democrática.

A participação do aluno é, por excelência, imprescindível. Ao responder as perguntas desta entrevista estará contribuindo para a construção de um trabalho científico que pretende estimular o desenvolvimento de laços de colaboração na formação do cidadão ético e responsável pelos seus atos em sala de aula, tanto o professor, como o aluno.

PERGUNTAS.

- 1- O que você entende por democracia?
- 2- O que você entende por justiça?
- 3- O que você entende por respeito mútuo?
- 4- O que você entende por liberdade?
- 5- O que você entende por ética?